

CADERNO DA BAIXADA FLUMINENSE

Textos

Cláudia Costa

Fátima de Souza

Manoel Ricardo Simões

Marcos Lord

Marlúcia Santos Souza

Nielson Bezerra

Nilson Henrique

Sonali Maria de Souza

Organização

Ewerson Cláudio de Azevedo



FUNDAÇÃO
LAURO CAMPOS e
MARIELLE FRANCO
PSOL



GLIA DE PAGOBAIBA

CADERNO DA BAIXADA FLUMINENSE

EXPEDIENTE

Presidenta da FLCMF

Natália Szermeta

Diretor Financeiro da FLCMF

Stenio Matheus de Moraes

Diretora Técnica da FLCMF

Sara Azevedo

Conselho Curador da FLCMF

Luiz Araújo - Presidente

Aurea Augusta

Zeneide Nazaré

Haroldo Sabóia

Mário Azeredo

Marcelo Badaró

Honório Rêgo

Conselho Fiscal da FLCMF

Alexandre Varela - Presidente

Miguel de Carvalho

Leandro Tavares

CADERNO DA BAIXADA FLUMINENSE - RJ

Organização

Ewerson Cláudio de Azevedo

Autorias

Cláudia Costa

Fatima de Souza

Manoel Ricardo Simões

Marcos Luis Oliveira da Costa

Marlúcia Santos Souza

Nielson Bezerra

Sonali Maria de Souza

Projeto Gráfico e Direção de Arte

Cesar Habert Paciornik

Coordenação e Supervisão

Severino Souto Alves

Wendell Cristiano

Diagramação

WHIZZ e HPDesign

Revisão

Dafne Melo

Foto da capa

Filipo Tardim

ÍNDICE

Apresentação

04

Breve histórico da presença humana no território

Marlúcia Santos Souza

06

A cor da Baixada

Nielson Bezerra

14

Da laranja ao lote

Sonali Maria de Souza

20

Desigualdades socioespaciais na metrópole carioca

Manoel Ricardo Simões

28

Mesquita tem história

Fatima de Souza

44

Queimados, uma cidade em construção

Nilson Henrique e Cláudia Costa

52

Os CIEPs em Duque de Caxias e na Baixada Fluminense

Marcos Luis Oliveira da Costa (Marcos Lord)

54

C129

Caderno da Baixada Fluminense - RJ / organização Ewerson Cláudio de Azevedo. - São Paulo : Fundação Lauro Campos e Marielle Franco, 2023. 62 p. : il. color.

ISBN: 978-65-992729-6-7

1. Baixada Fluminense (RJ) - História. 2. Baixada Fluminense (RJ) - Aspectos sociais. I. Azevedo, Ewerson Cláudio de. II. Caderno da baixada Fluminense - RJ.

CDD: 981.53

APRESENTAÇÃO

Este **Caderno especial - Baixada Fluminense** põe em foco uma das regiões urbanas mais complexas do Brasil, com muito potencial, mas com muitos problemas acumulados historicamente. Seus treze municípios, interligados entre si e com a capital fluminense, possuem uma relação mútua de dependência estrutural.

A Baixada sempre foi local de resistência. Ao longo de décadas, movimentos sociais os mais diversos têm protagonizado lutas e iniciativas em busca de direitos humanos, sociais, econômicos e culturais para a sua população.

Essa publicação reúne algumas contribuições sobre a história dessa região, sua formação social, seus entrelaçamentos e suas perspectivas. Nesta edição inaugural, disponibilizamos parte de formulações da produção acadêmica e da ação militante cotidiana de ativistas da região.

Procuramos indicar pistas e trechos de trabalhos já produzidos, abrindo caminhos para que as pessoas acessem as produções integrais aqui citadas (livros, dissertações, artigos etc.).

Viva a luta! Viva a Baixada Fluminense!

Baixada Fluminense – 2020

População estimada **3.908.510 (22,5% do estado)**

No Brasil, existem 27 Regiões Metropolitanas com mais de um milhão de habitantes. A Baixada Fluminense (BF) faz parte da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ), mas se ela fosse uma RM específica, seria a 9ª maior do Brasil, praticamente do tamanho da de Salvador e superando as de Curitiba, Belém, Campinas, Goiânia e Vitória. Se aproximaria de RM como BH, DF, Porto Alegre, Recife e Fortaleza, e apenas as capitais São Paulo e Rio de Janeiro teriam RM muito maiores que a BF. Se a Baixada Fluminense fosse um país, seria o 130º em população, ficando na frente do Uruguai, da Jamaica e outras 61 nações que integram a ONU...

Fonte: **Observatório do Trabalho, Secretário do Trabalho do Governo do Estado do Rio de Janeiro e IBGE.**

<http://www.rj.gov.br/Uploads/Noticias/1327008%20-%20Fevereiro%202021%20-%20Baixada%20Fluminense.pdf>

- **30 de abril** Comemoração do Dia da Baixada Fluminense (Lei nº 3.822, de 02/05/2002)

A ideia foi aprovada em 09/12/2000 em encontro da Comunidade Cultural da Baixada, realizado na Faculdade de Educação da Baixada Fluminense-FEBF/UERJ, em Duque de Caxias.

A data refere-se à inauguração da primeira Estrada de Ferro construída no Brasil, em 1854, que ligava o Porto de Mauá (Estação Guia de Pacobaíba) à região de Frágoso, no pé da Serra de Petrópolis.

A partir daí foram construídas outras ferrovias na região e a Estrada de Ferro tornou-se um marco histórico da ocupação urbana, dando novo perfil à ocupação do solo. Foi o começo do fim dos portos fluviais de navegação pelos rios e dos caminhos de tropeiros e o início do processo de surgimento de vilas e povoados que se organizaram em torno das estações ferroviárias, origem das atuais cidades da Baixada Fluminense.

(“Carta Cultural da Baixada Fluminense”, 09/12/2000)



BREVE HISTÓRICO DA PRESENÇA HUMANA NO TERRITÓRIO

Marlúcia Santos Souza (*)

Publicado em 2012 no caderno OLHARES – Associação de Professores
Pesquisadores de História da Baixada Fluminense (APPH-CLIO)

As pesquisas empreendidas até o presente acerca da história local indicam que o início da ocupação humana em direção ao oeste das cercanias da Guanabara, denominada atualmente Baixada Fluminense, deu-se por volta de 8 mil anos A.P. (Antes do Presente). Foi um território ocupado pelos povos das conchas, ou seja, fazedores de sambaqui. Eles eram caçadores, pescadores e coletores de mariscos e crustáceos, e amontoavam seus restos alimentares para demarcar o lugar ocupado. No atual território do município de Duque de Caxias foram registrados no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) cinco sítios arqueológicos: Sambaqui do Meriti, Marquesa de Santos, Iguaçú, Xerém e São Bento.

Por volta de 3 a 2 mil anos A.P., grupos tribais agricultores, denominados Tupis, expandiram seu processo migratório, tornando-se senhores do litoral brasileiro. É possível que os Tupis tenham se incorporado ao universo dos povos das conchas e, posteriormente, organizado a sua vida tribal, abandonando o modo de vida anterior ou, ainda, que tenham dizimado os povos das conchas que aqui encon-

traram. Os Tupis, também nomeados nas cercanias da Guanabara de Tupinambás, instalaram a aldeia Jacutinga entre os rios Merity e Iguassú.

No século XVI chegaram ao Rio de Janeiro visitantes portugueses, espanhóis e franceses e, em 1555, estes últimos iniciaram um processo de ocupação mais permanente instalando a França Antártica. Foram eles aliados dos Tupinambás mais antigos, que se organizaram em uma federação antilusitana denominada Tamoio. Em 1565, portugueses e os nativos aliados de São Vicente e do Espírito Santo empreenderam uma guerra de retomada do território fluminense. Com um saldo de 13 mil mortos, a cidade, agora lusitana, recebeu a denominação de cidade do Rio de Janeiro.

Os nativos vencedores instalaram-se ao leste das cercanias da Guanabara, atual Niterói, formando aldeias religiosas. No lado oeste, os derrotados sobreviventes foram escravizados. Os Tamoios que fugiram para os sertões foram continuamente perseguidos durante os séculos XVI e XVII; quando capturados, eram escravizados e vendidos no mercado interno.

Para manter assegurado o domínio português nas terras fluminenses, era

estratégica a ocupação das cercanias da Guanabara. Ainda em 1565 as primeiras doações de terras (sesmarias) foram empreendidas para homens de confiança da Coroa. No atual território da BF foram doadas extensas porções de terras para o ouvidor-mor do Governo Geral, que instalou a fazenda do Aguassu. Após a morte de Cristóvão Monteiro, sua viúva doou a propriedade para os beneditinos. Assim, esta passou a ser conhecida como Fazenda de São Bento do Aguassu.

Outras terras mais a oeste, pertencentes aos Monteiros, foram doadas à Companhia de Jesus, que instalou ali a Fazenda Santa Cruz (Seropédica, zona oeste do Rio, Itaguaí e parte de Paracambi, atualmente). Outra extensa propriedade (Magé) foi entregue a Cristóvão de Barros, importante traficante de escravos nativos, conhecido pelos seus préstimos à colonização portuguesa e habilidade na dizimação indígena. Nesse território foi fundado o povoado de Piedade de Magé.

No século XVII foram instaladas as primeiras capelas nas margens dos principais rios. Uma das mais antigas foi a de Nossa Senhora do Pilar do Aguassu, criada em 1612. Geralmente o nome da capela vinha acompanha-

do pelo nome da devoção padroeira e de uma referência ao lugar (nome da localidade, do rio principal etc.). Posteriormente, surgiram as paróquias. A ordenação paroquial tornou-se a base da estrutura administrativa da colonização lusitana, recebendo a classificação de freguesia. Assim, a igreja matriz que articulava as capelas e oratórios no interior das propriedades e o viver nos arraiais, funcionava como os cartórios da época, assegurando, portanto, os registros oficiais como os de casamento, óbito, nascimento e, no século XIX, até mesmo os de terras.

A descoberta do ouro e pedras preciosas deslocaria o eixo da economia nacional do nordeste açucareiro para o sudeste. O Porto do Rio de Janeiro transformou-se na porteira do ouro das Minas Gerais. Para circular o metal, alargou-se e ampliou-se o caminho existente aberto pelos nativos Guaianazes. Partindo-se do Rio de Janeiro, chegando-se ao porto de Paraty e subindo-se montanha acima, chegava-se ao planalto mineiro após quase dois meses de viagem.

Nesse mesmo período, Garcia Paes (filho do bandeirante Paes Leme) recebeu autorização do Conselho Ul-

tramarino e abriu um caminho novo, Paraíba do Sul, desaguardo no Porto do Pilar (atual Caxias). O caminho do Garcia Paes ou do Pilar encurtou a distância entre as Minas Gerais e o porto do Rio de Janeiro para 15 dias de viagem. A travessia, por sua vez, ainda era difícil, principalmente devido à travessia da Pedra do Couto. Além de íngreme, era necessário enfrentar os abismos, as travessias de cachoeira e o frio rigoroso no pico mais elevado da Serra do Tinguá.

Em 1720, mais um caminho foi aberto, o de Inhomirim, reduzindo o tempo de viagem em 7 dias. Logo o Recôncavo Guanabara tornou-se elo de ligação do porto carioca com o planalto mineiro, lugar de entreposto comercial marcado pela intensa circulação de pessoas e coisas, principalmente de viajantes, tropeiros, naturalistas, artistas e escravos africanos. As cercanias da Guanabara configuraram-se, nesse sentido, como lugar de produção de alimentos para o abastecimento das Minas Gerais e da cidade portuária do Rio de Janeiro.

Por sua vez, o crescimento da cidade carioca, a necessidade de ampliar o controle do escoadouro do ouro e

a sua defesa contra os ataques de piratas e corsários, foram determinantes para a transformação do Rio de Janeiro em sede do governo-geral. O advento da mineração alargou as fronteiras do domínio colonial para os sertões e acelerou o processo de crescimento populacional e urbano do que chamamos hoje de Sudeste.

Em fins do século XVIII o ouro já se escasseava nas Minas Gerais e as atividades cafeeiras no Rio de Janeiro deram seus primeiros passos no que chamamos hoje de Floresta da Tijuca e Baixada de Jacarepaguá. Nos anos 1920 e 1930 do século XIX, no atual território da Baixada Fluminense, principalmente nos seus sopés de serra e no Médio Paraíba, a economia cafeeira se afirmou, vindo a se configurar como a principal atividade econômica do império. Mais uma vez as cercanias da Guanabara se caracterizaram por ser o elo de ligação do centro da economia do Brasil no século XIX (Vale Paraíba) com a Corte Fluminense, lugar de entreposto comercial e armazenamento do café.

Em 1850 o tráfico externo de africanos escravizados foi extinto, aumentando os valores da escravaria e a necessidade de reduzir a utilização de pessoas escravizadas na circulação de pessoas e mercadorias. O empresário brasileiro Barão de Mauá investiu capital próprio na instalação da primeira ferrovia brasileira, interligando as cercanias da Guanabara à Estrada Normal da Estrela (mais alargada, paralela ao caminho de Inhomirim) e a Petrópolis, cidade imperial serrana onde a côrte refugiava-se do calor rigoroso e das epidemias.

Logo depois, foi a vez do Estado brasileiro investir em ferrovias para favorecer a circulação do café. A estrada de ferro Pedro II deslocou os antigos eixos de circulação, desfavorecendo as vias fluviais. Por sua vez, nos anos 1970 do século XIX, a economia cafeeira fluminense (dependente exclusivamente da força de trabalho escrava) perdeu a dianteira para a mais nova

© Acervo Marlúcia Souza



Iconografia dos Tupinambá no território fluminense

área de produção de café: São Paulo (os paulistas foram obrigados a investir na Imigração europeia, no trabalho assalariado e na mecanização).

No esforço de obtenção de alternativas para manter a economia, os ruralistas fluminenses estabeleceram suas preferências pelo investimento em criação de gado (menos oneroso e menor quantitativo de trabalhadores), carvoarias (incentivados pela crescente valorização da energia vegetal do carvão), olarias (cerâmicas e tijolos), diversificação agrícola para o abastecimento interno (criação de gado e avicultura), fabricação de sabão, citricultura para exportação, fabricação de farinha.

Quanto à estrutura administrativa, além das freguesias, alguns arraiais foram elevados à categoria de vila, ou seja, município: Magé, Iguassú, Estrela e Itaguaí. Em fins do século XIX a vila de Estrela foi extinta devido à decadência do seu porto e seu território foi distribuído para Magé e Iguassú - o atual território de Duque de Caxias fi-

cou anexado à vila de Iguassú; seu 1º distrito passou a ser dominado Meriti e o restante de Pilar.

Ainda no período referido, duas novas ferrovias foram construídas recortando o atual território caxiense. A primeira foi a Estrada de Ferro Rio Douro, iniciada em 1776, para favorecer a construção e a manutenção de represas de água e adutora, a fim de assegurar a circulação das águas da Serra do Tinguá em Xerém, Tinguá, Cava e Jaceruba) até a quinta do Imperador, atual Caju. A segunda foi a Estrada de Ferro do Norte, criada em 1874, para integrar o Rio de Janeiro a Raiz da Serra, Petrópolis e Águas Claras, no município de Paraíba do Sul. O bairro de São Cristóvão seria o ponto de partida até Raiz da Serra, integrando-se ali à Estrada de Ferro Príncipe do Grão-Pará (até Petrópolis). O ramal de Xerém até a antiga Fazenda do Brejo (Belford Roxo) só foi construído em 1891, sendo aberto para o tráfego de pessoas em 1911. Em 1898 a EF do Norte foi absorvida pela The Leopoldina Railway Company Ltda.

dina Railway Company Ltda.

A E.F. Leopoldina Railway produziu um impacto na periferia da capital federal, conhecida atualmente como Leopoldina, principalmente após a reforma Pereira Passos, quando os setores mais populares foram expulsos do centro do Rio de Janeiro. Bairros populares foram surgindo nas áreas rurais do interior do estado.

Todavia, nos primeiros anos que se sucederam ao advento da República, alguns empecilhos tornaram tímida a ocupação humana no local: precárias condições ambientais associadas à ausência de saneamento e desmatamento mais acelerado por conta das carvoarias, ausências de água potável, presença da febre amarela, do cólera e, principalmente, da malária tornavam a permanência penosa.

Meriti gozava na época de má fama, sendo conhecida como Meriti das Febres. Em 1872 a população local era de 10.542 habitantes e em 1900 ficou reduzida a 800. Para reagir à crise, a classe dominante (proprietários de



© Acervo Marlúcia Souza

Ocupação no Novo São Bento na década de 1990, Duque de Caxias

terras, comerciantes e especuladores imobiliários) pressionava o governo federal a investir no saneamento da Baixada Fluminense.

Essa pressão surtiu efeito e, durante o governo de Nilo Peçanha, iniciativas de peso garantiram investimentos em saneamento. No período de 1910 a 1916, a Comissão Federal de Saneamento da Baixada retificou e alterou os cursos dos rios, alterou áreas, dragou canais e bacias hidrográficas. Apesar das medidas alterarem substancialmente o ecossistema da Baixada Fluminense, o saneamento realizado criou condições para revigorar a permanência humana.

No processo de retomada da ocupação, as disputas de terras produziram uma realidade de extrema violência. Posseiros foram expulsos, enquanto a grilagem e as disputas de terras promoveram um quadro mais parecido com faroeste americano: tiroteios, assassinatos, presença de capangas e bandos de homens armados a serviço de proprietários ou grileiros.

Na segunda metade do século XX duas estradas recortaram o território do atual município de Duque de Caxias: a estrada Automóvel Clube (1926) e a Estrada Rio-Petrópolis (1928). A primeira foi iniciativa privada do Automóvel Clube para favorecer a circulação dos automóveis do Rio de Janeiro até a Estrada Normal de Estrela e a Petrópolis. A segunda rodovia foi uma iniciativa federal durante o governo de Washington Luís.

Tenório Cavalcante, um dos personagens mais polêmicos da história política fluminense, chegou a Caxias dentro desse contexto. Atuou como fiscal, sendo responsável pela contratação de homens para obra da rodovia Rio-Petrópolis; como administrador, atuou nas Fazendas Santo Antônio e Santa Cruz, pertencentes a Edgar de Pinho; organizou seu grupo de homens armados, envolvendo-se em disputas de territórios e tiroteios; era aliado do governo Washington Luís e quando Getúlio Vargas assumiu

o poder, em 1930, atuou na oposição a ele e ao interventor estadual, Amaral Peixoto. Tornou-se comerciante e foi eleito vereador do município de Nova Iguaçu nos anos 30. Posteriormente, filiou-se a uma agremiação partidária anti-getulista e anti-amaralista. Foi deputado e candidato ao governo do estado da Guanabara e, posteriormente, ao do estado do Rio de Janeiro. O Homem da Capa Preta, como era mais conhecido, ainda provoca polêmica na atualidade, sendo objeto de debate, de reflexão e de investigação acerca da história política do país e da história fluminense.

No que se refere à economia na segunda década do século XX, o oeste da Baixada Fluminense caracterizou-se pela citricultura, elevando Iguaçu [nesse período já com a grafia que conhecemos hoje] à condição de primeira exportadora de laranja do país até 1945. Entretanto, as áreas mais próximas das cercanias da Guanabara ainda sofriam com áreas encharcadas, desvalorizadas, impactadas pelo acelerado desmatamento. As pressões dos ruralistas atraíram investimentos em saneamento básico, em desapropriação de territórios encharcados, em colonização das terras devolutas com vistas ao povoamento e à retomada das atividades produtivas para assegurar o abastecimento urbano das grandes metrópoles.

Nos anos 1920 foi criada a Empresa de Melhoramento da Baixada Fluminense, responsável pela continuidade das ações de saneamento, acrescida do papel de desapropriar áreas para fins de saneamento e de colonização. Quando Vargas assumiu o poder em 1930, extinguiu a empresa no ano seguinte e criou a Comissão Federal de Saneamento. As propriedades desapropriadas tornaram-se terras públicas.

A partir de 1930, a Baixada Fluminense sofreu um processo de reconfiguração de seu tabuleiro provocado pelos projetos agrícolas de colonização e de desenvolvimento estabelecido pelos governos varguistas (1930-

1945; 1950-1954). Entre eles podemos destacar a instalação dos núcleos coloniais São Bento (na antiga Fazenda de São Bento) e do Tinguá (parte do atual território de Nova Iguaçu).

Entre os papéis dos núcleos, vale pontuar o de agregar trabalhadores em sociedades rurais sob o controle do Ministério da Agricultura. Estruturados com vistas a assegurar, de um lado, a produção agrícola para o abastecimento dos núcleos urbanos que cresciam velozmente no pós-1930 e, de outro, investir na formação do trabalhador nacional.

Para superar a necessidade de importação de alimentos e manter os valores da cesta básica com menor custo possível, o Estado brasileiro investiu na ocupação das terras devolutas, no beneficiamento das unidades rurais e no controle dos trabalhadores, principalmente em tempos de ditadura (1937-1945).

No território da antiga Fazenda de São Bento foi instalado uma cidade para abrigar menores da capital federal, denominada de Cidade dos Meninos. O projeto atendia à orientação de um congresso latino-americano realizado na Argentina que apontava as escolas agrícolas autossustentáveis como espaços idealizados para agregar menores e reduzir os índices de violência urbana. Logo, os menores abandonados ou os pertencentes às famílias expulsas do mundo rural e não incorporadas pela demanda urbano-industrial ou, ainda, os menores filhos dos trabalhadores urbanos com baixa remuneração, passaram a ser vistos como problemas à ordem. Nesse sentido, os patronatos, as escolas agrícolas e os espaços de abrigo garantiram a permanência dos menores e jovens em espaços segregados, produtivos e auto-sustentáveis. Tais espaços seriam estratégicos na transformação do “Jeca-Tatu” (personagem criado por Monteiro Lobato representando o homem rural brasileiro como pobre, sujo, preguiçoso, desqualificado e portador de uma

cultura inferior) em trabalhador nacional e na produção de excedente para o mercado Urbano.

No início dos anos 1940, em meio à segunda guerra mundial, o Estado brasileiro recebeu financiamento dos norte-americanos para efetivar a instalação de uma base industrial para a fabricação de motores de avião. Apesar do perfil de base militar e do comando das Forças Armadas sobre a Fábrica Nacional de Motores [FNM, a “Fenemê”, em Xerém], seus trabalhadores eram civis. O projeto idealizou a instalação de uma cidade do motor com a estrutura ruro-fábrica, ou seja, um espaço que agrega atividades fabris com atividades rurais.

Seu conjunto arquitetônico constituía-se em: fábrica, vila operária, porteira de entrada e saída controlada, cinema, escola, mercado para abastecimento, produção agrícola através de arrendamentos de terras, delegacia e igreja. O empreendimento atraiu mais de 6 mil pessoas entre trabalhadores da fábrica e lavradores.

Após o término da guerra, a fábrica - definida como uma fábrica-escola com o propósito de estabelecer espaço de experimentos industriais de motores e de formação do trabalhador nacional - saiu da esfera militar para a civil, tornando-se, em 1947, uma indústria automobilística mista com tecnologia italiana.

Na esfera política, ainda nos anos 1930, surgiu o movimento emancipatório denominado de União Popular Caxiense (UPC) formado por comerciantes, jornalistas e intelectuais. O movimento foi reprimido e somente em 1943, durante o Estado Novo, um processo de reforma administrativa foi empreendido pelo governo estadual de Amaral Peixoto. A emancipação e a criação do município de Duque de Caxias efetivaram-se a partir da intervenção da esfera estadual e da afirmação pessoal de Getúlio Vargas, liderança central do Estado brasileiro. Até 1947, o novo município manteve-se sob intervenção estadual. [Foi

também em 1947 que se emanciparam São João de Meriti e Nilópolis].

O processo de abertura política iniciada em 1945 e, conseqüentemente, a queda do Estado Novo, reaqueceram o cenário político. Partidos de cunho nacional como a União Democrática Nacional (UDN), conservador e de oposição ao getulismo; o Partido Social Democrático (PSD), conservador, formado por interventores estaduais e representantes da burocracia estatal com apelo ao getulismo; e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), que incorporava as dimensões getulista, trabalhistas e sindicalistas, iniciaram o processo de disputa política e eleitoral. Ainda é necessário considerar o Partido Comunista do Brasil (PCB), que havia saído da ilegalidade, e obteve uma impressionante votação nas eleições do ano seguinte.

Nas eleições de 1946, a votação dos caxienses foi majoritária no PCB e no PTB. O resultado pode ser creditado à significativa concentração de trabalhadores no município com grande apelo ao trabalhismo, ao getulismo e ao comunismo, haja vista a presença de várias células do PCB espalhadas pelo território. No caso específico do getulismo, não se pode desconsiderar a forte presença do estado em Caxias, seja nos núcleos coloniais, na Cidade dos Meninos, na FNM, nas ferrovias, nos mananciais e reservatórios de água, nas delegacias e no domínio das máquinas burocráticas locais.

Nos anos 1950 e 1960, os movimentos sociais cresceram na Baixada Fluminense e principalmente em Duque de Caxias. Movimento camponês e operário na FNM, movimentos feminista, negro e cultural, movimentos estudantis e da juventude comunista eram organizações que mobilizaram diferentes agrupamentos sociais que lutaram por seus direitos.

Por outro lado, o otimismo desenvolvimentista afirmava-se com a reforma urbana, com a instalação da Refinaria de Duque de Caxias (Reduc), da Fábrica de Borracha (Fabor), da

Bayer e de outras indústrias multinacionais que se instalaram na Baixada Fluminense.

[Atual Rodovia Presidente Dutra foi inaugurada em janeiro de 1951]

No ano de 1962, Duque de Caxias e outros municípios da Baixada Fluminense tornaram-se manchete dos principais jornais da época. Durante a greve geral de 5 de julho, 20 mil pessoas aglomeradas na Praça do Pacificador esperavam por transporte para chegar ao trabalho. Como não havia condução, a situação foi ficando tensa. A população de Caxias estava sofrendo com a sonegação das mercadorias básicas como o feijão. A notícia da existência de feijão escondido nas lojas dos comerciantes provocou agitações e saques. O quebra-quebra iniciado em Caxias se espalhou pela baixada. Cerca de 42 pessoas morreram, 700 ficaram feridas e 2 mil estabelecimentos comerciais foram atingidos na Baixada.

A cidade de Duque de Caxias foi impactada violentamente pelo golpe. Além das cassações de mandatos e dos partidos políticos, a perseguição e o desmantelamento dos movimentos sociais produziram um quadro brutal de desrespeito aos direitos humanos. Merece destaque o assassinato de Getúlio Cabral, militante da Juventude Comunista na cidade e membro da guerrilha urbana. Um dos momentos mais críticos da história local está relacionado à transformação de Caxias em Área de Segurança Nacional. Logo seus moradores foram impedidos do direito ao voto. Prisões, interventores militares no Executivo local, extermínio, formação das máfias de saúde e de educação, favorecendo desvio de verba pública para prestação de serviços privados, caracterizam o viver caxiense em tempos de ditadura militar. O autoritarismo afirmava a concepção da cidade como apenas dormitório.

Uma das poucas vozes que conseguiu publicizar as denúncias de extermínio e a defesa dos Direitos Humanos foi a da diocese de Nova Iguaçu, através da fala comprometida do seu

Bispo, Dom Adriano Hipólito. O Bispo foi sequestrado, seu carro e a sacristia da catedral de Nova Iguaçu foram bombardeados. Nem assim a igreja foi silenciada.

Outras marcas de violência também foram deixadas nos aspectos econômicos, ambientais e culturais: a privatização da FNM e da Fabor transformando-as em Alfa Romeo/Fiat e Petroflex respectivamente; a instalação do Aterro Metropolitano do Jardim Gramacho, nas cercanias da Guanabara, assentado em cima de manguezais; instalação do monopólio funerário por 30 anos; o desmantelamento da Orquestra Municipal animada por Barbosa Leite.

Em fins dos anos 1960, a cidade já era caracterizada na mídia como cidade-dormitório formada por uma população majoritariamente composta por migrantes oriundos do interior fluminense e do nordeste brasileiro, principalmente. Ainda era possível identificar a presença de imigrantes europeus (alemães, italianos, tchecos, portugueses e espanhóis) que fugiram das duas grandes guerras e se instalaram no Centenário, no São Bento, no centro e em Jardim Primavera, principalmente. Algumas famílias japonesas que chegaram ao Brasil após o fim da segunda guerra mundial também foram assentadas no Núcleo Colonial São Bento, principalmente no Amapá.

As condições sociais da cidade enfrentadas por nacionais e pelos imigrantes não eram animadoras: analfabetismo, ausência de vagas na escola; predomínio de escolas situadas em espaços físicos domésticos e de espaços educativos construídos pela pressão dos trabalhadores ou por iniciativas de professores leigos, em sua grande maioria; ausência de equipamento público de saúde, contando apenas com o Posto do Sandu. As rezadeiras e os terreiros constituíram como únicos espaços de cura para a maioria da população; iluminação ainda considerada luxo e a distribuição de água restrita ao entorno da Estação de Caxias.

Em fins dos anos 1960 e início da década de 1970, a criação do Imposto de Circulação de Mercadorias alterou substancialmente a realidade dos cofres públicos municipais, o que de certa maneira possibilitou a construção de novos equipamentos públicos como o Hospital Infantil. Por sua vez, a economia local sofreu impactos com o crescimento do pólo petroquímico, com a duplicação, pavimentação e nomeação da variante da Rio-Petrópolis em Rodovia Washington Luís. Nos anos 1970, esse corredor rodoviário recebeu em suas margens um conjunto de investimentos econômicos prevalecendo os motéis, o pólo madeireiro e moveleiro, além, é claro, de indústrias químicas, metalúrgicas e galpões de armazenamento de mercadorias.

Em Xerém, inicia-se a instalação do atualmente denominado Pólo Tecnológico, com a instalação do laboratório de metrologia no início da década de 1970 e, posteriormente, do Inmetro. Logo depois foi a vez da Embrafilme e de outros empreendimentos. Se de um lado, a euforia do milagre econômico animava investidores, de outro, a favelização, as precárias condições de vida dos trabalhadores, os baixos salários e a ordem estabelecida pelo Esquadrão da Morte e, posteriormente, pela Mão-Branca, marcaram com violência brutal a História dos moradores da cidade.

A partir de 1979 e, principalmente nos anos 1980, o movimento social e sindical reacendeu e reafirmou a trilha da abertura política. Um dos destaques foi o surgimento do novo sindicalismo e consequentemente, o advento da greve dos professores da rede pública estadual em 1979, culminando com a prisão de professores de Caxias pelo Departamento de Ordem Política e Social (Dops). Movimentos sociais que abriram possibilidades de lutas por direitos despontaram, tais como: associações de bairros, Federação Municipal das Associações de Moradores do Município de Duque de

Caxias (MUB), Movimento Fala Mulher, Movimento Pró-saúde, clubes de mães, movimentos ambientalistas, negros e culturais etc.

Nos anos 1990, um novo desmonte dos movimentos sociais foi intensificado pelas políticas neoliberais e pelo avanço da precarização do mundo do trabalho. A esperança de participação foi sendo fragilizada diante do quadro apresentado. A perda de fôlego dos movimentos associativos mais combativos deu lugar ao avanço da implantação de políticas de assistência e de clientelismo, apesar da resistência persistente de tantas outras associações. Um outro aspecto impactante na vida da cidade e de sua população foi a chegada dos grupos organizados do tráfico de drogas, principalmente nos anos 1990.

Várias comunidades populares situadas nas margens da Baía da Guanabara foram ocupadas, na medida em que as vias fluviais facilitavam a chegada das mercadorias pelo mar, assim como o tabuleiro do recôncavo, com seus rios principais e seus auxiliares, permitiram a sua distribuição. Além das populações ribeirinhas, muitas comunidades populares situadas nos morros sofreram e sofrem atualmente com as intervenções e as flutuações diárias do tráfico.

O domínio do tráfico nas comunidades contribuiu para afirmar o sentimento de fragilidade, impotência e fragmentação do tecido social. Muitos jovens populares são cooptados pelo tráfico, na medida em que ele se apresenta como única opção de renda. Várias escolas públicas sofreram e sofrem as interferências do tráfico no seu cotidiano escolar tais como: bala perdida atingindo o interior da escola e colocando em risco a vida dos profissionais da educação e do aluno; tentativas de interferências na escolha do diretor da escola, ocupação da unidade de ensino nos momentos de conflitos; tentativas de imposição de nomes de funcionários para contrato e exigência de liberação de

vagas (diretores de escolas sofrem ameaças e até recebem ordens de fechamento da escola nos momentos críticos). Soma-se a isso, a instalação recentemente de grupos milicianos se impondo nas atividades econômicas relativas a serviços tais como a distribuição de gás de cozinha, tevê a cabo, internet, transporte alternativo, grilagem de terras etc. As disputas de mercado, tanto as realizadas pelo tráfico, como as empreendidas pelas milícias, associadas por sua vez a longa experiência de extermínio na Baixada, alargou ainda mais as fronteiras da violência na cidade.

A ausência de políticas públicas que assegurem aos jovens o acesso a espaços de sociabilidades, de promoção cultural e de preparo para o ingresso ao mundo do trabalho, contribuiu para mantê-los disponíveis para o tráfico e segregados da possibilidade da vivência em uma comunidade educadora e inclusiva. A ausência de equipamentos culturais e de locais públicos de sociabilidade nas comunidades populares colocou a escola pública, na maior parte dos bairros da cidade, na posição de único espaço de presença do Estado.

O sonho da construção de uma sociedade justa, de uma cidade inclusiva e educadora não se perdeu; entretanto, a sua construção por sua vez ainda está distante de tornar-se realidade. Basta lembrar o rápido crescimento populacional sem o acompanhamento devido dos equipamentos urbanos. A favelização crescente, a proliferação de ocupações desordenadas, a baixa renda familiar ainda se configuram como desafios a serem superados.

Os movimentos culturais e sociais, a luta pelo direito à vida e à participação precisam ser afirmados cotidianamente. Afirmar utopias participativas, conquistar políticas de direitos ainda são tarefas que precisam ser abraçadas, apoiadas e tecidas no fazer diário de todos nós.

No início dos anos 2000, verifica-se um reaquecimento da resistência

ao controle e aos silêncios impostos. Grupos culturais, étnicos, ambientais, patrimoniais, religiosos, conservadores ou não, insistem em defender seus direitos a participar nas decisões que são de interesse público. Caxias apresenta-se, nesse sentido, como celeiro da resistência das manifestações tradicionais da cultura negra e popular, mantendo viva a capoeira, as folias de reis, banda afro-brasileira, os blocos de carnavalescos e grupos tradicionais de samba de raiz, feira nordestina, grupos de danças e de teatro atuantes na cidade desde a década de 1950.

Além da resistência cultural, a resistência docente e das comunidades que clamam pelo direito à memória, à história e ao patrimônio crescem no lugar. Experiências de formação docente e o próprio espaço mais qualificado da escola no que diz respeito a um maior envolvimento com a comunidade do seu entorno, assim como, a crescente efervescência do movimento sindical dos profissionais de educação, apontam caminhos para a construção de um projeto político social que supere a concepção de produtividade e de competitividade. Além disso, o surgimento de espaços acadêmicos e de memória como a Feuduc, Unigranrio, Faculdade de Educação da Baixada Fluminense FEBF, a UFRRJ - Campus Nova Iguaçu, a extensão da PUC-Rio no São Bento, o Flama, a Casa de Retiro São Francisco, as bibliotecas públicas, o Teatro Raul Cortez, o Instituto Histórico, o CRPH, o CEPEMHed, o Mate com Angu, a Associação de Professores Pesquisadores de História - APPH-Clio, o Pimba, o C.E. Guadaluajara, o IEGRS, Pedro II e outros vêm contribuindo para construir outras possibilidades do vir a ser para o território da Baixada Fluminense.

A experiência coletiva de professores, de historiadores, de pedagogos, de militantes culturais da cidade e das escolas públicas gerou redes educativas que se colocam na perspectiva da produção alternativa, que atenda

à formação humana, reinventando a cidade e o seu tempo. Esse processo de tessitura da ciência da rememoração oportuniza a reconstrução da inserção social e histórica dos sujeitos, constituindo uma forma de preservação do tempo, da construção e reconstrução de uma memória comum, de um pertencimento coletivo que dê sentido a um novo vir a ser da cidade e daqueles que a habitam.

Referências bibliográficas:

- ABREU, Maurício de Almeida. Evolução urbana do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Iplan Rio/ Jorge Zahar, 1988.
- _____. (org.). Natureza e sociedade no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: PCR/SMCTE/DGDIC/DE, 1992.
- ALVES, José Claudio. Igreja Católica: opção pelos pobres, política e poder. O caso da paróquia do Pilar. Rio de Janeiro: PUC, 1981. Dissertação de Mestrado.
- _____. Baixada Fluminense: A Violência na Construção do Poder. São Paulo: USP, 1998. Tese de Doutorado.
- ARAÚJO, José de Souza Azevedo. Memórias históricas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1945, v. 1, 2 e 3.
- PONDE, Francisco de Paula. "O Porto Estrela". Revista do IHGB, v. 293, Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1972, p. 49-50.
- Beloch, Israel. Capa Preta e Lurdinha: Tenório Cavalcanti e o povo da Baixada Fluminense. Rio de Janeiro: Record, 1986.
- CAVALCANTI, Sandra Tenório. Tenório, meu pai. Rio de Janeiro: Global, 1986.
- DABUL, Ligia. Um tanto da História de Xerém: análise social e eclesial. In: Unidade e prática de fé: pastoral ecumênica da terra em Xerém. Rio de Janeiro: CEDI, 1987.
- FADEL, Simone. Meio Ambiente, Saneamento e Engenharia no Império e na Primeira República. RJ: Garamond/FAPERJ, 2009.
- FORTE, José Mattoso Maia. Memória da fundação de Iguassú. Rio de Janeiro: Typ. do Jornal do Commercio Rodrigues & C., 1933.
- FORTES, Maria do Carmo Cavalcanti. Tenório, o homem e o mito. Rio de Janeiro: Record, 1986.
- FRÓES, Vânia. Município de Estrela - 1846-1892. Rio de Janeiro: UFF, 1974. Dissertação de Mestrado em História.
- FUCHS, Guilherme. Depoimentos e reflexões de um teuto brasileiro: uma crônica. Rio de Janeiro: Edição do Autor, 1988.
- FUNDREM (Fundação para o Desenvolvimento da Região Metropolitana do Rio de Janeiro). Unidades Urbanas Integradas do Oeste. Plano Diretor, V. li - Duque de Caxias. Rio de Janeiro: Fundrem, 1979.
- GEIGER, Pedro. Loteamento na Baixada da Guanabara. In: Anuário geográfico do Estado do Rio de Janeiro, n. 5, 1978.



Visitação no sambaqui de São Bento, Duque de Caxias

- GEIGER, Pedro; SANTOS, Ruth Lyra. "Notas sobre a evolução da ocupação humana da Baixada Fluminense". Rio de Janeiro: IBGE, 1956. Separata da Revista Brasileira de Geografia, n. 3, ano XVI, Rio de Janeiro, jul/set de 1955.
- GHELLER, Elza Maria (org.). Josefa, a resistência de uma camponesa brasileira. São Paulo: Paulinas, 1996.
- GOMES, Flavio dos Santos. Histórias de quilombo/as: mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro. Séc. XIX. São Paulo: Unicamp, 1992, cap. 1. Dissertação de Mestrado (mimeo).
- GRYNSPAN, Mário. Lavradores e Grileiros na Luta Democrática. Rio de Janeiro: Museu Nacional, 1982. Monografia.
- _____. Mobilização Camponesa e Competição Política no Estado do Rio de Janeiro (1950-1964). Rio de Janeiro: Museu Nacional, 1987. Dissertação de Mestrado.
- _____. Os Idiomas da Patronagem: um estudo da Trajetória de Tenório Cavalcanti, Revista Brasileira de Ciências Sociais, nº 14, Rio de Janeiro: Vértice/ANPOCS, outubro de 1990, pp. 73-90.
- HILAIRE, Augusto de Saint. Segunda viagem do Rio de Janeiro a Minas Gerais e a São Paulo (1822). Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1932, série V, v. V. [Coleção Biblioteca Pedagógica Brasileira.]
- LAMEGO, Alberto Ribeiro. O homem e a Guanabara. Rio de Janeiro: IBGE (Setor de Evolução Urbana, 3), 1964.

- LOPES, Irene Maria Magalhães; Alessio, Nancy. Transformação Política ao Nível do Poder Local - Estudo de Caso (Caxias). Relatório Preliminar, Revista de Ciência Política, Rio de Janeiro, v. 5, n. 4, out/dez. 1971.
- LUSTOSA, José. Cidade de Duque de Caxias: desenvolvimento histórico do município: dados gerais. Rio de Janeiro: Serv. Gráfica do IBGE, 1958.
- SOUZA, Marlúcia Santos; Pires, Roberto. Terra de muitas águas. Texto
- n. 5, Duque de Caxias: Itatiaia, 1996.
- _____. Imagens de uma cidade, Revista da Feuduc, n. 2, Rio de Janeiro: Feuduc, setembro de 2000.
- _____. Escavando o passado da cidade de Caxias. RJ: Dissertação de mestrado pela Universidade Federal Fluminense, 2001.
- _____. Memórias da Emancipação e Intervenção no Município de Duque de Caxias nos Anos 40 e 50. Revista Pilares da História, ano II, n. 3, dezembro de 2003, p. 28-36.
- _____. Os impactos das Políticas Agrárias e de Saneamento na Baixada Fluminense. Revista Pilares da História, ano 4, n. 6, abril de 2006.
- _____. e outros. Os caminhos do ouro na Baixada Fluminense. Revista Pilares da História, ano 6, n. 7, maio 2007, p. 7-21.
- SOUZA, Sonali Maria. Da laranja ao lote: transformações sociais em Nova Iguaçu. Rio de Janeiro: PPGAS/UFRJ, 1992.
- TERABE, Kuniyuki. Refinaria de Duque de Caxias: 40 Anos. Rio de Janeiro: BR/Petrobras, 2001.
- TORRES, Rogério; Menezes, Newton. Sonegação, fome, saque. Rio de Janeiro: Consórcio de Administração de Edições, 1987.
- TRINDADE, Solano. "Tem Gente Com Fome e Outros Poemas". Antologia poética. Rio de Janeiro: DGIO, 1988.
- VELHO, Laís Costa. Caxias, ponto a ponto (1953 - 1957). Duque de Caxias: Agora, 1965.

Páginas na internet consultadas:

www.cndc.rj.gov.br (site da Câmara Municipal de Duque de Caxias). Portal do Cidadão www.governo.rj.gov.br

*) Marlúcia Santos Souza

Possui graduação em Estudos Sociais pela Fundação Educacional Duque de Caxias (1988), graduação em Estudos Sociais pela Fundação Educacional Duque de Caxias (1982) e mestrado em História pela Universidade Federal Fluminense (2002). Atualmente é servidora pública estadual (RJ) lotada no Centro de Referência Patrimonial e Histórico de Duque de Caxias (Museu Vivo de São Bento) como coordenadora-geral. Autora do livro *Escavando o Passado da Cidade: História Política da Cidade de Duque de Caxias (APPH-CLIO, 2021)*.

A COR DA BAIXADA

Nielson Bezerra (*)

Reproduzimos aqui a introdução do livro “A Cor da Baixada: Escravidão, Liberdade e Pós-Abolição no Recôncavo da Guanabara”, de Nielson Rosa Bezerra - Duque de Caxias, RJ: APPH-CLIO, 2012. O artigo A Cor da Baixada deve ser visto como uma tentativa de questionar o pouco destaque dado à participação dos escravos e seus descendentes na história da região. Tais trabalhadores enraizaram-se e estabilizaram-se ali no processo que levou à abolição da escravidão, tornando a Baixada mais negra. O título também provoca o questionamento a uma memória que enaltece o surgimento da laranja, fonte inequívoca de dinamização econômica da região na primeira metade do século XX, mas que ofusca as demais atividades produtivas, movidas majoritariamente por braços escravos.

Link do livro: <https://lurdinha.org/site/livro-a-cor-da-baixada-de-nielson-rosa-bezerra-download/>

Introdução

A escravidão e o pós-abolição são temas recorrentes na historiografia nacional e internacional. Porém, passados mais de quinze anos estudando a História da Baixada Fluminense, eu ainda encontro poucos pesquisadores interessados nessas temáticas. A despeito da maioria de negros e pardos que vivem na região, os estudos acadêmicos têm procurado pensá-los através de temas como a educação, a saúde, o poder local, o cotidiano, a cultura, mas dissociando-os da questão racial. Em qualquer lugar do Brasil, a injustiça social sempre esteve diretamente conectada com a discriminação racial, muito em função do nosso longo passado escravista e das suas consequências durante o período do pós-abolição. Essa relação ainda sofre uma forte invisibilidade na Baixada Fluminense, seja na mídia ou nos estudos intelectuais. Esse livro, de alguma forma, endereça-se a ampliar o

debate sobre essa questão ao apresentar diferentes histórias de liberdade ao longo do tempo da escravidão, bem como lançar um olhar sobre a população de cor da Baixada durante os primeiros anos do século XX.

Ao longo das minhas pesquisas sobre o tráfico, a diáspora e a escravidão no Recôncavo da Guanabara, eu sempre mantinha o questionamento sobre a “crise geral da Baixada” no florescer do período republicano. Desse período, eu sempre encontrei o bucolismo e a beleza dos laranjais de Nova Iguaçu e as desoladoras doenças endêmicas de Meriti. Em primeiro lugar, eu nunca me conformei com a “cor da laranja” sempre presentes nos estudos e memórias sobre a “Califórnia brasileira”. O que teria acontecido com os últimos escravos da Baixada após o advento da lei Áurea? De repente, os ex-escravos e seus descendentes desapareceram da região, tornando Nova Iguaçu uma “cidade

laranja”. Porém, há pouco tempo, o trabalho de Carlos Eduardo Costa problematizou essa questão ao estudar o processo de estabilização de famílias de ex-escravos que migraram do Vale do Paraíba para viverem em Nova Iguaçu no início do século XX (Costa, 2008). Aquelas pessoas procuravam as oportunidades que o trabalho nos laranjais e nos barracões de beneficiamento oferecia. Contudo, ainda há um longo caminho nessa direção.

Mais do que a questão da invisibilidade da população de cor nos laranjais, o esvaziamento populacional de Meriti sempre me provocou muito mais. Ao longo de muito tempo, mantive-me atento aos estudos de diferentes pesquisadores que debatiam a formação da cidade de Duque de Caxias sob os seus diferentes aspectos. Com exceção de um estudo sobre o movimento negro, já datado para a segunda metade do século XX (Pereira, 2006), eu encontrei pouquíssimas



Escola Municipal Tavares Guerra

menções que relacionavam a população de cor e as questões sociais tão bem debatidas na cidade de Duque de Caxias (ou Meriti) na primeira metade do século passado (Souza, 2002; Braz, 2006). Ao contrário, os números estatísticos e censos populacionais foram exaustivamente utilizados para explicar que a cidade teria chegado a apenas 800 habitantes, sendo o processo migratório nacional e internacional a principal razão para a grande explosão demográfica das primeiras décadas do século XX. Se por um lado esses estudos demonstraram o quanto a formação social da cidade foi diversificada, pois agregou diferentes culturas ao longo desse tempo, esses estudos também deixaram de evidenciar que a maior parte dessas pessoas vinha de regiões como Espírito Santo, Minas Gerais e o interior fluminense. Eram famílias de ex-escravos procurando novas oportunidades no Pós-Abolição. Por certo que

a proximidade de Meriti (atualmente Duque de Caxias), os investimentos públicos e a especulação imobiliária daqueles tempos atraíram aquelas pessoas para um lugar mais próximo das oportunidades da capital federal.

A invisibilidade da população de cor fica ainda mais nítida quando não se percebe qualquer explicação sobre o que teria ocorrido com os inúmeros escravos que trabalhavam nas lavouras de mandioca da região e que só conheceram a liberdade com a lei Áurea. Teriam todos sido exterminados com as epidemias que assolavam aquele lugar durante o fim dos Oitocentos e o início do então novo século? Teriam eles condições de se moverem para outros lugares, como o subúrbio ou os morros cariocas, também infestados pelas doenças provenientes da pouca estrutura sanitária em que vivia todo o Rio de Janeiro naqueles tempos? Por certo que muitos enfrentaram todas as dificuldades e se moveram, deixa-

ram aquele lugar de memória da escravidão, procurando melhores condições de vida em outros lugares. Mas naquele lugar também havia famílias, suas recordações, seus espaços de sociabilidade. Qualquer possibilidade de estabilidade era suficiente para que se mantivessem na região, mesmo com a memória de um passado cruel, mesmo com as dificuldades impostas pela falta de saneamento. Enfim, seja em qualquer lugar, a população de cor não passou por facilidades. As precárias condições de vida daquelas pessoas não foi uma exclusividade do recôncavo, mas uma regra geral em todo o Brasil (Cunha; Gomes, 2007).

Há alguns anos atrás eu tomei conhecimento de um livro de batismos do Pilar que tinha sido aberto em 1871, estendendo-se até a década de 1930. Por alguma razão que me é alheia, ele não estava na Cúria de Petrópolis, onde está a maioria dos antigos documentos eclesiásticos de Duque de Caxias e Magé ainda hoje. Àquele livro especificamente somavam-se mais dois com menos assentos: um livro de casamentos da Capela de Santa Rita da Posse (1901-1916) e um livro de batismo da Capela da Fazenda São Bento do Iguazu (1914-1917). Naqueles tempos, eu estava em plena pesquisa de doutorado sobre o tráfico e a diáspora africana na transição entre os séculos XVIII e XIX. Então eu digitalizei os documentos e passei a incentivar que alguns estudassem os temas do Pós-Abolição na Baixada Fluminense. Entre esses alunos, o então diretor do setor de documentação do Arquivo da Cúria, Alexandre Barros, escreveu o seu trabalho final do curso de pós-graduação (lato sensu) utilizando uma parte dos livros para estudar o perfil das famílias escravas no final do século XIX (Barros, 2010). Além dele, muitos se interessaram, mas nenhum deles efetivamente assumiu a tarefa de fazer aquela pesquisa. Por alguns anos, eu também mantive os livros guardados sem qualquer expectativa de usá-los.

Durante esses poucos anos, em uma conversa entusiasmada com Marlúcia dos Santos Souza, fiquei impressionado com o Álbum da Fazenda Iguaçu, de 1922, que ela havia acabado de encontrar entre a imensidão de documentos iconográficos da Biblioteca Nacional. Uma preciosidade! O entusiasmo generalizado se dava porque aquelas excepcionais imagens fariam parte do acervo do Museu Vivo do São Bento. Por meio delas era possível conhecer melhor a trajetória do território que acabávamos de transformar em um museu de percurso. Contudo, a minha reação imediata foi olhar para a cor dos trabalhadores que apareciam nas fotografias. Recordei imediatamente os meus documentos digitalizados. Não apenas falei, como também entreguei uma cópia para Marlúcia, dizendo-lhe o que eu pensava sobre o assunto e como tudo aquilo poderia ser transformado em, pelo menos, um belo artigo.

Porém, com o passar do tempo e a correria cotidiana, a temática do pós-Abolição foi mais uma vez esquecida por mim e, pelo que eu vejo, também por outros pesquisadores da região. Após algum tempo sem publicar nenhum artigo na Revista Pilares da História, eu resolvi, no ano passado, escrever um artigo que há muito esperava para ser escrito. Quando recebi a revista, por cortesia de minha contribuição, fiquei impressionado com a fotografia da capa. Era uma bela imagem de uma edição do concurso das janelas floridas, promovido pela Escola Regional de Meriti. Para a minha surpresa, na seção de Iconografia da mesma revista havia outra imagem de uma senhora “de cor” ao lado de sua janela florida. A casa não passava de um casebre de estuque com cobertura de sapé, em plena década de 1920. Na mesma hora, eu me recordei dos inúmeros estudos sobre os arranjos de moradia dos escravos no século XIX, tão bem representados pela pesquisa

de Ynaê Lopes dos Santos (2007). Confesso que somente depois disso eu me interessei pelo artigo de Vilma Correa Amâncio da Silva (2011), que abre aquela edição da revista. Ao ler o seu artigo, lembrei-me de ter em meu computador sua dissertação de mestrado, que eu li imediatamente. Depois disso, a leitura da dissertação de Júlio Cesar Paixão dos Santos (2008) tomou um sentido completamente diferente do que tinha quando a li pela primeira vez.

Nessas leituras, havia algumas pistas de mais fotografias e de informações sobre a escola. Em uma de minhas visitas ao Instituto Histórico da Câmara Municipal de Duque de Caxias, perguntei a Tânia Amaro pelos documentos e fotografias da Escola Regional de Meriti que estão sob a guarda do Instituto. Mesmo estranhando o meu interesse sobre informações que normalmente os estudiosos do tema da educação procuravam, Tânia me mostrou algumas fotografias. Eu dava então mais um passo que transformava intuição em realidade. Fiquei emocionado ao constatar a óbvia maioria de alunos de cor que frequentava a Escola Regional de Meriti na década de 1920. A partir de então, eu tinha um objeto com indícios mais do que suficientes para elaborar um projeto de pesquisa.

Por aqueles tempos, o Inepac tinha anunciado a sua chamada pública anual para pesquisa e publicação. Eu já tinha interesse em concorrer àquele financiamento, mas com um projeto sobre os africanos no século XVIII. Eu desejava aprofundar os meus estudos de doutorado sobre aquele período na região. Contudo, eu havia esquecido que dez anos antes eu tinha estudado a escravidão na Baixada durante a segunda metade do século XIX. Um estudo sobre o início do século XX também seria uma forma de aprofundar os meus trabalhos anteriores. Então, resolvi escrever o projeto. Sem muita segurança, pois eu estava já há algum tempo sem ler sobre a temática do pós-Abolição, cadastrei



Igreja Matriz de Magé

um projeto que provisoriamente intitulei de “Escravidão e pós-Abolição na Baixada Fluminense” no sistema eletrônico de editais do Inepc. Agora era esperar. Para a minha surpresa, o projeto foi selecionado em primeiro lugar. Eu tinha um tema, várias questões, algumas fontes, referências e um financiador. Era necessário “cheirar poeira”, uma expressão dos historiadores da escravidão equivalente ao famoso “mãos à obra”.

Eu sabia que as fontes que eu já tinha não seriam suficientes para a escrita de um livro inteiro. Era necessário procurar por mais informações. Além disso, eu também me comprometia a falar sobre as últimas décadas da escravidão na região, algo que já havia feito na minha dissertação de mestrado, àquela altura, já publicada. Não ficaria bem eu apenas repetir tudo o que já havia escrito. Conquanto, naquele mesmo tempo eu lembrei que tinha muitas anotações que não haviam entrado na dissertação. Eu poderia recorrer a elas. Para a minha decepção, as informações guardadas há mais de dez anos eram sobre o início do século XIX, o que se distanciava muito do que eu começava a trabalhar naquele momento. Não tinha jeito, o Arquivo Nacional mais uma vez me aguardava.

Com medo de patinar nas mesmas informações que já havia lá encontrado durante o mestrado, resolvi procurar outro arquivo. Os periódicos da Biblioteca Nacional seriam o meu alvo principal. Mas, por alguma razão, eu havia encontrado Paulo Knauss que, na condição de diretor do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, alertou-me para a numerosa quantidade de documentos sobre a Baixada que havia naquele acervo. Então, eu resolvi visitar o Aperj, caso não encontrasse nada do que eu precisava, retornaria aos periódicos da Biblioteca Nacional e terminaria a pesquisa no Arquivo Nacional.

Para a minha alegria, na minha primeira visita ao Aperj, deparei-me com

uma infinidade de documentos sobre a Baixada Fluminense. Documentos para todos os temas e períodos. Era o meu paraíso, pois além dos documentos encontrados, na hora do almoço eu poderia contemplar a beleza da enseada de Botafogo diariamente. A longa viagem que eu precisava fazer da Baixada até o arquivo era duplamente compensada.

No Aperj, eu trabalhei com diferentes notações do Fundo de Presidente de Província e do Fundo da Casa de Detenção. Foi possível identificar diferentes correspondências oficiais, tanto administrativas quanto policiais, sobre o final do século XIX. Esses documentos ofereceram informações ricas e diversificadas sobre o tráfico ilegal, os africanos livres e os últimos anos de escravidão. Neles eu também encontrei fichas policiais de pessoas de cor que viviam na Baixada, mas que por qualquer razão eram presas na capital. Prosseguindo com a pesquisa, na Biblioteca Nacional encontrei notícias e relatórios publicados no *Jornal do Comércio* que demonstravam a permanência da produção de alimentos na Baixada no início do século XX. Quando eu cheguei ao Arquivo Nacional, encontrei alguns processos do Tribunal da Relação, fundamentais para que eu pudesse moldar o texto final. Além da documentação que eu tinha encontrado pela Baixada, fui beneficiado com os frutos de outra pesquisa que venho realizando para o Harriet Tubman Institute sobre africanos livres no Brasil. As pesquisas realizadas no Arquivo do Itamaraty e em Serra Leoa acabaram de alguma forma influenciando o resultado final deste livro.

Mais uma vez, optei por uma metodologia que procurasse aliar a quantificação a uma interpretação intensiva das fontes. Dessa forma, penso que seja possível explorar cada detalhe das informações disponíveis nos mais diferentes tipos de documentos. Para isso, mais uma vez recorri às ideias de Carlo Ginzburg sobre a circularidade e

sobre a potencialidade indiciária das fontes (Ginzburg, 1987). Nesse sentido, também me apropriei dos estudos sobre a família escrava e as transformações sociais que atravessaram o Brasil durante todo o século XIX. Porém, a maior referência desse livro sem dúvida foi a metodologia criada por Hebe Mattos e Ana Rios para se pensar as memórias e as recordações do cativo durante o pós-Abolição no Brasil. Embora eu não tenha feito qualquer entrevista, a abordagem que desencadeei sobre os documentos foi completamente inspirada no que eu lia, e me maravilhava, na obra daquelas autoras (Rios; Mattos, 2005). Para pensar a permanência da população de cor na Baixada, mesmo depois da lei Áurea, o sentido que Eduardo Costa deu para o conceito de estabilização, inicialmente, parecia-me bastante apropriado. Porém, ao longo da pesquisa, percebi que aquele autor estava interessado no movimento apenas. Nessa pesquisa, além do movimento, o enraizamento e a fixação também se tornariam fundamentais. Então, ao longo do trabalho, introduzi a ideia de “enraizamento social” da população de cor da Baixada, que se manteve na região na transição do tempo da escravidão para o tempo da liberdade. Nesse caso, foi possível perceber que muitas pessoas, inclusive alguns africanos, continuaram as suas vidas, mantendo relações e laços sociais e afetivos com a terra em que haviam visto seus filhos e netos nascerem. Esse enraizamento, em grande parte, oferece uma perspectiva da ampla recorrência da cultura afro-brasileira na região. Ao longo do livro, o leitor perceberá que não utilizei a expressão “população negra”, insistindo com a expressão “população de cor”. Essa escolha foi intencional, uma vez que é a ausência da designação de cor nos documentos de época que torna os estudos sobre o pós-Abolição tão mais difícil. Os historiadores da escravidão, assim como eu, habituam-se aos documentos do tempo da escravidão em

que a diversidade étnica e social se mostra o tempo todo, sendo possível fazer mensurações inacreditavelmente numerosas. Porém, ao se deparar com o final do século XIX e o início do século XX, o silêncio da cor (Mattos, 1998). torna-se um desafio gigante para os estudiosos que se propõem a perseguir os ex-escravos durante a Primeira República. Diante desse desafio, deparei-me com a quase ausência do designativo “negra” nos documentos desse período. Por conta disso, eu fiz uma opção por enfatizar uma população de cor no sentido de incluir possivelmente os “pardos” que também faziam parte desse mesmo contexto social, embora desejassem alguma distinção social por meio da ausência de qualquer designativo. Esse é um debate que ainda precisa ser aprofundado, porém é preciso destacar que a maior parte da população da Baixada é formada por negros e pardos. Uma caminhada por qualquer lugar da região põe abaixo qualquer resultado das designações de censos e outras estatísticas oficiais. Assim, esse trabalho também é direcionado para essa questão, procurando contribuir para reverter o processo de invisibilidade da população negra e parda da Baixada, que tem insistido em existir ao longo dos anos. As histórias da população de cor da Baixada começam na África por meio dos milhões de pessoas que foram escravizadas e enviadas para diferentes lugares das Américas. No primeiro capítulo, procurei relacionar os africanos que vieram para o Recôncavo da Guanabara por meio das estatísticas que mostram a predominância da África centro-ocidental entre os escravizados da região. Nesse capítulo, os documentos permitiram um olhar sobre os impactos do tráfico ilegal no território. Os africanos livres, assim designados pela lei de 1831, eram submetidos a uma tutela de pelo menos 14 anos como trabalhadores do Estado ou a serviço de algum senhor que se comprometesse a torná-los capazes de “vi-

ver sobre si” por meio do exemplo e do trabalho. Os africanos livres eram numerosos no trabalho da Estrada Normal da Estrela. Eram as conexões guanabaras do período de ilegalidade do tráfico. No segundo capítulo, dediquei-me a traçar um contexto social e econômico no Recôncavo da Guanabara por meio de um olhar privilegiado sobre as condições de vida dos escravizados e suas histórias de liberdade. Nesse capítulo, procurei enfatizar ao máximo as visões e interesses dos últimos africanos que ainda viviam na região durante os últimos anos da escravidão. As estratégias de liberdade eram as mais ampliadas possíveis, mas em muitas das vezes nem era a negociação da alforria ou o fim da escravidão o principal ponto que tornava os africanos protagonistas em processos policiais ou civis. Muitas vezes, a agressão física desproporcional já era suficiente para a reação de muitos deles, revelando novos significados que eram elaborados sobre o cativeiro e a liberdade existente na região durante aqueles tempos. No terceiro capítulo, a família escrava foi a principal questão a ser debatida, mesmo com fontes que pouco favoreceram essa abordagem, dado que muitos assentos não apresentavam informações completas. Mesmo assim eu as quantifiquei, e foi possível mostrar que majoritariamente as crianças eram filhos naturais, pois os pais eram ausentes em quase todos os assentos. Os poucos casais que batizaram os seus filhos como legítimos ofereceram uma interessante dimensão da família escrava na Baixada Fluminense por meio de um olhar cuidadoso sobre a Freguesia de Nossa Senhora do Pilar. Contudo, não satisfeito, eu busquei comparar os dados dos assentos de batismo, como o Censo de 1872, com as informações extraídas das matrículas feitas na Coletoria Municipal de Magé. Assim, foi possível perceber certo equilíbrio entre homens e mulheres, o que tornou possível indicar que, mesmo que não houvesse o casamento sa-



cramentado pelas tradições católicas, isso não significava a completa inexistência de relações estáveis entre homens e mulheres ainda escravizados. No último capítulo, recorri ainda às fontes eclesiásticas. Por meio delas foi possível provar a capacidade de mobilidade espacial que os escravizados do recôncavo mantinham desde o século XIX. Em nome da ordem e da modernidade, muitas das vezes esse hábito, que deveria ser encarado como um direito durante a Primeira República, foi cerceado pela repressão policial. Essa questão tornou-se fundamental para se pensar sobre as reais dimensões da cidadania do Brasil republicano. Nesse capítulo, também se optou por abordar a freguesia de Meriti durante as primeiras duas décadas do século XX. Os registros dos assentos de batismo demonstram claramente que o esvaziamento populacional proclamado com base no Censo de 1910 precisa ser redimensionado. Mais que isso, a população do que seria a sede do município de Duque de Caxias algumas décadas depois era formada em sua maior parte por uma população de cor, fruto do processo de estabi-



Estação Ferroviária Barão de Mauá, Magé

lização e de enraizamento social ocorrido na transição do tempo do cativo para o tempo da liberdade. Ao finalizar o capítulo, colocamos a atenção nos estudantes da Escola Regional de Meriti nos primeiros anos da década de 1920. Por meio das fichas médicas, dos relatórios anuais e das fotografias disponíveis, foi possível identificar que se tratava de famílias da população de cor que ainda viviam todas as influências do que representou o pós-Abolição na região. Ao concluir esse trabalho, reitero que a Baixada Fluminense é marcada por sua formação social, cujas bases, em grande parte, estão na população de escravizados e descendentes de escravizados africanos, que sem qualquer recompensa monetária ou social construíram o Brasil. Esse passado não deve ser esquecido. Ignorá-lo contribui apenas para que o esquecimento e a invisibilidade banalizem os problemas sociais existentes. A injustiça social e a injustiça racial precisam ainda de um longo debate, mesmo que muitos excessos sejam postos e a intransigência marque esse diálogo. Essas questões foram marcadas pela intransigência da escravidão, muitos anos antes da intransigência da militância. Contudo, é para o equilíbrio, o diálogo e a justiça social que esse trabalho se propõe a contribuir.

lização e de enraizamento social ocorrido na transição do tempo do cativo para o tempo da liberdade. Ao finalizar o capítulo, colocamos a atenção nos estudantes da Escola Regional de Meriti nos primeiros anos da década de 1920. Por meio das fichas médicas, dos relatórios anuais e das fotografias disponíveis, foi possível identificar que se tratava de famílias da população de cor que ainda viviam todas as influências do que representou o pós-Abolição na região. Ao concluir esse trabalho, reitero que a Baixada Fluminense é marcada por sua formação social, cujas bases, em grande parte, estão na população de escravizados e descendentes de escravizados africanos, que sem qualquer recompensa monetária ou social construíram o Brasil. Esse passado não deve ser esquecido. Ignorá-lo contribui apenas para que o esquecimento e a invisibilidade banalizem os problemas sociais existentes. A injustiça social e a injustiça racial precisam ainda de um longo debate, mesmo que muitos excessos sejam postos e a intransigência marque esse diálogo. Essas questões foram marcadas pela intransigência da escravidão, muitos anos antes da intransigência da militância. Contudo, é para o equilíbrio, o diálogo e a justiça social que esse trabalho se propõe a contribuir.

Referências bibliográficas:

- Barros, Alexandre Rosário. A família escrava sob a pena do ventre cativo. Pilar, 1871- 1888. Trabalho final do Curso de Pós-Graduação em História Social da Baixada Fluminense. Universidade do Grande Rio, 2010.
- Costa, Carlos Eduardo. Campesinato Negro no Pós-Abolição: Migração, Estabilização e os Registros Cíveis de Nascimento. Vale do Paraíba e Baixada Fluminense, RJ (1888-1940). Dissertação de Mestrado em História. Rio de Janeiro: UFRJ, 2008.
- Cunha, Olívia Maria Gomes; Gomes, Flávio dos Santos. Quase-cidadão: histórias e antropologias da pós-emancipação no Brasil. Rio de Janeiro: FVG, 2007.
- Ginzburg, Carlo. O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- Mattos, Hebe Maria. Das cores do silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista, século XIX. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.
- Pereira, Sandra Godinho Maggessi. Vozes afro-caxienses: ecos políticos-culturais dos movimentos de resistência negra em Duque de Caxias (1949-1968). Dissertação de Mestrado em História. Universidade Severino Sombra, 2006.
- Rios, Ana Lugão; Mattos, Hebe. Memórias do cativo: família, trabalho e cidadania no Pós-Abolição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

- Santos, Júlio Cesar Paixão. Cuidando do corpo e do espírito num sertão próximo: a experiência e o exemplo da Escola Regional de Meriti (1921-1932). Dissertação de Mestrado em História das Ciências e da Saúde. Casa de Oswaldo Cruz – FIOCRUZ, 2008.
- Santos, Ynaê Lopes. Além da senzala: arranjos escravos de moradia no Rio de Janeiro, 1808-1850. Dissertação de Mestrado em História. Universidade de São Paulo, 2007.
- Silva, Vilma Correa Amancio. Ações educativas do movimento higienista na Baixada Fluminense (1920-1930): educar e civilizar pelo Ensino Primário. In: Revista Pilares da História. Ano 10, número 12. ASAMIH, 2011, p. 7-16.
- Souza, Marlúcia dos Santos. Escavando o passado da cidade: Duque de Caxias e os projetos de poder político local. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal Fluminense, 2002. Antônio Augusto Braz. Vidas em transição: a cidade e a vida na cidade de Duque de Caxias nas décadas de 30, 40 e 50 do século XX. Dissertação de Mestrado. Universidade Severino Sombra, 2006.

Páginas na internet consultadas:

www.cndc.rj.gov.br (site da Câmara Municipal de Duque de Caxias). Portal do Cidadão www.governo.rj.gov.br

(*) Nielson Bezerra

Professor adjunto da Faculdade de Educação da Baixada Fluminense (FEFB/UERJ); Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Educação, Cultura e Comunicações em Periferias (PPGECC/UERJ). Doutor em História pela Universidade Federal Fluminense/CNPq. Mestre em História pela Universidade Severino Sombra (2004). Licenciado em História pela Fundação Educacional Duque de Caxias (1998). Primeiro brasileiro contemplado com a prestigiosa bolsa canadense do Post Doctoral Banting Program (2012-2014) na York University, Toronto, Canada. Atualmente é Diretor de Pesquisa e Assuntos Pedagógicos do Centro de Referência Patrimonial e Histórica de Duque de Caxias e do Museu Vivo do São Bento. Autor de "As chaves da liberdade: confluências da escravidão no Recôncavo do Rio de Janeiro, 1833-1888" (EDUFF, 2008); "Escravidão, Farinha e Comércio na Recôncavo do Rio de Janeiro, século XIX" (CLIO, 2011) e "A cor da Baixada: Escravidão, Liberdade e Pós Abolição no Recôncavo da Guanabara" (CLIO, 2012).

DA LARANJA AO LOTE

Sonali Maria de Souza (*)

Reproduzimos aqui a introdução da dissertação de mestrado “Da Laranja ao Lote: Transformações Sociais em Nova Iguaçu”, do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional-UFRJ, 1992, trabalho de grande relevância, que por ser uma das primeiras produções acadêmicas sobre o tema, tem sido referência para a formulação sobre a formação da região da Baixada Fluminense.

Introdução

Cuidado, dizem no fundo da memória as imagens da Baixada Fluminense, todas nascidas da crônica policial (...) (Fernando Gabeira - “Ásperos Caminhos da Esperança”)

“For the historian comes to the interview to learn: to sit at others who, because they come from a different social class, or are less educated, or older, know more about something” (Paul Thompson - *The Voice of the Past*)

A região hoje comumente conhecida por Baixada Fluminense costuma estar presente no noticiário nacional e internacional como área de forte criminalidade, e também como exemplo dos problemas do modelo metropolitano brasileiro. O jornalista Fernando Gabeira chegou a escrever que os limites da Baixada seriam uma “fronteira mítica”, tal a distância social resultante das imagens e noticiários provenientes dessa região.

Em que pese a dramática realidade subjacente a essas denúncias, que fatores concorreram para a constituição de tal fronteira que coloca a Baixada para além dos limites da cidade, mas

também fora das representações de campo, circunscrevendo um lugar habitado por seres míticos, assim como as montanhas de uma região do País Basco que, segundo camponeses, seriam habitados pelo “gentil”?(1)

Foram perguntas como essa, feitas por muitos habitantes da Baixada, que moveram inicialmente o trabalho de pesquisa que deu origem à presente dissertação, e neste texto inicial, proponho-me a contar os caminhos que percorri com elas e como pude ir encontrando os dados que me permitiram chegar até aqui. Os caminhos não foram fáceis, mas à medida que os sinais que eu ia encontrando me permitiam entender aqueles pelos quais havia passado anteriormente, pude caminhar com a convicção de que as perguntas que estava fazendo levavam à possibilidade de tornar inteligível um lugar existencial, geográfico, social.

Para isso, além de bibliografia, muito ajudaram as pessoas com as quais convivi durante o trabalho de campo. Encontrá-las não foi apenas a relação de uma pesquisadora em observação participante, mas a possibilidade de trocar experiências com aqueles que poderiam me ajudar a entender questões deste trabalho. De minha parte, a disponibilidade em ouvi-los, própria da profissão, era muitas vezes a con-

firmação de que suas vidas de fato tinham historicidade, uma experiência importante, que às vezes o estatuto politicamente subalterno de uma condição, como a velhice, a pobreza, o analfabetismo, fazia esquecer. Mas não apenas os ouvi, várias vezes, conversei. Ou melhor, embora tivesse um roteiro para as entrevistas, por diversas vezes o que aconteceu foram conversas em torno dos temas que a pesquisa propunha a essas pessoas. Com elas, aprendi. E comigo elas tiveram a possibilidade de expor suas experiências e juntos podemos refletir sobre elas.

Durante todo o tempo, tinha consciência de que quem ia em busca dessas pessoas era eu, pesquisadora, e que, portanto, elas possuíam um conhecimento que a mim era necessário. Sem pruridos acadêmicos, não compartilho de ideias que pretendam dar à ciência um estatuto de saber independente da condição humana. Desse modo, como na epígrafe no início deste texto, convivi com as pessoas que me ajudaram a escrever esta dissertação para aprender com elas. Creio que várias das perguntas que lhes fazia eram perguntas que elas faziam a si próprias e que, talvez por isso, quando as entrevistava, por diversas vezes vivi a situação de ter uma ou mais pessoas escutando o re-



Foto aérea de Nova Iguaçu, 1940

lato de quem era entrevistado e também entrevistando.

Vasculhando bibliotecas locais, arquivos pessoais, efetuando entrevistas, deparei-me várias vezes com o extremo interesse de pessoas contatadas, seja em dar-me seu depoimento pessoal, seja em ceder-me documentos, bibliografias. Infelizmente, as restrições objetivas de locomoção, tempo, e mesmo do escopo do trabalho, levaram-me a dar um limite necessário a este levantamento, que possivelmente não deve ter correspondido à

demanda dos grupos contatados. Realizei entrevistas em que os entrevistados me aguardavam atenciosamente, alguns acompanhados de amigos ou parentes que lhes “sopravam” um ou outro dado e que ao final me indicavam listas de pessoas que poderiam também ser entrevistadas, o que, dado os limites acima descritos, muitas vezes não pude fazê-lo.

Esta experiência, acontecida entre idosos mas também entre não idosos, ou melhor, entre pessoas que se interessavam por uma “história de

Nova Iguaçu”, no caso de elites locais, ou então pela história da citricultura, no caso de parentes de chacreiros. Ou ainda pela história de seu bairro, no caso dos moradores de uma área de loteamentos onde estive no decorrer da pesquisa. Ali tive a convicção de que uma história precisava ser contada, não apenas sob o ponto de vista da pesquisadora, mas também das pessoas entrevistadas. O que não quer dizer que trabalhos não tenham sido feitos nesse universo social, mas que para os agentes uma his-

tória vivida precisava ser contada. Notadamente entre habitantes mais antigos de Nova Iguaçu, elites locais e chacreiros, houve muito interesse nos depoimentos colhidos e naqueles que poderiam vir a ser feitos por parte daqueles que eram entrevistados e de conhecidos que vinham saber da entrevista, pois são significativos, é o que me parece, de uma experiência social importante na história do estado do Rio de Janeiro.

Inicialmente, estive mais concentrada em fazer entrevistas nesse segmento. Ao final dessa fase, convenci-me de que um processo de rupturas havia sido vivenciado por aquelas pessoas e que fora esse processo que informava o tom de necessidade, de ato necessário, dos depoimentos. Mais tarde, quando então estive mais detidamente fazendo entrevistas entre moradores de loteamentos, comecei a pensar nesse processo como algo muito mais amplo, que englobaria também aqueles que tinham vindo morar nos loteamentos. Algumas das entrevistas tiveram o caráter resgatador indicado por vários pesquisadores (e.g. Thompson, 1988; Pollack, 1986) a respeito da importância do depoimento biográfico para os entrevistados.

No caminho um tanto quanto poeirento (lembro-me aqui das ruas e trilhas porque passei) desta pesquisa, foi pensada a possibilidade de ser feita uma comparação entre trajetórias de habitantes de um loteamento e de camponeses de uma ocupação em Nova Iguaçu, Pedra Lisa. Isso se deveu ao fato de ter encontrado, no loteamento em que fazia trabalho de campo, uma antiga liderança daquela ocupação, hoje octogenário. Felizmente, de uma empreitada dessa monta, com todas as implicações que teria do ponto de vista teórico e também do fôlego necessário para um tal trabalho de campo, tirou-me o sociólogo Abdelmalek Sayad, com quem pude conversar sobre a pesquisa, já iniciada, durante sua estadia no Brasil, em 1990.



Japeri

Assim, concentrei-me “apenas” na área de loteamentos onde já tinha conseguido fazer contatos e entrevistas, mas, de qualquer modo, ter ido à Pedra Lisa e entrevistado alguns de seus posseiros foi importante, não só pela beleza do mundo que pude conhecer lá (a história de alguns de seus posseiros, a geografia do lugar), mas também como um subsídio para este trabalho.

Esta dissertação procura contar a experiência dos habitantes de uma localidade que, no processo de transformação brasileiro que marcou “o fim da hegemonia agrário-exportadora e o início da predominância da estrutura produtiva de base urbano-industrial” (Oliveira, 1972, p. 9), foi um locus profundamente marcado por

este processo. A cidade de Nova Iguaçu e bairros adjacentes faziam parte do território de um município que até o início dos anos 1950 era socialmente apropriado segundo os princípios de uma economia agrária e que, a partir daquela década, passou a ter vastas áreas transformadas em loteamentos. Ou seja, glebas de terra, várias delas com produção agrícola, tiveram essa produção retirada e foram arruadas e divididas em lotes, a fim de serem comercializados individualmente.

Em sua maioria, esses lotes, destinados à ocupação urbana, serviram para o alojamento de população que se deslocava do campo para centros urbano-industriais, como o Rio de Janeiro, em busca de trabalho.

Por meio da intervenção de polí-



ticas públicas no decorrer do Estado Novo, como o saneamento da Baixa da Fluminense, a eletrificação dos trens de passageiros, o Decreto-Lei nº 58, que regulamentou o loteamento de terras, foram dadas as bases para a aceleração dessa ocupação, que recebeu novos incentivos com a abertura ao tráfego da Avenida Brasil e da rodovia Presidente Dutra. Na esfera política local, as intervenções estado-novistas se fizeram sentir, por exemplo, com a deposição, em 1930, do prefeito Alberto Soares de Sousa e Melo, que veio a ser o último representante, nesse cargo, de uma família de proprietários rurais que controlava o poder político há cem anos.

Dentro do quadro da aceleração da acumulação econômica promovida a

partir do reordenamento político e econômico iniciado pela Revolução de 1930, os loteamentos, sob a forma da venda de lotes sem investimentos de infraestrutura, articulavam-se com as estratégias de acumulação do período. A compra do lote, pago em prestações durante 12, 15, 20 anos da vida produtiva do grupo doméstico, e a construção da casa, feita pelo grupo, ajudaram a aumentar, conforme Oliveira (1972), a taxa de exploração da força de trabalho, pois o seu resultado, a casa, reflete-se numa baixa aparente do custo de reprodução da força de trabalho - de que os gastos com a habitação são um componente importante - e para deprimir os salários reais pagos pelas empresas (Oliveira, 1972, p. 31).

A questão da habitação dos trabalhadores, nas cidades onde se concentravam as indústrias, foi uma questão abordada por autores de diferentes correntes, contemporâneos do período de surgimento do operariado na Europa, tornando-se, desde então, um tema presente na literatura sobre esse segmento social, na qual a insalubridade e o caráter segregador do espaço destinado à habitação de trabalhadores, eram dados mencionados (Perrot, 1971; Lopes, 1984).

Nesse período, com o crescimento da industrialização, verificou-se a transformação de terras englobadas pelo sítio urbano em unidades parceladas a serem comercializadas, sob a forma de lotes retangulares, o que se deu inicialmente na Europa, e depois nos Estados Unidos. Este tipo de prática já seria encontrada na Europa desde o século XVII, vindo a se consolidar e ampliar, no século XIX, sob a forma de planos de loteamentos chamados pelos estudiosos de urbanismo de planta em grade ou em xadrez (Mumford, 1982, p. 456-464; Beloch, 1980, p. 25-29).

Essa inovação articulava-se com as transformações mais gerais, promovidas pela expansão da economia de mercado desde fins do século XVIII,

em que a terra foi incorporada, enquanto mercadoria, nesse sistema (Polanyi, 1980).

Na literatura brasileira sobre habitação popular, o tema dos loteamentos e da autoconstrução (categoria utilizada pelos estudiosos do problema da habitação para designar a prática de construção da casa dos trabalhadores pelos eles próprios) é recente, iniciando-se a partir da segunda metade dos anos 1970. A favela foi o objeto de estudo privilegiado dessa literatura, influenciada, até os anos 1970, pela teoria da marginalidade, havendo, assim, uma bibliografia mais vasta em relação a essa forma de moradia (Valladares & Figueiredo, 1981).

Só mais recentemente, em fins dos anos 1970, é que os loteamentos passaram a ser analisados, tendo o ensaio de Francisco de Oliveira, *A economia brasileira: crítica à razão dualista*, já referido, como um importante marco teórico. Houve aqui, na verdade, uma descontinuidade com a produção de geógrafos que, nos anos 1950 e início dos anos 1960, estudaram o assunto no período em que os loteamentos proliferaram no estado do Rio. Cabe, então, lembrar os trabalhos de Pedro Geiger, Myriam Mesquita e Terezinha Segadas Soares, incorporados nesta dissertação.

Este trabalho estuda o caso da produção de loteamentos em Nova Iguaçu, procurando mostrar como ela gerou rupturas a nível local, transformações econômicas e sociais.

Estas transformações se traduziram, inclusive, em mudanças do território administrativo do município. O crescimento da ocupação urbana, sob a forma de loteamentos, presente em Nilópolis e Meriti desde o início do século XX e em Duque de Caxias a partir da inauguração da rodovia Rio-Petrópolis em 1928 e sobretudo a partir dos anos 1930, refletiram-se na emancipação desses distritos.

A ocupação intensa dessas áreas, posteriormente desmembradas, fizeram então com que o município

tivesse um crescimento populacional expressivo, registrando o maior crescimento proporcional do país no período de 1920 a 1940 (Mendes, 1950, p. 102). Assim, em 1943, foram emancipados de Nova Iguaçu os distritos de Duque de Caxias, Imbariê, Meriti e parte do distrito de Belford Roxo, a fim de constituírem o novo município de Duque de Caxias. Em 1947, Meriti veio a constituir o município de São João de Meriti, assim como o distrito de Nilópolis, separando-se de Nova Iguaçu, ganha autonomia municipal.

De outro modo, o crescimento populacional acima referido ocorreu também devido ao cultivo da laranja, que atraiu população camponesa para essa produção. Na cidade de Nova Iguaçu, centro administrativo do município, e arredores, desenvolvia-se desde o início do século o cultivo da laranja, produção agrícola que teve grande importância devido a sua inserção no modelo agroexportador do período anterior à Revolução de 1930.

O sucesso da citricultura, até a primeira metade dos anos 1940, resguardou as extensões de terra ocupadas com essa produção da onda crescente de loteamentos como será visto mais detidamente no decorrer da dissertação. O fim deste cultivo, com a transformação das chácaras de laranja em loteamentos urbanos trouxe não só uma nova forma de ocupação, mas também mudanças econômicas, transformações na organização social do município, e a ruptura com as idéias de uma cidade e de um mundo agrário.

Este trabalho procura mostrar os loteamentos sob o ponto de vista das transformações locais que estes implicaram. A literatura sobre esta forma de ocupação tem privilegiado as questões do parcelamento do solo, da autoconstrução e dos agentes imobiliários. Incorporando essas questões, a dissertação procura dar indicações de que, a nível local, os loteamentos podem representar transformações em uma organização social existente

anteriormente.

Desse modo, se procurará demonstrar que os loteamentos feitos em Nova Iguaçu, no pós-guerra, desencadearam um processo de rupturas com o período anterior, quer seja pelo abandono de uma produção agrícola, quer seja pelo crescimento populacional favorecido pelos loteamentos.

A existência prévia de uma organização social pode ser percebida através de um sistema de classificações relacionado ao tempo em que uma pessoa habita o lugar, frequentemente acionado, e que remete à história da ocupação do espaço. Esse sistema classificatório traduz, parece, as diferentes camadas, etapas, em que se deu a ocupação. São as categorias: família tradicional, iguaçuano, pessoal antigo e morador antigo.

As famílias tradicionais são aquelas ligadas ao passado de proprietários rurais. As elites locais têm posição de prestígio semelhante àquela descrita por Costa e Digiovanni (1991) a respeito dos curitibanos de famílias conhecidas, famílias mais antigas e de prestígio na cidade. A classificação família tradicional remete também à noção de uma tradição de família, de um sobrenome de prestígio historicamente cristalizado.

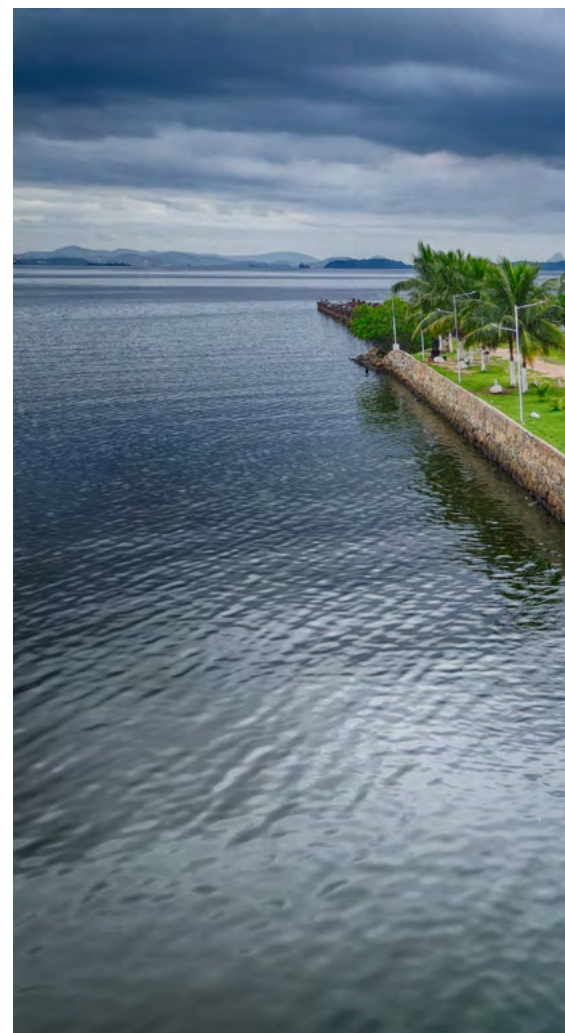
A categoria iguaçuano é pouco empregada no cotidiano, em geral aparece em situações de propaganda política ou em contextos de reafirmação de uma precedência sobre o lugar.

O pessoal antigo refere-se a famílias de moradores antigos e ambas as categorias recobrem os habitantes mais antigos de um bairro, ou da cidade, e, independentemente de sua posição econômica, há uma relação de deferência para com eles. Em geral, nos bairros, os moradores antigos, são aqueles pioneiros na ocupação do loteamento, ou aqueles que estavam presentes na cidade, nos povoados ou nas chácaras, no período que precedeu à expansão dos loteamentos. Em Austin, onde fiz trabalho de campo, eram constantemente

mencionados Seu Fulano ou Dona Fulana “morador(a) antigo(a) aqui da área”, e que, segundo aqueles que me ajudavam a fazer contatos com possíveis entrevistados, seriam “importantes” para a pesquisa.

A existências dessas categorias e as relações que elas ensejam faz pensar a historicidade da ocupação do espaço e como o tempo de permanência no espaço é socialmente relevante nesse contexto.

Mas, além de prestígio, essas classificações podem remeter também, para as elites locais, a uma oposição entre iguaçuanos e o pessoal de fora em que os primeiros representam a população que foi morar nos loteamentos. Nessa oposição, os iguaçuanos atribuem aos segundos os problemas advindos ao município sobretudo a



© Filipo Tardim

partir dos anos 1970, como a falta de infraestrutura para o atendimento da população e a criminalidade.

Essa parece ser uma constante em vários processos sociais de mudança, em que o crescimento populacional por meio da migração acontece associado à deterioração de uma situação tida pelos antigos como melhor que a presente. Será então ao estranho que serão destinadas as causalidades da situação, tornando exógenas estas causas, externas ao grupo mais antigo no espaço. Keller (1977), por exemplo, mostra a existência de uma oposição entre os moradores mais antigos de um povoado sertanejo e nordestinos, em área de frente de expansão agrícola, no Maranhão, em que os sertanejos atribuem à chegada dos paraibanos uma certa desordem

na vida social do povoado.

A presença dessa oposição se traduz em campanhas eleitorais, no caso de Nova Iguaçu. A partir dos anos 1980, têm sido feitas campanhas usando-se o argumento de que somente um político iguaçuano no cargo de prefeito seria capaz de administrar melhor o município.

Além dessa oposição, uma outra permite pensar nas transformações ocorridas. É a oposição entre a cidade dos laranjais e a cidade dos loteamentos. Registra-se uma valorização positiva do passado, em que este é idealizado. Essa valorização se dá entre famílias tradicionais, iguaçuanos e moradores antigos, presentes no período anterior aos loteamentos, e, longe de pensar que a idealização do passado seja uma total falsidade,

essa questão foi abordada na dissertação como um mito que remete ao passado agrário do município e que pode ajudar a compreender relações socialmente estabelecidas. Para isso, foi realizado um levantamento histórico a fim de que se pudesse compreender em que sentido, em contraste com um período anterior, os loteamentos representaram mudanças significativas.

Se há um eixo temporal, diacrônico, neste trabalho, ele se dá como investimento para a compreensão das diferentes ocupações e representações sobre o espaço. Assim, um outro eixo do trabalho é o próprio espaço, objeto tradicionalmente estudado pelas ciências sociais. As representações de Baixada, cidade e mundo rural, são abordadas no decorrer do trabalho como elementos significativos das mudanças analisadas.

Durkheim (1973), ao abordar o espaço enquanto representação coletiva, demonstrou que as representações sobre este são produzidas socialmente. Em *Os Nuer* (Evans-Pritchard, 1978), pode-se perceber como as categorias de tempo e espaço, articuladas, traduzem a apropriação social da natureza, e que assim, as concepções de tempo e espaço remetem às concepções de natureza e às relações sociais por meio das quais as sociedades organizam sua temporalidade e territorialidade.

Tendo em vista a ênfase espacial do objeto de estudo deste trabalho, não se poderia esquecer a historicidade das relações sociais sobre o espaço e, conjuntamente, a dinâmica das relações de apropriação deste, a fim de que ele não seja substantivado na análise.

Assim, cumpre ressaltar que não passaram despercebidos os deslocamentos e trocas que tornam a população de um município, bairro, loteamento, irredutíveis aos limites destes (Champagne, 1975). Além desse aspecto, os próprios limites juridicamente constituídos são aqui pensados enquanto uma construção política, social e histórica e, portanto,



Estação Guia de Pacopaíba, Magé

representando um estado da dinâmica de apropriação social do espaço.

A cidade, e as possíveis particularidades das relações sociais agenciadas por ela, têm sido objeto de reflexão constante nas ciências sociais. Presente em clássicos como Weber (1966), Simmel (1979) e Marx, a cidade teve, no departamento de Sociologia da Universidade de Chicago, um importante centro de pesquisa, já a partir do início do século XX. Por meio de observação minuciosa de comunidades urbanas, estudiosos como Robert Park, Ernest Burgess e Roderick Mackenzie, implementaram e consolidaram os estudos monográficos, feitos por cientistas sociais no interior das cidades (Breslau, 1988).

No Brasil, as pesquisas em áreas urbanas têm também uma produção expressiva. Apenas para citar alguns trabalhos relevantes de antropólogos feitos entre diferentes segmentos e abordando diferentes aspectos das camadas populares, pode-se lembrar das pesquisas de Caldeira (1984), Magnani (1984), Zaluar (1985), Duarte (1986) e Lopes (1988).

Desse modo, são amplamente empregados o método comparativo e o trabalho de campo para o entendimento de relações sociais no contexto do espaço urbano. A utilização da abordagem antropológica para o entendimento dessas relações tem sua validade demonstrada quando se avalia a contribuição de diferentes pesquisadores, no sentido de possibilitar um melhor entendimento dos microcosmos presentes na heterogeneidade das cidades surgidas com o desenvolvimento industrial. A possível "familiaridade" dos pesquisadores com seus "objetos de estudo", no sentido de que compartilham uma mesma "organização sócio-espacial", não oblitera, por si só, os resultados, podendo ser relativizada, caso se pense nas inúmeras diferenciações encontradas nesse mundo heterogêneo (Velho & Silva, 1977) e nos recursos analíticos e metodológicos desenvolvidos pela Antropologia.

Partindo do suposto que o modelo de urbanização promovido por meio do deslocamento de população para os grandes centros industriais teve como uma de suas consequências a heterogeneidade desse mundo urbano (Park, 1979; Wirth, 1979; Velho & Silva, 1977) procura-se pensar a cidade criada pelos loteamentos como um mundo diferenciado, não apenas porque a população que aflui para este possui diferentes origens sociais, mas também porque, como se procurará demonstrar, os loteamentos não aconteceram sobre uma área de vazio populacional ou sem uma história de apropriação do espaço anterior a eles.

Assim, procurou-se esboçar um quadro onde surgissem diferentes agentes envolvidos no processo: proprietário de terra, chacreiros, trabalhadores da laranja, loteadores, habitantes de loteamento. Assim também, registrou-se a produção saudosista dos iguaçuanos e moradores antigos, não para desqualificá-la, mas como uma expressão que pode ser subsídio para o entendimento das mudanças.

Procura-se também, além de destacar a diferenciação interna deste universo, dar mostra de um dinamismo próprio às relações sociais. A inovação dos lotes urbanos provocou mudanças no espaço social, nos "princípios de diferenciação ou de distribuição" (Bourdieu, 1989b, p. 133) que organizavam a sociedade sustentada pela citricultura e, desse modo, nas posições ocupadas pelos agentes.

O mundo retratado pela memória idealizada dos "laranjais floridos" foi constituído por meio do surgimento de vários pequenos e médios estabelecimentos, e de seus responsáveis, os chacreiros; atraía população camponesa de diferentes lugares e nele os exportadores tinham posição dominante. Como se tentará demonstrar, esse mundo foi sendo transformado com a entrada em cena de um novo campo social, cujo objeto de disputa era a terra.

Os loteamentos foram produzidos por meio da criação desse campo, que formou especialistas como os loteadores (de maior ou menor capitalização) e corretores imobiliários, com conhecimentos próprios (havendo inclusive a especialização por meio de cursos) estes agentes trouxeram novas práticas que se traduziram em amplas mudanças.

A incorporação dessas práticas por agentes locais fez com que, por exemplo, proprietários de terra viessem a lotear suas propriedades, abrindo suas próprias firmas de loteamento, e que também se tornasse possível que um ex-trabalhador rural viesse a ingressar no mercado imobiliário como corretor e posteriormente loteador, caso este encontrado na pesquisa.

Assim, por meio da atuação desse novo campo social, foi mudado o emprego da terra e também a própria organização social da localidade. A força desses agentes pode ser avaliada, inclusive, pela articulação entre estes e o poder público, tornando possível a adequação da implementação dos loteamentos face às exigências de legislação.

A pesquisa procurou descrever uma área de loteamentos, a fim de abordar o novo tipo de cidade que surgiu por meio dele. Tenta-se mostrar como esse espaço é apropriado pelos novos habitantes, a origem social destes e sua diversidade.

Para tal, foi escolhida uma área em Austin, sub-distrito de Nova Iguaçu, cuja denominação se deve à estação ferroviária, batizada com o sobrenome do engenheiro inglês que a construiu no século passado. Assim também se chamou o povoado erguido em torno da estação, cujas redondezas foram ocupadas por várias chácaras e pela Fazendas Reunidas Normandia, com produção de laranja.

Os loteamentos nos quais foi feito trabalho de campo são originários de chácaras e se encontram próximos à rodovia Presidente Dutra. Lá pude entrevistar remanescentes da



São João de Meriti

citricultura, bem como aqueles que compraram lotes e vieram habitar os loteamentos.

Foram realizadas cinquenta entrevistas para esta pesquisa, entre habitantes da cidade de Nova Iguaçu e de Austin. Trinta delas seguiram o roteiro de um questionário com perguntas abertas e fechadas, sendo realizadas no Posto de Saúde Rosa dos Ventos, mantido pelo Sistema Unificado de Saúde e situado no loteamento Vista Alegre. A possibilidade de acesso aos habitantes dos loteamentos se deu com a intermediação da Associação de Moradores de Vista Alegre e Adjacências, que possibilitou a “entrada no campo” no ano de 1989.

As questões e argumentos foram desenvolvidos em quatro capítulos. No primeiro busca-se demonstrar o processo histórico subjacente à construção social da Baixada e para isso

também procurou-se esboçar um quadro de aspectos da história do município que deu origem à região. Esse esboço talvez seja um tanto extenso para um trabalho em Antropologia, mas o esforço da pesquisadora nessa área fez com que resolvesse registrar aspectos que pareciam importantes para que se pensassem as continuidades e discontinuidades dessa história.

No segundo capítulo a citricultura foi descrita com o objetivo de balizar a apreciação das rupturas presentes às transformações dos anos 1950. No terceiro capítulo os loteamentos foram tratados sob o ponto de vista de que as transformações no espaço físico promovidas por eles também levaram a transformações no espaço social, promovendo deslocamentos, em que alguns tiveram trajetória declinante, outros trajetória ascendente,

e outros mantiveram sua posição por meio da reconversão de capital. No quarto capítulo desenvolveu-se uma etnografia em uma área de loteamentos que foi anteriormente ocupada com produção de laranjas.

(*) Sonali Maria de Souza

Possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio de Janeiro-UFRJ (1984) e mestrado em Antropologia Social pelo Programa de Pós-Graduação do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (1992). A dissertação “Da Laranja ao Lote” está entre os primeiros trabalhos acadêmicos sistematizando informações e análises sobre a Baixada Fluminense, tendo sido referência para inúmeras produções bibliográficas. Sonali foi colunista do jornal Correio da Lavoura, de Nova Iguaçu e é poeta, com publicações em diversas coletâneas de poesias.

DESIGUALDADES SOCIOESPACIAIS NA METRÓPOLE CARIOCA

Manoel Ricardo Simões (*)

Publicamos aqui a Apresentação, Introdução e o capítulo Desigualdades socioespaciais na metrópole carioca do livro "Desigualdades Sociais e Violência na Metrópole Carioca 2010-2020", Editora Entorno, 2021

Link do livro: <https://drive.google.com/file/d/1RjmixYGqSVcNmBZay6jLMmXYa-lojDlrj/view?usp=drivesdk>

Apresentação

Este livro é um aprofundamento de uma pesquisa iniciada em 2017, que procurava analisar os dados estatísticos sobre a violência na Metrópole Carioca, buscando encontrar padrões que dessem conta de responder questões básicas que me incomodavam como cidadão e cientista. A ideia básica era entender por que determinados tipos de crime se diferenciavam em termos de número de ocorrências e de intensidade entre as diferentes frações do território metropolitano. Por que alguns bairros são "seguros" e outros são "violentos"? Por que morrem, em termos absolutos e relativos, mais pobres que ricos e pessoas da classe média? Por que morre mais gente em Belford Roxo

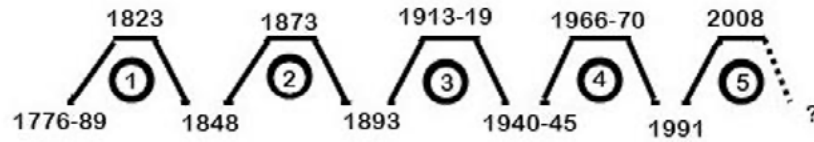
que em Ipanema? Mesmo na Baixada, qual a razão de se poder andar à noite no centro de Nova Iguaçu e nunca poder chegar depois das 22 horas no bairro do Grão Pará no mesmo município? E, é claro, por que os negros e pardos, em termos absolutos e relativos, são mais encarcerados e mortos por uma polícia formada, majoritariamente de praças e suboficiais "pretos ou quase pretos"?

EO discurso oficial de "Guerra às drogas" é repetido à exaustão na mídia, com a adjetivação dos envolvidos às vezes com pseudo discrição e em outras com ódio, explicitado com gritos, berros e afirmações pouco lisonjeiras como "vagabundo" ou meliante, que consolidam uma imagem estigmatizada do "bandido" como um tipo ideal bem definido, o "traficante", o "assassino impiedoso", o "ser do mal" que ameaça o "cidadão de bem" paga-

dor de impostos que tem seus bens, sua vida e sua família ameaçados. Essa mesma mídia relativiza a periculosidade e os danos causados pelos autores dos "crimes de colarinho branco", para usar uma expressão fora de moda, apresentando a denúncia, mas dando espaço ou lendo notas das defesas dos envolvidos, tratados não como "vagabundos" ou bandidos, mas como "suspeitos" ou "acusados".

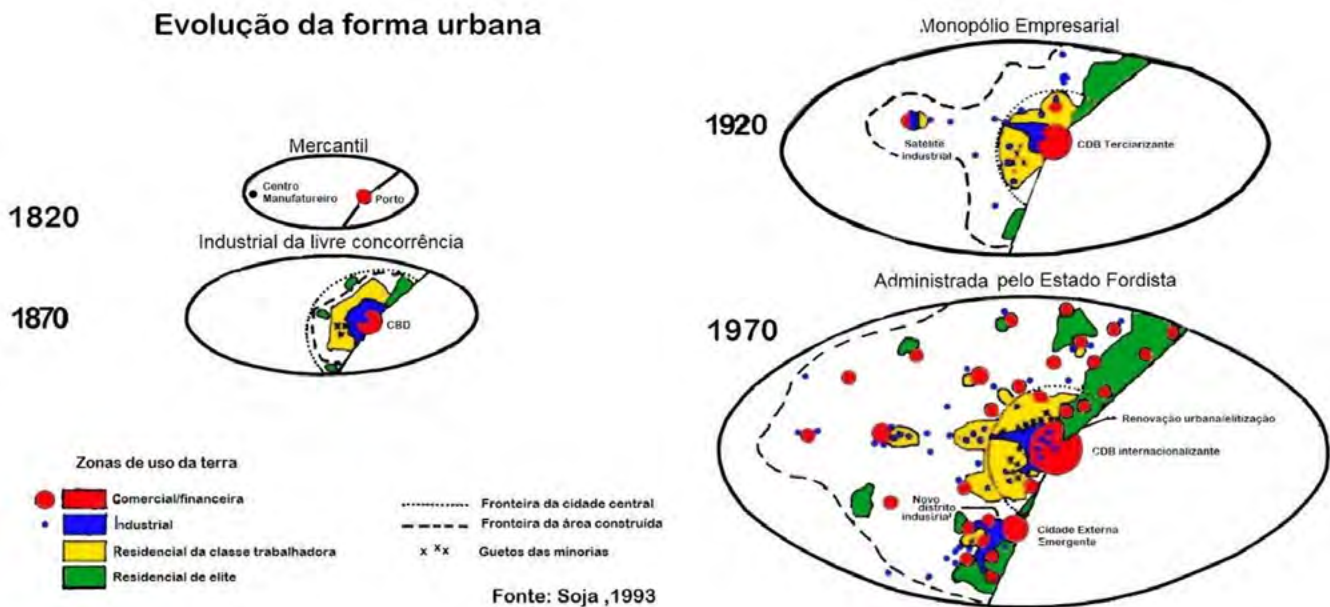
Como diria Milton Santos (1997) o cotidiano que é, a princípio, alienador, também pode ser revelador. Se os crimes cotidianos são naturalizados e banalizados, a sua análise pode revelar a direção que permite a respostas a várias dessas perguntas. E porque não usar as "armas" do inimigo? Uma boa parte dos crimes se transformam em ocorrências que se tornam dados estatísticos georreferenciados, ou seja, acontecem em algum lugar que

Ciclo de Ondas Longas do Capital



Fonte: Soja 1983 adaptado por Simões 2011

Evolução da forma urbana



Fonte: Soja, 1993

faz parte de uma unidade geográfica de aglutinação e sistematização e que, por isso, podem ser analisados e transformados em mapas de diversos tipos. Como geógrafo, entendo que essa relação entre fato e lugar não é mera anotação burocrática, pelo contrário, é um elemento importantíssimo para a compreensão da realidade, daí a escolha por esse formato de apresentação, um conjunto de mapas derivados de dados estatísticos previamente tratados que mostram a distribuição das ocorrências crimi-

nais pelas unidades de aglutinação, chamadas de Circunscrição Integrada de Segurança Pública (Cisp) que correspondem a área sob a responsabilidade de uma delegacia que foram criadas pela Secretaria de Segurança do Estado do Rio de Janeiro, por meio do seu órgão responsável por organizar essas estatísticas, o Instituto de Segurança Pública (ISP).

Ainda por ser geógrafo, entendo que o espaço não é mero receptáculo de ações humanas, ele é dialeticamente produto e condicionante,

uma materialidade de tempos históricos superpostos e concomitantes e em constante transformação. Desse modo, as diferenças entre indicadores de Belford Roxo e Ipanema, não são fruto de meras conjunturas e ações que refletem escolhas pessoais dos seus moradores, começando pela escolha de morar em um e não no outro e terminando em se colocar em situação de risco de morrer ou não mor

Ainda por ser geógrafo, entendo que o espaço não é mero receptáculo de ações humanas, ele é diale-

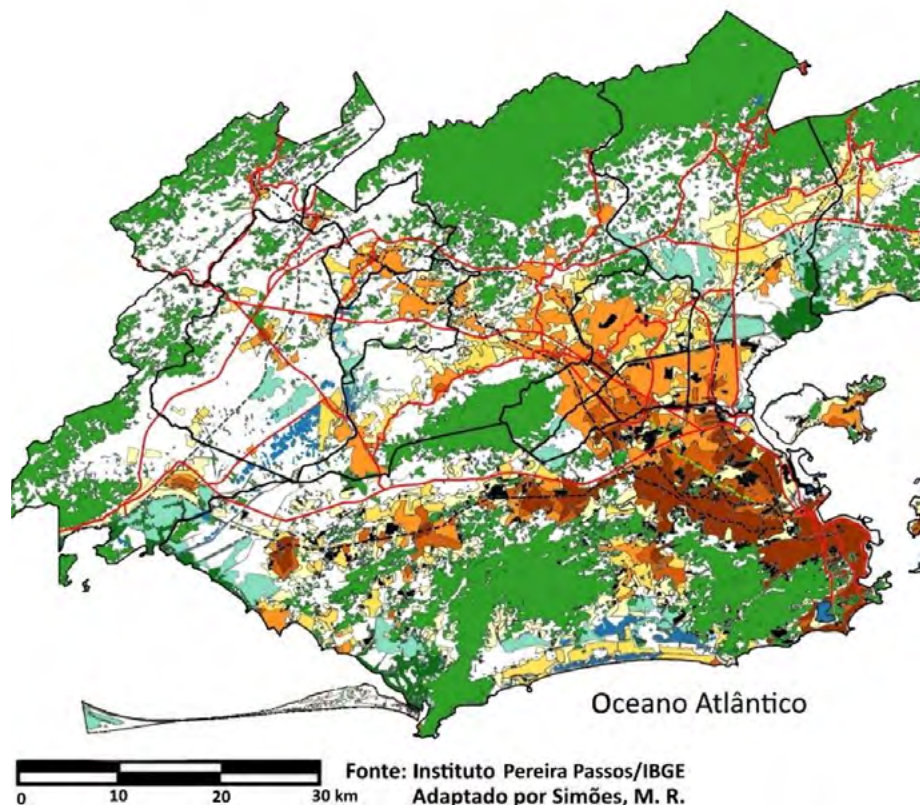
ticamente produto e condicionante, uma materialidade de tempos históricos superpostos e concomitantes e em constante transformação. Desse modo, as diferenças entre indicadores de Belford Roxo e Ipanema, não são fruto de meras conjunturas e ações que refletem escolhas pessoais dos seus moradores, começando pela escolha de morar em um e não no outro e terminando em se colocar em situação de risco de morrer ou não morrer assassinado por um bandido ou um policial. Esse espaço desigual não é um dado, é um produto de processos que determinaram o atual estado das coisas, que se refletem numa forma e nos seus conteúdos e, obviamente, em dados estatísticos diferenciados. Elucidar essas relações é o objetivo deste trabalho. Espero conseguir.

Introdução

Este livro está articulado em capítulos e estes em seções, de maneira a construir uma narrativa que leve o leitor a criar uma linha de análise que permita o entendimento da relação entre a produção do espaço desigual e sua relação com os diferentes graus e intensidade da violência nas diferentes frações do território da Metrôpole Carioca. A ideia é apresentar dados e informações de maneira que possam levar a uma reflexão que qualifique o debate e se contraponha ao discurso ideológico dominante nas diferentes instâncias de governo e nas diferentes mídias que tratam a questão como um fenômeno descolado da complexa realidade que, dialeticamente, alimenta e retroalimenta o ciclo de violência em que vivemos.

Começamos com uma nota metodológica que explica como foram produzidos os mapas que ilustram e fundamentam as análises, interpretações, inferências e hipóteses que formulamos para tentar compreender o fenômeno da violência para além dos discursos oficiais midiáticos e do senso comum. Além de explicitar as técnicas

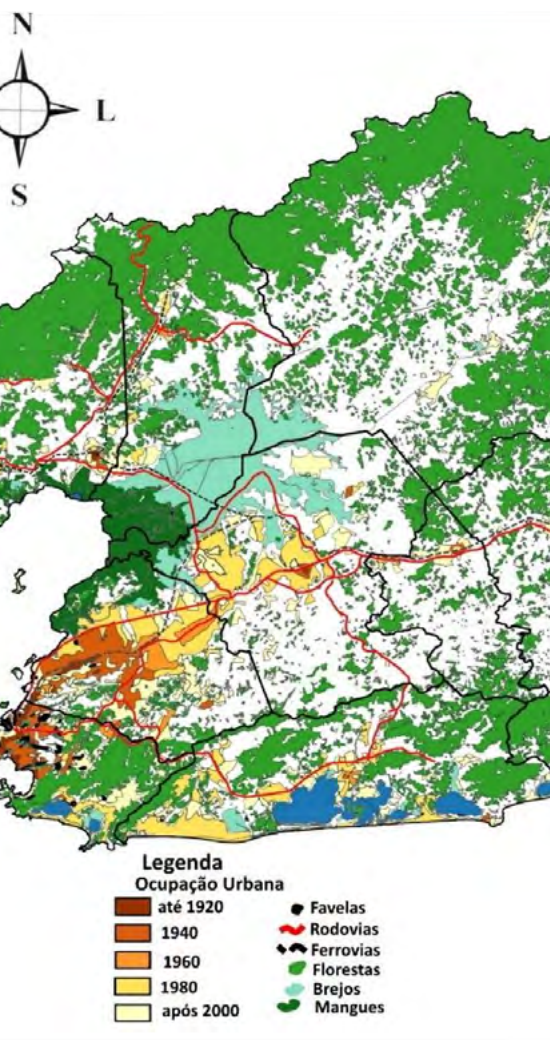
Região Metropolitana Rio de Janeiro Periodização da ocupação urbana



e os softwares utilizados, procuramos deixar claro que não partimos de uma postura neutra e isenta de utilização dos dados e das informações. Há uma clara intenção de se posicionar contra uma interpretação positivista e cínica do fenômeno que numa abordagem simplista que reduz a violência a uma “questão de polícia” e que por isso aponta para “soluções de polícia”. Vamos na direção contrária e utilizamos os dados e informações a partir de uma visão mais ampla e a partir de uma perspectiva dialética.

Começamos então no capítulo 1, a tratar das desigualdades sociais encontradas na Metrôpole, iniciando pela breve recuperação do processo de produção social desse espaço e sua articulação com o modelo econômico vigente em cada momento histórico

ao longo do tempo, procurando demonstrar que o resultado atual nem é desordenado, nem fruto de uma falta de planejamento ou um efeito colateral não previsto da adoção de um modelo de ocupação. Ele é o resultado concreto de um projeto de segregação social onde as diversas classes sociais, que se formaram no modelo econômico adotado, foram distribuídas pelo território através de ações e omissões pensadas para esse fim, a partir de objetivos explícitos de uma lógica econômica concentradora e excludente, de renda e acesso a bens e serviços públicos. Na segunda seção demonstramos o resultado desse processo por meio de uma série de mapas que mostram as diferenças de acesso a renda e bens e serviços e os efeitos perversos desta que determinam a qualidade de



vida dos moradores das diversas frações do território metropolitano(...)

Desigualdades socioespaciais na metrópole carioca

Todos sabem que vivemos num país desigual e que a metrópole do Rio de Janeiro é uma das mais, senão a mais desigual das regiões do país. A tarefa desta parte do trabalho é saber o quanto desigual ela é e como demonstrar isso da maneira mais clara possível. As imagens contrastantes dos prédios da orla com os barracos das favelas ao fundo, são impactantes e têm sido usadas como prova indubitável dessa desigualdade. Pikkety (2013) afirma que a desigualdade tem crescido no mundo desde a ascensão do neoliberalismo no final dos anos 1970 com o

desmonte progressivo do “Estado do bem-estar” na Europa e com o avanço daquele no restante do mundo, corroborando com os alertas feitos por Milton Santos (1997) anos antes, e numa perspectiva diferente, confirmado por Harvey em sua extensa obra recente (2011, 2016, 2018). No Brasil, essa desigualdade é intrínseca ao modelo socioeconômico e, mais que um sintoma ou efeito colateral adverso, é um projeto deste. Nos limites deste trabalho não vamos nos aprofundar na produção social dessa desigualdade, mas no seu rebatimento no espaço construído e concreto habitado pela população da metrópole carioca.

O que vemos hoje, por meio da análise de indicadores e/ou da leitura da paisagem, reflete o processo histórico de produção desigual do espaço, que é fruto da produção social da desigualdade através de mecanismos econômicos, jurídicos e ideológicos. Nos interessa aqui demonstrar a materialidade dessa desigualdade no espaço metropolitano, utilizando para isso evidências cartográficas por meio de um conjunto de mapas temáticos que permitem visualizar as diferenças entre as frações do território no que diz respeito a um conjunto de indicadores sociais e econômicos que traduzem o acesso a bens e serviços que viabilizam a existência humana em condições de dignidade. Para isso, vamos fazer um pequeno resgate do processo de ocupação do espaço nessa metrópole, associando-o ao processo de consolidação do capitalismo no território nacional e metropolitano.

A origem do modelo de segregação social na Metrópole Carioca

Em trabalho anterior (Simões, 2011) nos aprofundamos na análise desse processo tendo como foco sua relação com a consolidação da urbanização na Baixada Fluminense e as características socioespaciais da região naquele momento. Ficava claro a indissociabilidade desses processos, ou seja, não

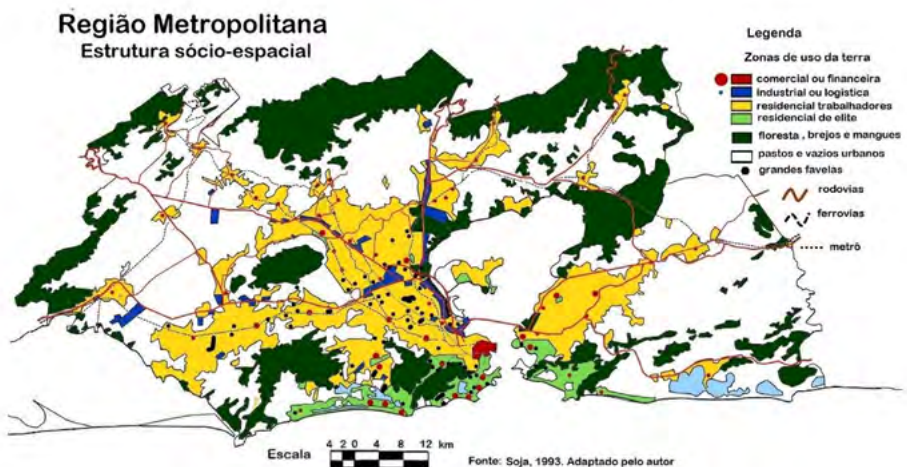
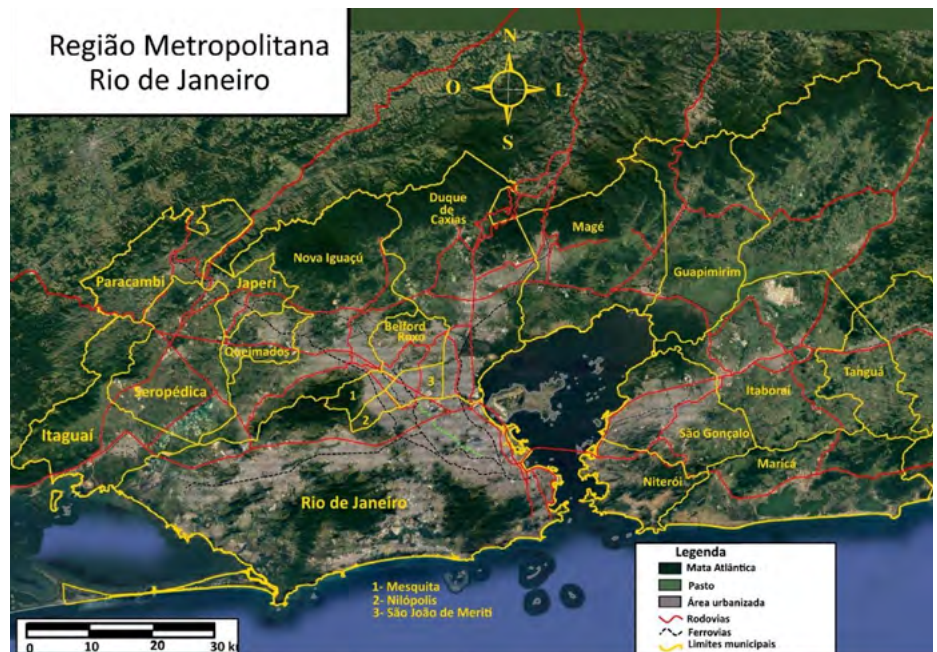
há como analisar o entorno da metrópole sem entendê-lo como um espaço surgido da expansão e reestruturação da mancha urbana metropolitana articulada a processos surgidos em seu núcleo, a partir de mudanças estruturais no modelo econômico e os seus diferentes estágios de consolidação, tomando como referência a análise de Soja (1993) e fazendo a sua leitura sob a ótica e realidade brasileira. Resumidamente, podemos afirmar que para cada etapa de desenvolvimento do capitalismo temos um modelo de cidade adequado, que é posteriormente reestruturado para fazer frente à nova etapa que se instala.

Santos (1987) afirma que há uma íntima e intrínseca relação entre a forma construída com as funções a elas atribuídas ao longo do processo histórico de consolidação das estruturas sociais e econômicas, ou seja, um objeto material viabiliza as tarefas exigidas pela estrutura socioespacial num determinado momento histórico. A cada mudança estrutural há uma nova função social, econômica, jurídica ou cultural ideológica (Barrios, 1987) esperada para essa materialidade que se adapta, modifica-se ou é substituída por outra, seja um prédio, uma via ou mesmo uma área desse espaço urbano. Soja (1993) elabora um modelo de reestruturação do capitalismo e o associa às formas urbanas correspondentes a cada estágio de seu desenvolvimento, tomando como exemplo as cidades norte-americanas, principalmente Los Angeles. Guardadas as devidas proporções e considerando diferenças sensíveis nas estruturas e na temporalidade do modelo, podemos fazer uma adaptação à realidade brasileira e ao Rio de Janeiro especificamente. As figuras a seguir mostram os modelos sugeridos por Soja e as mudanças na Área Central do Rio de Janeiro e, posteriormente, no seu entorno.

Desse modo, teríamos inicialmente um modelo econômico muito simples, como era o colonial no início do sécu-

lo XIX, no qual há um pequeno núcleo manufatureiro e o porto de ligação com a Metr pole portuguesa e a popula o distribui-se no entorno, com um baixo grau de segrega o entre as classes. Um segundo momento pode ser identificado com a consolida o do Rio como capital da colônia e depois do Império. Com a chegada da família real e sua corte e o incremento da economia cafeeira no interior da Província do Rio de Janeiro, a cidade ganha novas fun es como a administra o pública, indústrias, finanças, exporta o e o comércio diversifica-se. Começam então a aparecer conflitos de usos e de classes de maneira mais evidente o que leva ao início da separa o, surgindo então áreas “nobres” e “sujas”, para a elite e para os pobres. O problema   a exiguidade do sítio urbano da cidade, espremida entre o mar, os brejos e os morros, que se torna inviável diante do aumento crescente da popula o e os perigos representados pelas doenças e a proximidade dos pobres e o seu potencial de revolta individual, por meio da “criminalidade”, e coletivo por meio das revoltas populares. No final do século XIX inicia-se uma série de “reformas urbanas” como a de Barata Ribeiro, que tem como objetivo “limpar” o centro da cidade dos usos e classes indesejáveis, com a demoli o de imóveis e a implementa o de legisla o restritiva que buscam inviabilizar a moradia dos pobres na área central. Esse processo será intensificado e terá continuidade no início do século XX, com Pereira Passos (1904), Carlos Sampaio (1920), Henrique Dodsworth (1943) até Carlos Lacerda (1962).

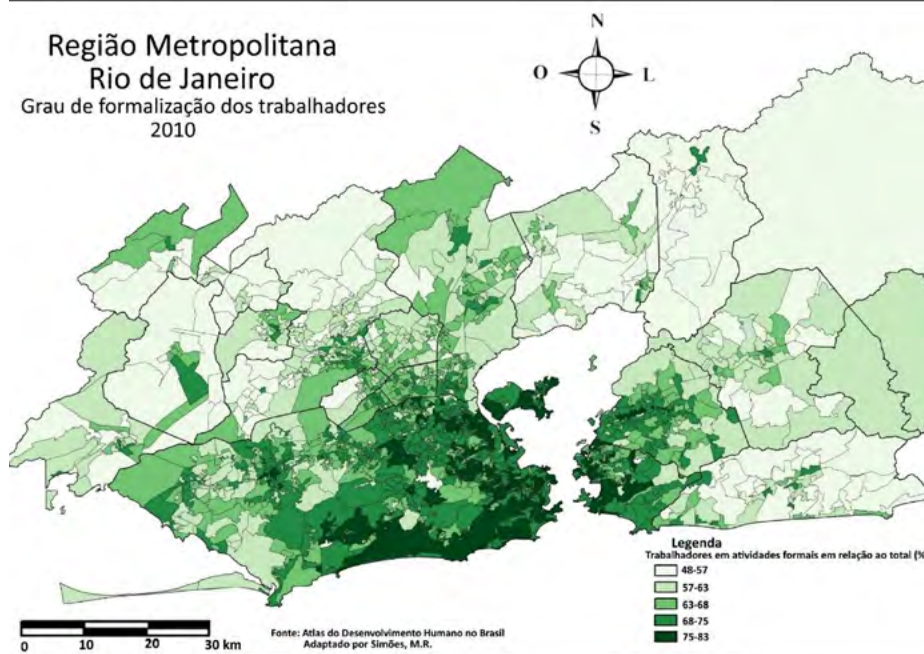
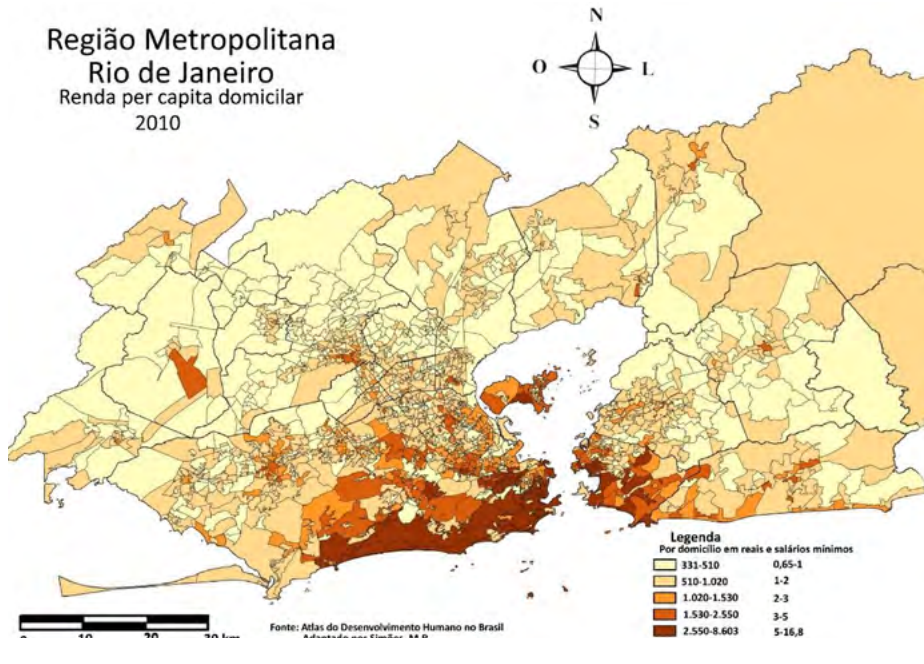
Essas reformas e a cria o de uma legisla o impeditiva   produ o de habita es populares na área central v o levar a um duplo processo, concomitante e articulado, de inser o dos pobres na cidade. De um lado a aloca o ao longo das ferrovias, por meio dos loteamentos populares que expandem a mancha urbana e o aparecimento dos subúrbios e, por outro



lado, o surgimento e consolida o de favelas próximas a área central, onde se instala uma popula o que se recusa, nesse primeiro momento, a ir para longe do centro. Formam-se então as favelas com moradias que não cumprem as normas legais de constru o no que diz respeito   habita o e arranjo territorial, tais como arruamentos e tamanhos de terreno, além de outras regras da sociabilidade burguesa. Por tais motivos, começam a ser vistas como lócus de popula es perigosas, iniciando um processo de

criminaliza o desses espaços e de seus moradores (Campos, 2005; Silva e Barbosa, 2005).

Paralelamente, para definir o modelo de segrega o da cidade, surgem os bairros destinados às elites, com a sua expansão em dire o às linhas de bonde para São Cristóvão e Tijuca, num primeiro momento, e para a orla marítima da futura zona sul, num segundo momento. Nesses espaços a legisla o será cumprida e os serviços públicos serão providos pelo Estado, determinando espaços mais apaz -



veis e, conseqüentemente, mais caros. Com isso, a lei determina a proibição de indústrias na zona sul e estabelece um código de parcelamento do solo e de obras; o investimento público seletivo torna-se um instrumento de valorização imobiliária que inviabiliza a alocação de pobres nesses locais. Para se manterem nesses bairros, os pobres procuram se fixar em locais em que os investimentos não são realizados e as leis não são cumpridas, mesmo nesses bairros. Esses locais são as encostas dos morros e as margens dos

rios e a solução dos mais pobres será a favela, que passa a se expandir para a zona sul e subúrbios, acompanhando a expansão das indústrias e das populações de renda média e de alto padrão, que propiciam nichos de mercado de trabalho e serviços informais.

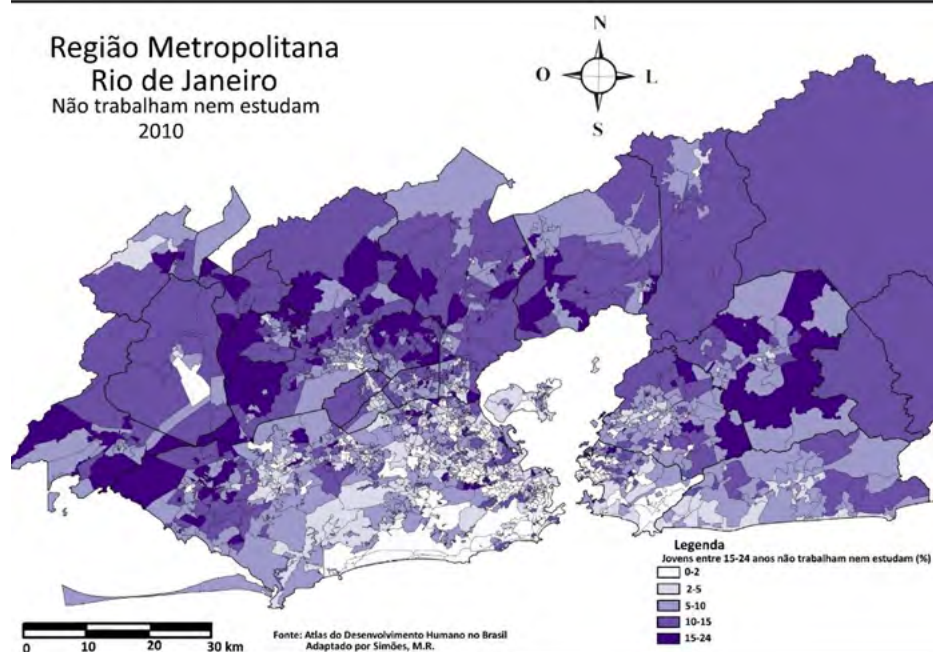
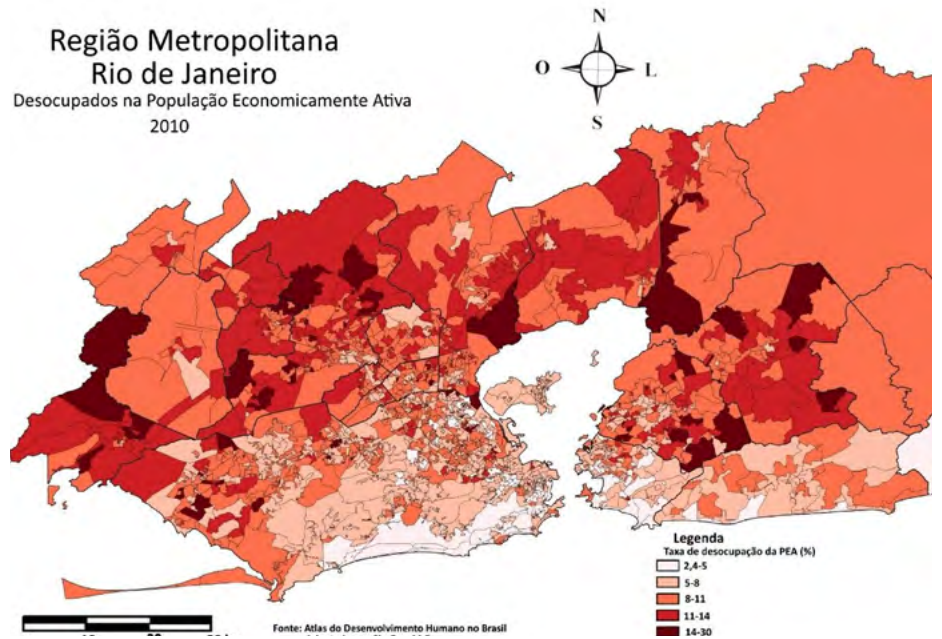
Esse modelo de habitação popular baseado no loteamento popular se esgota no município do Rio de Janeiro a partir da década de 1940 com o endurecimento da legislação e da fiscalização que inviabiliza o modelo calcado na produção de lotes sem nenhuma

infraestrutura. Isso gera duas conseqüências: no Rio de Janeiro a favelização se intensifica, uma vez que os pobres não tinham recursos para comprar lotes próximos aos bairros consolidados. Já na Baixada Fluminense e na orla oriental da Baía de Guanabara, notadamente em São Gonçalo, os investimentos realizados pelas comissões de saneamento na dissecação de brejos e alagados, tornam disponíveis uma grande quantidade de terra inicialmente destinadas à agricultura, mas que será apropriada, muitas vezes de forma violenta, para usos urbanos. Nessas terras se implantam loteamentos populares, pois as prefeituras passam a relaxar a fiscalização, observando-se a proliferação desses loteamentos populares e do modelo de produção de casa por meio da autoconstrução já predominante nas favelas. Nesses loteamentos, em geral, há o respeito às normas de arruamento e dimensionamento dos lotes, o que dará origem a uma forma urbana diferente da favela, no que diz respeito à distribuição da moradia no espaço e a sua forma aparência, com casas em centro de terreno e, em geral, com quintais arborizados, o que não existe nas favelas. Contudo, as condições de acesso aos serviços públicos eram tão ruins e até piores do que naquelas. O mapa abaixo - com imagens de satélites - mostra o atual estágio de ocupação urbana na metrópole com sua periodização. Verifica-se o resultado da expansão da mancha urbana pelo território e a atual divisão municipal, fruto dos processos de emancipação que ocorreram ao longo do século XX (ver Simões, 2007). É necessário dizer que esse crescimento não pode ser chamado de falta de planejamento, a medida que estava articulado a um projeto mais amplo de redução do custo de reprodução dos trabalhadores, via redução dos gastos com moradia, já que esse lotes e a autoconstrução de casas possuíam custos relativamente baixos, o que junto com outras medidas, como o subsídio ao transporte

ferroviário, permitia a sobrevivência dos trabalhadores, mesmo com salários muito baixos. O resultado que podemos adiantar será a estrutura urbana e de qualidade de vida que virão a seguir, que demonstra que quanto mais recente a ocupação, com exceção das favelas históricas, pior será a qualidade de vida na metrópole.

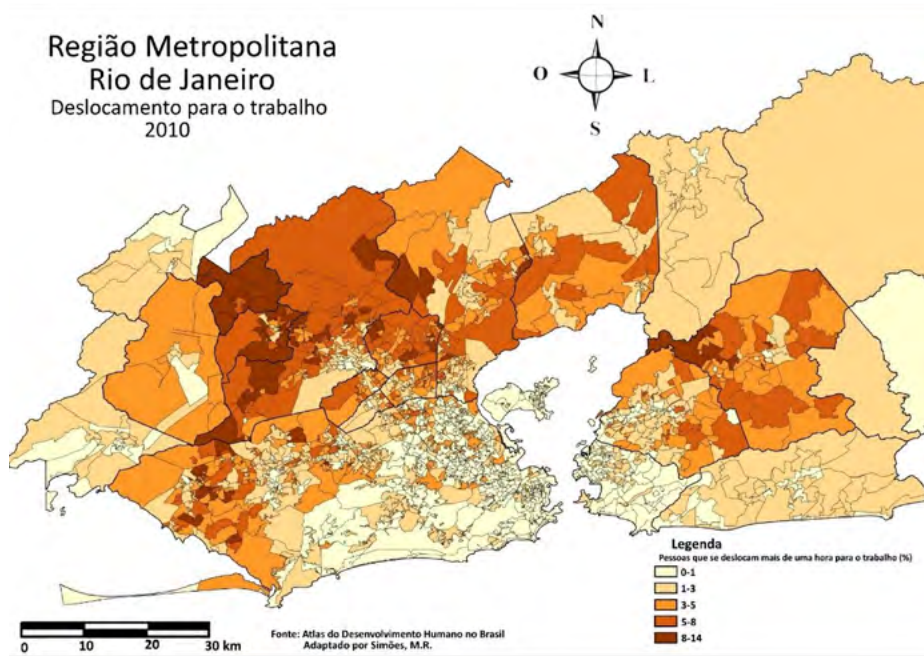
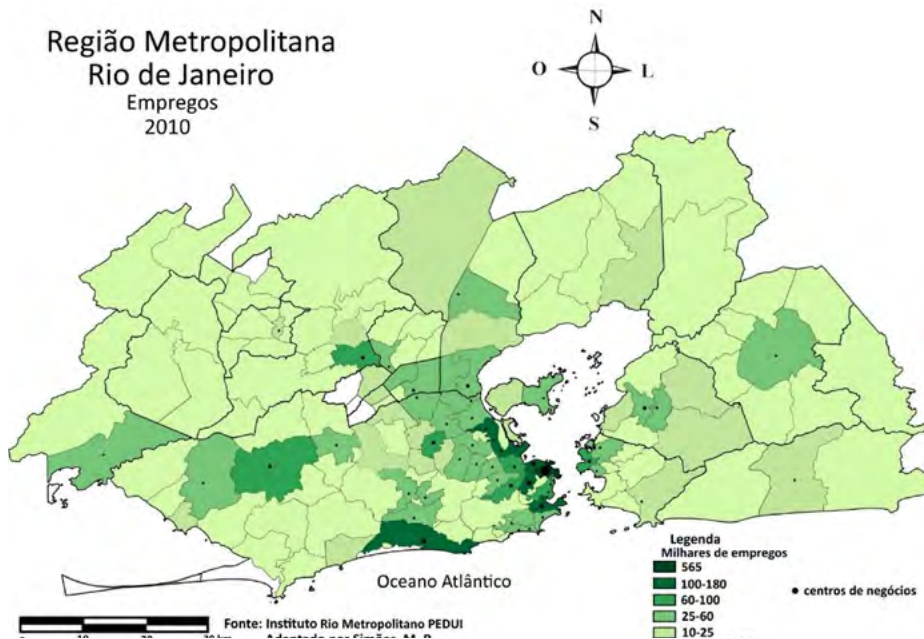
Consolida-se assim o modelo de segregação iniciado no início do século XX, com o aprofundamento da desigualdade no território metropolitano. Contudo, como estava proposto por Soja (1993), com o tempo a própria periferia se torna mais complexa com a reprodução, em menor escala e intensidade, do modelo de segregação encontrado na metrópole como um todo, com o surgimento de importantes centros industriais e comerciais que atendem o grande contingente populacional desses núcleos e seu entorno. Surgem também áreas mais bem dotadas de bens e serviços públicos e privados, providos pelo Estado na mesma lógica de investimento seletivo encontrado no núcleo. Nessas áreas se instalam as elites locais que, como a da capital, serão atendidas pelo mercado imobiliário formal, constituindo-se em áreas com melhor qualidade de vida e habitadas por populações de renda mais elevada. Cria-se, então, um gradiente de preço dos imóveis e qualidade de vida a partir desses centros, o que se refletirá num gradiente de renda da população moradora. Podemos considerar que atualmente a metrópole carioca se encontra num estágio avançado do modelo de Soja, como mostram a figura e o mapa abaixo. Os mapas da próxima seção irão detalhar o grau das desigualdades sociais que encontramos entre essas áreas, também demonstradas pelos indicadores econômicos e sociais de cada pedaço dessa metrópole.

O primeiro conjunto de mapas que apresento servem para demonstrar o grau de desigualdade existente entre



as frações do território da metrópole e corroborar com o modelo proposto na seção anterior, com a existência de áreas habitadas por uma elite cercadas por áreas onde há um gradiente decrescente de status social a partir desse núcleo, com exceções para enclaves de pobreza nas áreas de alto padrão, em geral resultantes da existência de favelas. Sobre a segregação social no espaço há um sem número de trabalhos que analisam os fatores que levam a essa separação das classes no espaço urbano e seus mecanismos

de criação e manutenção. Embora haja uma diversidade de abordagens para as diversas situações concretas e modelos sugeridos, há um certo consenso de que a renda é o principal fator de distribuição das pessoas pelo território. Obviamente há outros fatores objetivos e subjetivos que interferem na escolha de onde morar na cidade, mas como diz Singer (1977), para se estabelecer no espaço urbano é necessário pagar um tributo fundiário urbano, seja na forma de aluguel, seja na forma de compra de um imóvel. O valor



desse tributo é estabelecido por um conjunto de fatores que cria um valor a ser pago que é estabelecido como um valor de monopólio, no qual um conjunto de características objetivas, como acesso a bens e serviços, e simbólicas, como amenidades, vizinhança, sensação de segurança, qualidade de vida e “status social” não reproduzíveis em outros locais determinam um valor de referência. É comum se referir a tais lugares exclusivos como “o metro quadrado mais caro” ou “o maior valor de IPTU” da cidade.

A partir dessa aparente escassez de “bons lugares” estabelece-se um leilão que determina o valor a ser pago para estabelecer-se nesse local e, simultaneamente, cria-se uma planta de valores para toda a cidade, com gradientes de valores em direção aos de pior qualidade. Um exercício interessante é fazer uma pesquisa sobre compra ou aluguel de imóveis numa cidade utilizando sites especializados como Zap Imóveis ou Quinto Andar, por exemplo. Para isso coloque o filtro de tamanho ou número de cômodos e

o associe ao valor do imóvel ordenado pelo “maior valor”. Feito isto pode se plotar esses imóveis no mapa e você terá noção do preço a pagar para morar em determinados bairros e se a sua condição financeira te permite morar na página 1 ou na 19.785.

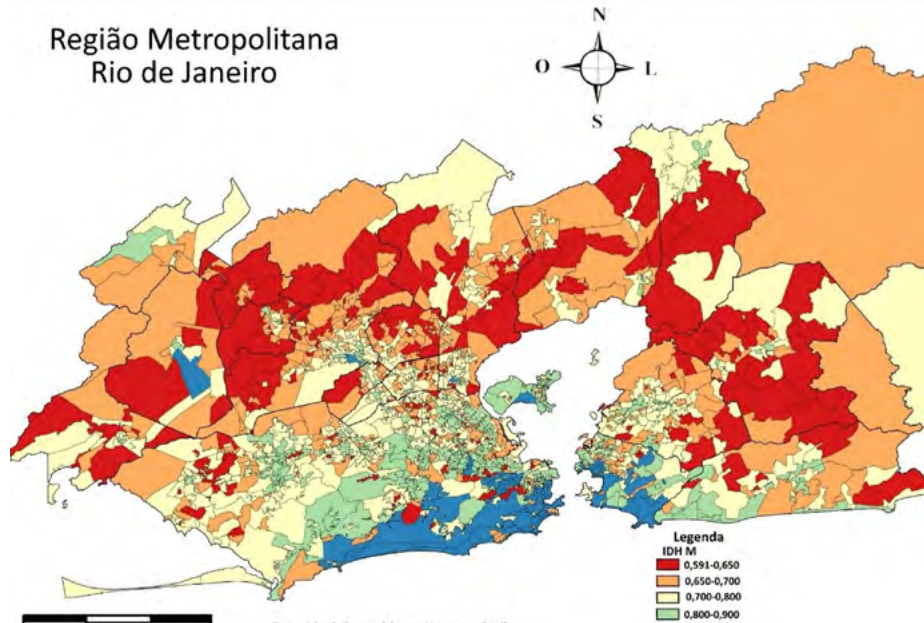
Temos então uma realidade concreta. Todas as pessoas têm o poder de escolher onde morar na cidade, contudo, alguns podem escolher entre milhares de opções, enquanto outros ficam limitados a pouquíssimas possibilidades. Em português claro, quem tem dinheiro mora onde quer, quem não tem, mora onde pode ou deixam. Como diria Singer (1977) diante desse quadro, “a cidade capitalista não tem lugar para o pobre, este só mora onde a renda exigida é muito baixa ou inexistente”, ou seja, em bairros distantes desprovidos de bens e serviços ou onde a propriedade privada, por algum motivo, não é exercida, respectivamente os loteamentos populares e as favelas quando do seu nascedouro. Mesmo nesses espaços, após algum grau de consolidação, estabelece-se um sub mercado informal de aluguel e venda de casas, terrenos e mesmo “lajes”, que estabelecem uma segregação interna com gradientes de valores a partir de pontos considerados de melhor qualidade de vida, o que acaba por formar localidades diferenciadas também nesses bairros e favelas.

Os mapas de renda média do chefe de família e de renda média per capita são fundamentais para compreender o padrão de segregação na metrópole. Eles são bastante similares, pois o peso da renda do chefe contribui muito para a formação da renda média da unidade familiar, sendo uma quase o espelho da outra, entre outras coisas, devido à possibilidade de que em lares com pais com renda elevada os filhos podem adiar a entrada no mercado de trabalho e que, quando o fazem, recebem salários mais altos. Essa possibilidade é pouco acessível a famílias onde a renda do chefe é baixa e se torna

insuficiente para manter um padrão satisfatório de vida e obriga os filhos a entrarem muito cedo no mercado de trabalho com baixa escolaridade e, conseqüentemente, na maioria das vezes, com baixos salários. Lembrando sempre que a renda é resultado da inserção do indivíduo no sistema socioeconômico capitalista na sua versão brasileira, ou seja, o salário de um indivíduo tem relação direta com sua função no sistema, com uma escala que vai das atividades de execução até as de gerência e comando, como veremos mais à frente,

A realidade é que a mobilidade social geracional no país é muito baixa. Quase sempre os filhos dos pobres permanecem pobres e os filhos dos ricos permanecem ricos. A educação ainda é o grande instrumento de ascensão social para os mais pobres e é com a escolarização que conseguem romper o ciclo de pobreza e terem acesso a melhores empregos e melhores salários, o que lhes permite, inclusive, ir morar em bairros em que os imóveis têm valores mais altos. Isso é uma realidade que pode ser confirmada empiricamente e com análise de perfis de moradores dos diversos bairros da metrópole carioca. Como professor de institutos federais e universidades públicas em áreas periféricas, sempre perguntava aos alunos sobre a escolaridade dos pais e um número considerável, principalmente negros e pardos, diziam que eram os primeiros da família a cursarem uma universidade ou um curso técnico numa instituição pública, ou mesmo privada, iniciando o processo de ruptura com o ciclo de reprodução da pobreza. Contudo, para a grande maioria que não tem acesso à escolarização, essa realidade é menos possível e tal ciclo se acirra e o deslocamento para locais ainda mais desvalorizados é uma realidade plausível.

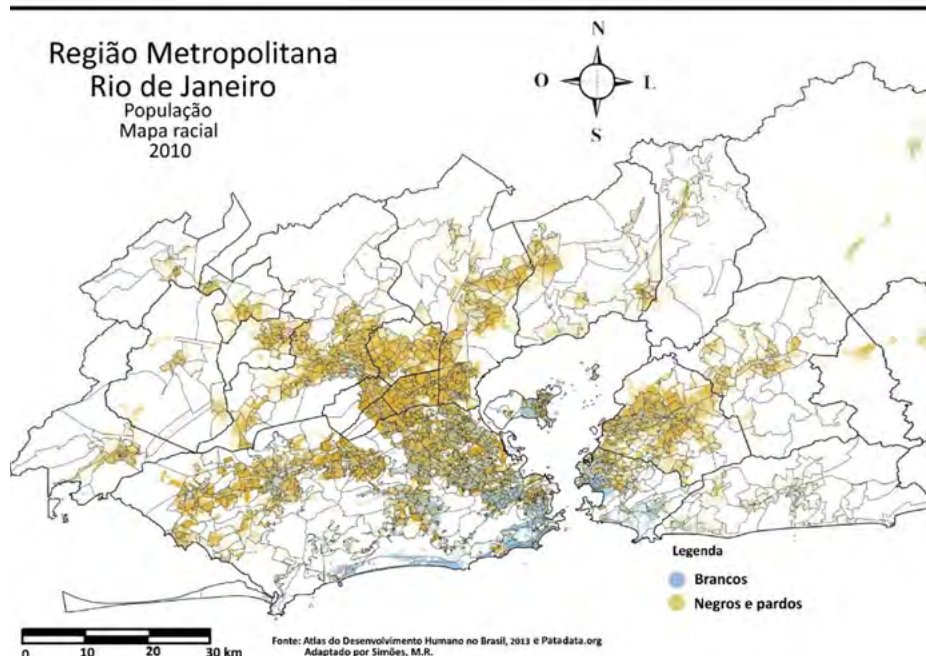
Analisando o mapa de renda podemos perceber as áreas onde estão concentrados os moradores de renda mais elevada da metrópole. A orla



oceânica do município do Rio de Janeiro, que compreende a zona sul e a Barra da Tijuca, é a primeira delas. É uma faixa que se inicia no bairro da Glória e vai até o Recreio dos Bandeirantes, formando um eixo de amenidades marcado pela presença da praia e que começou a ser ocupada somente no final do século XIX, inicialmente pelos barões do café e comerciantes abastados com suas chácaras e palacetes, e que sofreu um intenso processo de verticalização ao longo do século XX, numa “marcha para oeste” com a perseguição das classes médias pelos ricos. Assim, as chácaras e palacetes davam a lugar a edifícios com apartamentos menores e com preços acessíveis. Quando o bairro saturava, a elite migrava para o bairro vizinho, onde o processo se reiniciava. Na década de 1970 esse processo chega a Barra da Tijuca e Recreio. Vale lembrar que essa área historicamente é a que mais recebe investimentos públicos em infraestrutura como avenidas, túneis e Metrô, e serviços como esgotamento sanitário, rede de educação e saúde etc., além de ser o lócus preferencial de investimentos privados no campo da arte, cultura e entretenimento.

Para alimentar o desejo de morar nessa fração do território, o mercado

imobiliário criou o conceito de “zona sul” e do “outro lado do túnel” para se diferenciar do restante da cidade (Ribeiro, 1997) e depois o de “condomínio fechado” para vender a ideia de exclusividade para quem podia pagar por isso. Em ambos os casos, vendia-se a ideia de um novo modo de viver em oposição ao velho estilo, a modernidade em oposição à tradição. Como contraponto a essa predominância de alta renda, nessa área encontramos favelas que resistiram as remoções do século XX, tais como Dona Marta, Chapéu Mangueira, Pavão Pavãozinho, Rocinha e Vidigal, além de outras menores, facilmente identificadas nos mapas. Esse processo de favelização foi menos intenso na região da Barra, mesmo assim encontramos algumas favelas expressivas no Itanhangá e Recreio, além das que existem nas proximidades como Rio das Pedras e Cidade de Deus. Fora dessa área da cidade do Rio de Janeiro, encontramos alguns núcleos dessa mesma faixa de alta renda, ainda que em um patamar inferior, no bairro da Tijuca, e no Jardim Guanabara e Jardim Carioca (ambos na Ilha do Governador), formada por indivíduos e famílias que, por algum motivo, não migraram para as áreas consideradas de elite, ou por



grupos que substituíram os que saíram em direção àquelas.

Esse padrão se repete em Niterói, onde os núcleos de alta renda se espalham pela orla marítima, num processo semelhante ao da cidade do Rio de Janeiro, iniciando-se na Baía de Guanabara da Boa Viagem até Charitas, passando por Icaraí e São Francisco. Num segundo momento, já na década de 1980, há um deslocamento desse segmento de alta renda em direção à região oceânica, de Piratininga até Itacoatiara, passando por Cambinhas e Itaipu e, em menor escala, para alguns locais na região de Pendotiba, como Vila Progresso e arredores. Assim como no Rio, nessa região os locais de renda mais baixa são favelas que se instalaram concomitantemente à formação desses bairros, como o Morro do Estado, Palácio, Cavalão e Preventório, para citar as maiores. O modelo de ocupação foi muito parecido; inicia-se com chácaras e palacetes seguido de uma intensa verticalização nos bairros mais antigos, como Icaraí, e um novo padrão de ocupação com casas amplas e condomínios em São Francisco, na Região Oceânica e em Pendotiba.

Num segundo patamar de renda, encontramos uma concentração no

entorno das estações ferroviárias de bairros mais antigos que também são importantes centros de negócios, como Méier, Madureira, Bangu, Campo Grande, Santa Cruz, e na região de Jacarepaguá, como Taquara e Freguesia, onde a verticalização também é acentuada. Em Niterói essa área fica no entorno dos bairros mais ricos da orla, no centro e no Fonseca, onde também há uma relativa verticalização, com exceção da Região Oceânica e Pendotiba. Em comum está a diminuição da renda a partir desses núcleos e a existência de favelas nas proximidades, onde encontramos os mais baixos níveis de renda.

Esse quadro repete-se no entorno das sedes dos municípios da Baixada que se localizam nas estações e ao leste da Baía de Guanabara, em áreas de ocupação mais antiga, onde há a formação de bairros no qual se instalou e mora a “elite” local. Isso é mais visível em Nova Iguaçu e Duque de Caxias, importantes centros de negócios em que a verticalização também é intensa. Ali se formaram bairros diferenciados para esse grupo de renda mais elevada como o “outro lado” do centro de Nova Iguaçu e o 25 de agosto em Duque de Caxias. Esse processo ocorre em menor escala nos demais

municípios, onde se percebe essa diferenciação com relação à periferia, mas sem a consolidação de um bairro nitidamente diferenciado, somente com pequenos núcleos um pouco mais segregados. Em ambos os casos repete-se a formação de um gradiente de renda do centro para a periferia que existe, em menor escala e intensidade, também nos centros de bairros desses municípios. A favelização foi pouco intensa nessa região, com exceção de Duque de Caxias e São Gonçalo, onde há grandes favelas e a participação dessas no total da população é significativa. Uma observação que deve ser feita é com relação a grande área de renda elevada em Seropédica. Na verdade, essa unidade territorial corresponde ao Campus da Universidade Rural que possui apenas uma pequena área ocupada, próximos aos belíssimos prédios das unidades de ensino, e que é habitada majoritariamente por professores e servidores da universidade, o que determina um padrão de renda relativamente elevado. O restante dessa unidade é composto por pastos e áreas sem uso urbano.

No restante da metrópole o que se vê é a formação de imensas áreas habitadas por uma população bastante pobre e com bolsões de extrema pobreza. Em geral são remanescentes de antigos loteamentos que permaneceram sem investimentos públicos e com a permanência de pessoas com baixa renda e em áreas ocupadas mais recentemente num modelo de loteamento popular muito semelhante aos das décadas passadas, sem infraestrutura e serviços, distantes dos centros e por isso com preços ainda relativamente baixos. É nessa região que vamos encontrar os piores indicadores sociais e, como veremos à frente, os piores índices de violência contra a pessoa.

Como dissemos anteriormente, a renda é resultado da inserção social do indivíduo no sistema socioeconômico vigente ao longo de

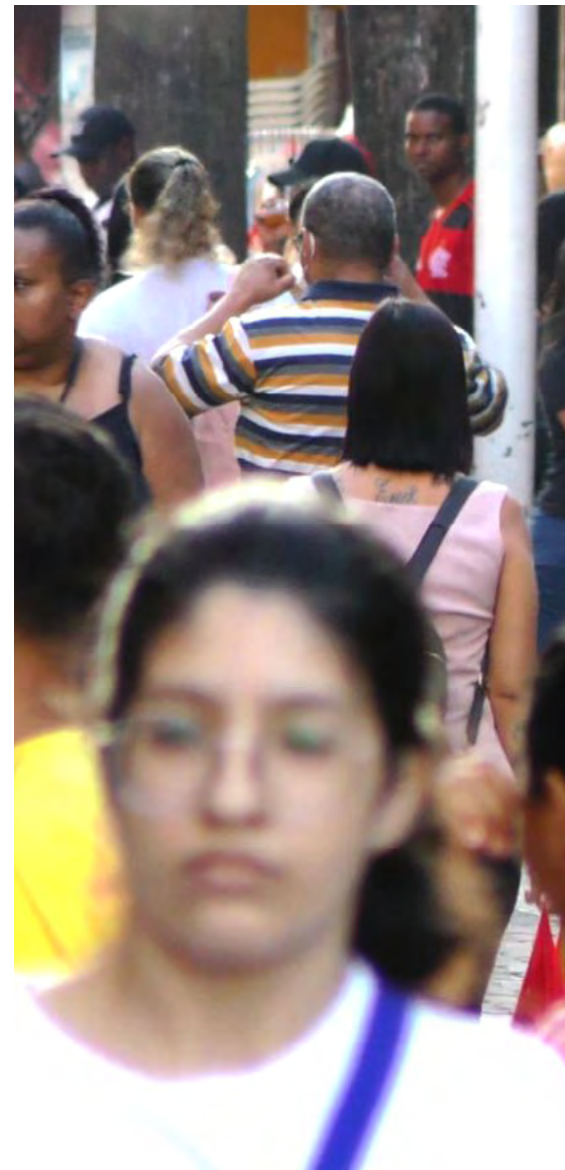
sua história pessoal e familiar. Os mapas seguintes procuram demonstrar alguns fatores que contribuem para a diferenciação dessa renda. O primeiro deles é o da Escolaridade, aqui representada pelo acesso e conclusão de um curso superior por parte de adultos com mais de 25 anos. O que percebemos é que esse mapa é praticamente “gêmeo” dos anteriores, com raríssimas exceções, que no conjunto tornam-se imperceptíveis. Esse fato demonstra duas coisas. A primeira é que, a despeito do senso comum contrário, a educação e a escolarização são instrumentos de ascensão social e estão diretamente ligadas à renda recebida pelo trabalho. As exceções são raras e vinculam-se a capacidades de trabalho de caráter “monopolistas” de algumas carreiras onde talento individual e oportunidades são, por vezes, mais importantes do que uma formação específica, como é o caso de esportes, principalmente o futebol, e artes em geral e na música mais especificamente. Assim um garoto pobre pode se tornar um craque e ganhar salários altíssimos no futebol, ou virar um cantor ou ator de sucesso e, mais recentemente, se tornar um “digital influencer” e ganhar muito mais que profissionais com formação na área, sem falar em pessoas com baixa escolaridade que conseguem abrir negócios e tornarem-se milionárias. Contudo, esses casos são exceções raríssimas e, para exemplificar, apenas 2% dos jogadores de futebol ganham salários “astronômicos”. O mesmo deve ocorrer entre cantores e atores e seus cachês, e os “influencers” e sua capacidade de monetizar seus canais. Para deixar claro, o salário médio de um profissional de educação física é maior que o dos jogadores de futebol, ao contrário do que o senso comum imagina.

Assim como na renda, a desigualdade aqui é brutal. Enquanto nas áreas de elite o percentual de indivíduos com curso superior vai de 50 a 72%,

nas áreas mais pobres mal chega a 5%, com bolsões de pobreza abaixo de 1%. O fato de concluir um curso superior, por si só, não garante emprego e salário alto, mas aumenta enormemente a possibilidade de inserção no mercado de trabalho, seja na iniciativa privada, seja no serviço público, principalmente nos casos em que a profissão é regulamentada e exige formação superior específica para atuação como na saúde, educação, justiça, engenharias etc. A atuação de sindicatos e conselhos de classe faz com que existam, garantidas por lei, remunerações mínimas, geralmente um múltiplo do salário-mínimo, que estão, em geral, bem acima da média dos salários dos grupos menos escolarizados e/ou organizados. Obviamente, há profissões de nível médio em que a remuneração média pode ser maior que algumas de nível superior, mas em geral são exceções à regra e acontece em setores distintos como, por exemplo, um técnico em química ganhar mais que um professor, mas é praticamente impossível acontecer num mesmo setor como, por exemplo, um técnico em enfermagem ganhar mais do que um médico em um hospital. No geral, a regra é, quanto maior a escolaridade maior é o salário. Como diz a letra de uma canção já clássica “se você quiser entrar na tribo, nesse Belsen tropical (...) tem que passar no vestibular...” (Química, Legião Urbana, 1987) e concluir o curso superior, é claro.

Para além do salário em si, essa maior escolarização permite ao indivíduo a inserção em duas categorias de trabalhadores que estão expressas nos mapas seguintes. O primeiro deles é o grau de formalização que também se assemelha aos mapas anteriores. A formalização do trabalho significa que esse trabalhador está inserido nos contratos de trabalho no qual a legislação que garante direitos trabalhistas mínimos, como salário mensal, descanso remunerado, férias, décimo terceiro, proteção previdenciária,

aposentadoria etc. Esses direitos são essenciais para a obtenção de outros, como acesso a crédito, financiamentos de bens e imóveis etc., que contribuem para uma relativa estabilidade que permite planejamento de médio e longo prazo para o indivíduo e sua família, o que impacta na sua qualidade de vida. Num modelo econômico como o nosso, sujeito a crises periódicas, a formalização não garante estabilidade no emprego nem reinserção imediata no mercado de trabalho, mas aumentam as chances de retornar a esse mercado formal quando da retomada da oferta de empregos, quando os processos de seleção levam



© Agência Periférica de Notícias/Tigu Guimarães

em conta a qualificação e experiência anterior do indivíduo. As pessoas que não estão inseridas no mercado formal possuem alto grau de incerteza e instabilidade de emprego e renda e, em geral, possuem rendimentos abaixo dos que são pagos naquele. A comparação dos mapas de renda e formalização deixa isso bem evidente. A recente crise da pandemia de Covid-19 deixou claro e evidente essa realidade e os impactos no cotidiano se deu proporcionalmente a essa relação. Quanto menor o grau de formalização, maior o impacto econômico e na saúde das pessoas, mas isso é tarefa a ser analisada em outro texto.

O segundo efeito da escolaridade no mercado de trabalho é a maior chance de ingressar no serviço público. Com exceção das áreas mais ricas como a Barra da Tijuca, a similaridade dos mapas de renda, escolaridade e de funcionários públicos também são evidentes. Isso ocorre devido ao fato de que, salvo as exceções de posicionamento de cargos comissionados que dependem mais de relações políticas que técnicas e onde nem sempre uma formação específica e mesmo competência é exigida, a entrada no serviço público se dá por meio de concursos públicos. Em todos esses há exigência de uma escolaridade mínima e, em ge-

ral, quanto maior o salário, maior a escolaridade, que em muitos casos, é de nível superior como nos casos citados anteriormente. Além da escolaridade formal, a disputa por vagas exige uma qualidade dessa formação e/ou preparação mais adequada pois, na grande maioria dos casos, o número de candidatos é bem maior do que o de vagas e quanto mais alto o salário, maior essa relação. Assim, conseguir um emprego público é para poucos (cerca de 2% da PEA) e os de baixa e precária escolaridade acabam sendo alijados do processo. A relação com a renda acaba sendo explicada porque, em geral, os salários médios no serviço público são mais elevados que no setor privado, com raras exceções. Paralelamente a estabilidade garantida (até então) por lei também possibilita planejamento de longo prazo e acesso a crédito e financiamento de bens e imóveis, o que permite a compra ou aluguel de moradia em bairros onde os aluguéis e preços são mais elevados.

O último mapa dessa seção é que mostra a proporção de empregadores nas UDHs e esses talvez seja o mapa em que as disparidades são mais evidentes. Obviamente, aqui não há uma separação entre o proprietário de um pequeno comércio e o grande empresário dono de uma rede de lojas, mas quando comparamos com o mapa de renda fica evidente essa relação entre renda elevada e condição de empregador, principalmente nos bairros de renda mais elevada e os onde moram as elites locais, mesmo que numa proporção menor. São nesses locais que moram a burguesia e suas frações e extratos, numa linguagem mais explícita, os proprietários dos meios de produção, a classe realmente dominante da metrópole.

A análise e comparação mais fina desses mapas com o de renda pode trazer mais inferências sobre essa relação entre inserção social e remuneração, o que exige estudos mais aprofundados para se fazer afirmações mais contundentes. O que fica



evidente, no entanto, é que escolaridade, formalização, participação no setor público e inserção na sociedade de classes, definem a renda do indivíduo e sua localização no território da metrópole. E, conseqüentemente, sua qualidade de vida, incluindo aí o menor risco de sofrer violência tanto por parte de “criminosos” quanto por parte de agentes do Estado. A próxima seção vai detalhar os efeitos, na vida cotidiana e ao longo desta, dessa desigualdade “inicial” determinada pela localização no espaço de acordo com a função social do indivíduo e sua renda. Analisaremos uma série de indicadores que sistematizam o acesso a bens e serviços que permitem uma “qualidade de vida” objetiva e simbólica para os moradores dessas frações do território metropolitano.

Na seção anterior vimos que os mapas mostram as diferenças de renda como resultado do acesso diferenciado das pessoas a bens e serviços específicos como escolarização, emprego formal e propriedade dos meios de produção, gerando uma visível desigualdade. Há uma série de outros indicadores que deixam mais evidente essa desigualdade e que, na verdade, são resultantes das condições observadas na seção anterior. O primeiro mapa mostra a taxa de desocupação da população adulta em 2010. Observa-se que se vivia nesse período uma situação de quase pleno emprego, com uma taxa de desocupação próxima de 5%. Nota-se uma taxa abaixo da média nas regiões de mais alta escolaridade e renda e um gradiente crescente em direção a periferia desses lugares, até chegar a lugares com taxas três e até seis vezes maiores que nos núcleos citados. Quando analisamos o próximo mapa que mostra o indicador “nem trabalham, nem estudam” o quadro fica ainda mais desalentador. Esse indicador tem como premissa mostrar a porcentagem de jovens entre 18 e 24 anos que não possuem trabalho e estão fora das escolas, demonstrando o contraste entre as áreas centrais,



onde essa taxa é próxima do zero, e as periferias, onde o percentual passa de 10% em grande parte da região e chega a quase um em cada quatro jovens nos bolsões de pobreza. A atual situação do país nos permite dizer que esse quadro piorou nos últimos anos. Não

podemos afirmar qual a proporcionalidade, mas acreditamos que os lugares com os melhores e piores indicadores continuem os mesmos e nestes últimos o avanço da desocupação pode ser ainda maior, aumentando o fosso de oportunidades. Isso demons-

tra que as oportunidades de trabalho e renda mostram-se ainda mais desiguais quando se tem como referência o local de moradia.

A falta de ocupação desses adultos e jovens tem uma causa principal que é o modelo econômico excludente que se utiliza de vários expedientes para escolher quem vai se inserir ou não no mercado de trabalho, sendo os mais importantes são a escolaridade e qualificação. Contudo, há um outro fator que pesa nessa balança, a falta de oportunidades próximas à moradia e a distância dos locais de trabalho, o que contribui para a exclusão, pois verificamos que em áreas com baixas taxas de escolaridade, mas que estão próximas aos centros de negócios, as taxas de desocupação são mais baixas. O mapa com o número de empregos por Unidades Metropolitanas de Informação (UMI), elaborado pelo Instituto Rio Metropolitano, demonstra a concentração em algumas áreas, estando a maior quantidade no centro da capital e seu entorno, bem como em bairros nos quais se formam centros de negócios, como na Barra da Tijuca, Botafogo, no trecho inicial da Avenida Brasil e num segundo plano em Madureira, Campo Grande e nos centros de alguns municípios como Nova Iguaçu, Niterói, Duque de Caxias e São Gonçalo. A partir desses núcleos, temos um gradiente decrescente de empregos que chega ao seu mínimo nas favelas e periferias mais distantes, obrigando o deslocamento desses moradores para aqueles centros.

Mesmo que consigam emprego, os moradores dessas áreas da periferia distante ainda sofrem para chegar até o trabalho. A ineficiente rede de transporte coletivo e o trânsito caótico fazem com que o deslocamento se torne um fator a mais de desgaste para os trabalhadores. Contudo, apesar das reclamações generalizadas, a análise do mapa demonstra que alguns têm mais razão de reclamar que outros. Tomando como base o tempo médio gasto no deslocamento entre moradia e local de trabalho, fica claro

que nas áreas centrais a proporção é extremamente baixa, menor que 1% dos trabalhadores. À medida que nos afastamos, ela vai subindo até chegar a 14%, o que significa que um em cada seis trabalhadores desses lugares demora mais do que uma hora, em alguns casos duas ou três horas, para chegar ao trabalho. Uma taxa, em média, dez vezes maior do que a do primeiro grupo. Se levarmos em consideração que boa parte desses moradores desses bairros não estão inseridos no mercado formal, podemos inferir que além do tempo, o gasto com deslocamento também é relativamente muito maior, piorando as condições de vida dessas pessoas. Uma aparente contradição a ser considerada é o baixo percentual nas extremidades da metrópole, o que poderia levar a deduzir que não é penoso chegar aos centros de empregos das áreas centrais. A realidade é exatamente o oposto, as altas taxas de desocupação e o baixo nível de empregos desses locais permite inferir que eles nem tentam chegar àqueles locais de emprego, permanecendo desempregados ou subempregados nos poucos empregos locais, com rendas extremamente baixas, quase que excluídos de uma vida plenamente metropolitana, com baixa mobilidade intermunicipal não só para o trabalho, mas todas as demais instâncias da vida cotidiana, como educação, saúde, cultura, etc.

Como diz o título desta seção, a desigualdade causa efeitos perversos. Uma diferença no acesso a direitos fundamentais do ser humano, nas palavras de Milton Santos (1997), "é como se as pessoas não existissem nesses lugares". O principal desses direitos é, sem dúvida, à vida, em primeiro lugar. Contudo, mesmo esse direito é de acesso diferenciado segundo o lugar de moradia na metrópole e os mapas podem mostrar isso. O mapa de esperança de vida, que é a expectativa de duração da vida de uma pessoa a partir do momento em que nasce, demonstra que esta depende do lugar

de nascimento e moradia. A duração da vida depende individualmente da genética e no plano coletivo do acesso às coisas básicas como alimentação adequada, moradia, ambiente salubre, assistência médica etc., que estão intimamente ligados a renda da pessoa e dos investimentos públicos nos equipamentos que permitem o oferecimento desses serviços por parte do Estado ou são providos pela iniciativa privada com o dispêndio de renda por parte dos moradores. Desse modo, a renda baixa e o não oferecimento de equipamentos públicos vão dilapidando as condições de vida do indivíduo ao longo do tempo, contribuindo para o surgimento de doenças que não são descobertas e/ou tratadas com rapidez e eficiência, provocando mortes facilmente evitáveis, encurtando o período de vida dessas pessoas.

Analisando o mapa verificamos que o padrão visto nos mapas de renda se repete. O tempo de vida é maior nas áreas centrais e vai decaindo conforme nos afastamos delas. O que impressiona nesse caso é a diferença entre os lugares de uma mesma metrópole. Um morador da zona sul e da Barra da Tijuca tem o direito de viver quase 15 anos mais de quem mora em Japeri, e 10 anos a mais de quem mora na Cidade de Deus. Considerando que a idade mínima para se aposentar é de 65 anos, significa que a maioria dos moradores desses últimos lugares irão trabalhar até morrer ou viver pouco mais de 5 anos após se aposentar. Essa é a face mais perversa da reforma da previdência recém aprovada: a não diferenciação por faixa de renda. Assim, além dos baixos salários associado a uma menor quantidade de empregos e a um menor grau de formalização, que implica em menor tempo de contribuição e, conseqüentemente, num maior tempo para se conseguir o benefício, justamente nas populações que vivem menos tempo, o que na prática impedirá a aposentadoria de grande parte dessas populações.

O mapa seguinte evidencia uma questão ainda mais perversa dessa desigualdade. A incidência de uma alta mortalidade infantil demonstra a incapacidade de uma sociedade de cuidar da vida desde o seu início. De um modo geral o país tem conseguido avançar nesse campo. Contudo, ao analisarmos esses dados no interior da segunda maior metrópole do país, o quadro é de incredulidade. Para exemplificar o que estamos apontando, faremos uma comparação das diferentes taxas na metrópole com outros países do mundo. Nas áreas de elite os indicadores de mortalidade infantil não chegam ao padrão dos países nórdicos, mas seguem padrões do “leste europeu” ou mesmo dos EUA, com taxas baixas, entre 6 e 9 mortes por mil nascidos vivos. Todavia, repetindo padrões anteriores de diferenciação, a partir desses lugares, inicia-se um gradiente crescente dessas taxas que atingem valores inaceitáveis nas periferias mais distantes e nos bolsões de pobreza, acima de 20 e chegando a 24 por mil, um padrão semelhante ao de países como Iraque, São Tomé e Príncipe e Camboja ou, para ficarmos em nosso continente, Guatemala e Paraguai. Para se ter uma noção do que isso significa, é o mesmo que afirmar que uma criança que nasce em Japeri ou na Cidade de Deus tem de três a quatro vezes mais chances de morrer antes completar um ano de idade do que uma criança que nasce na Barra da Tijuca ou no Leblon, em pleno século XXI. Se fizermos uma comparação temporal, há um atraso de pelo menos 20 anos entre as áreas citadas, ou seja, se as melhores áreas pararem de evoluir, as mais pobres levarão 20 anos para se igualar. As perspectivas são sombrias quando não observamos nenhuma mudança nessa direção, pelo contrário, as projeções apontam para um aumento dessa desigualdade, por um bom tempo essas crianças ainda terão sua vida reduzida ainda nos primeiros anos pelo simples fato de



terem nascido pobres e nesses bairros e localidades.

O mapa que sintetiza esse quadro de desigualdade social no espaço, com todas as ressalvas que se possa fazer a esse indicador, é o do índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), que leva em consideração as condições de renda, saúde e educação de uma população. Neste trabalho, para facilitar a visualização dessa desigualdade, criamos cinco faixas com base nos valores obtidos nesses cálculos elaborados pela equipe que produziu o Atlas do Desenvolvimento Humano. No caso da metrópole carioca, agrupamos de modo que representem as localidades que possuem IDH que vão do muito alto (em azul) ao baixo

(em vermelho), não existindo nenhuma localidade com muito baixo. Pode parecer repetitivo, e é, mas o padrão é o mesmo para os demais indicadores já vistos, até porque é calculado com base neles. Temos uma área de alto padrão na orla oceânica do Rio de Janeiro e de Niterói, com pouquíssimas UDHS fora desse eixo, como na Tijuca, Méier, Jardim Guanabara, Pendotiba e os centros de Nova Iguaçu e Duque de Caxias, além do Campus da Rural em Seropédica. A partir desses lugares temos um gradiente decrescente de qualidade de vida até chegar aos bolsões de pobreza na periferia distante ou nas favelas encravadas nas áreas de melhor qualidade. Usando a analogia “internacionalista” que fize-



mos no trecho anterior, numa viagem de Ipanema a Japeri, é como se saíssemos da Noruega, passássemos por Portugal, Sérvia, entrássemos na África pelo Marrocos até chegarmos na Tanzânia. Tudo isso em apenas 70 km e sem nenhum oceano ou barreiras alfandegárias no caminho que impeçam a mudança de moradia por parte de um indivíduo de um lugar para o outro, somente limitações de ordem econômica.

O último mapa desta sessão torna essa “viagem” quase uma realidade. O mapa racial mostra a cor da pele de quem mora nesses simulacros de países, temos assim “Noruegas”, “Portugais” e “Tanzânias” na Metrópole, quando observamos a grande propor-

ção de brancos nas áreas centrais e as de negros e pardos nas áreas de piores indicadores. Obviamente isso não é coincidência, nem destino, é a história se materializando na forma de como esses grupos se distribuíram na metrópole ao longo do tempo. Assim podemos traçar alguns perfis ideais do morador de cada uma dessas grandes áreas, que vão do branco, escolarizado, com emprego formal e alto salário até o negro ou pardo pouco escolarizado, inserido precariamente no mercado informal e com baixos salários. As diversas variações desses tipos ideais e os diversos arranjos de participação desses grupos em cada uma das unidades territoriais da metrópole carioca definem o tecido so-

cial local e entram na composição do grande painel metropolitano, onde percebemos os papéis e funções de cada indivíduo e comunidades nessa divisão social e econômica marcada pela profunda desigualdade no espaço. Contudo, como não há barreiras como as que existiam no Apartheid sul africano, qualquer um pode, a princípio, ir de um lugar para o outro de maneira temporária ou permanente, mas para além dos mecanismos econômicos há formas sutis de “deixar cada um no seu lugar” e para isso a política de segurança executada, principalmente pela polícia, tem seus instrumentos de restrição. Isso não impede que milhares de negros e pardos morem nas ruas e frequentem os espaços “nobres”, mas há um preço a pagar por isso, às vezes com a privação da liberdade ou a própria vida. O objetivo dos próximos capítulos será perceber de que maneira a violência atinge de maneira diferenciada os moradores segundo o seu lugar de moradia e a cor da sua pele.

(*) Manoel Ricardo Simões

É licenciado e bacharel em Geografia pela UFF, possui mestrado em Planejamento Urbano e Regional pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1993) e doutorado em Geografia pela Universidade Federal Fluminense (2006). Atualmente está aposentado como Professor Titular do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro. Dedicou-se a pesquisas sobre a Baixada Fluminense, sendo autor de dois livros sobre o tema: *A Cidade Estilhaçada e Ambiente e Sociedade na Baixada Fluminense*. Também atua na interface da relação entre Geografia e cultura, Geografia e Meio Ambiente e Geografia e Arte, produzindo materiais didáticos alternativos como peças teatrais, vídeos e maquetes topográficas. Como editor (Editora Entorno), tem publicado livros de autores da região e participou da construção do Plano Municipal do Livro e Leitura de Nova Iguaçu.

MEMÓRIA, IDENTIDADE E PODER: o processo de emancipação de Mesquita

Fatima de Souza (*)

Trabalho fundamentado na dissertação de Mestrado em Memória Social e Documento, desenvolvida na Universidade do Rio de Janeiro – Unirio, intitulada “Das terras de Mutambó ao município de Mesquita - RJ: memórias da emancipação nas vozes da cidade”, sob a orientação do professor doutor Marco Aurélio Santana e defendida em abril de 2005.

O presente artigo traz a temática de como a teoria da memória em sua dimensão coletiva - a memória social - pode ser o eixo norteador de um trabalho de pesquisa que tenha como objetivo investigar questões ligadas à construção de identidades e poder local, bem como processos de participação de agentes sociais. O objeto de estudo, no caso, foi a emancipação de Mesquita, município da Baixada Fluminense - região metropolitana do Estado do Rio de Janeiro, ocorrida em 1999. Para além das questões técnicas e acadêmicas sobre viabilidade financeira, desenvolvimento e relações de poder, dentre outras, que permeiam os debates, a pesquisa buscou discutir o processo de Mesquita à luz daqueles que vivenciaram e se envolveram em suas discussões e ações: os habitantes

da localidade. Assim, o objetivo foi analisar de que forma a emancipação se (re) construiu na memória do grupo e que estratégias foram acionadas nesse trabalho da memória, tendo como instrumento metodológico a História Oral. A possibilidade da articulação das lembranças e dos esquecimentos dos diferentes sujeitos sociais envolvidos, o tratamento da memória como uma construção social vinculada a referenciais do presente dos sujeitos que lembram e baseada em seu contexto social de pertencimento, foi o ponto de partida dessa abordagem. Para tanto, o fio condutor do trabalho de memória foram as narrativas orais de diversos agentes que se envolveram nas ações que culminaram com a autonomia político-administrativa de Mesquita.

Partimos do pressuposto que a trajetória do movimento emancipa-

cionista se apresenta marcada por tensões e disputas de espaços de poder, caracterizada na heterogeneidade de posições e representações que circulam na cidade: se para uns se constituía em depositário de transformações e conquistas, para outros prevalecia a ideia de que esta não resolveria os problemas crônicos da região, e sim, de grupos que necessitavam ter maior influência na política local; enquanto setores favoráveis à emancipação acreditavam que o município era viável do ponto de vista da sustentabilidade econômica, chegando até ao ufanismo, setores contrários afirmavam justamente o oposto.

Assim, trabalhar com tal temática, implicou em vasculhar os materiais de memória disponíveis e os que foram sendo produzidos para alcançar os objetivos específicos, a saber: investigar a construção de identidades locais no



Rua Alice (atual Gov. Celso Peçanha), em Mesquita, 1930

processo de criação da cidade; identificar interesses (de ordem política, econômica e social) entre os diversos segmentos (classe política, movimentos sociais, povo em geral) no processo de emancipação e seus impactos na construção da memória; apontar as diversas formas de participação dos agentes sociais na campanha pela emancipação; relacionar a emancipação com o processo de busca da apropriação e de domínio do espaço a partir da afirmação de identidade(s) própria(s).

A concepção de memória como construção social é um referencial importante, já que tratamos de um conjunto de representações sobre a emancipação. Nesse sentido, foi acionado o caráter coletivo da memória, introduzido por Maurice Halbwachs nas ciências sociais do século XX, principalmente a parte na qual afirma que as lembranças são construções sociais

que se realizam a partir de referenciais do presente, e que a memória se compõe por meio de “quadros sociais” que a orientam e a tornam coletiva.

Bosi (1998, p. 54), explica muito bem essa dimensão coletiva da memória, concebida por Halbwachs: “A memória do indivíduo depende do seu relacionamento com a família, com a classe social, com a escola, com a igreja, com a profissão; enfim, com os grupos de convívio e os grupos de referência peculiares a esse indivíduo”. Nesse entendimento, as lembranças individuais são frutos de sua articulação com as lembranças do grupo a que o indivíduo pertence.

Halbwachs (1990) em seus escritos com relação à memória individual já dizia:

“consideremos agora a memória individual. Ela não está inteiramente isolada e fechada. Um

homem, para evocar seu próprio passado, tem frequentemente necessidade de fazer apelo às lembranças dos outros. Ele se reporta a pontos de referência que existem fora dele, e que são fixados pela sociedade. Mais ainda, o funcionamento da memória individual não é possível sem esses instrumentos que são as palavras e as ideias, que o indivíduo inventou e que emprestou do seu meio” (Halbwachs, 1990, p. 54).

Também com ênfase na linha da construção social da memória, os escritos de Pollak (1992, p. 201-202) apontam os acontecimentos, as pessoas – personagens e os lugares, como “elementos constitutivos da memória”, ou seja, esses três fatores se apresentam como determinantes no exercício do recordar.

Com relação aos acontecimentos, ele os divide em duas categorias: os acontecimentos vividos pessoalmente, frutos da própria experiência dos indivíduos em sua trajetória de vida e os acontecimentos vividos por tabela, ou seja, a partir de experiências trazidas pelo grupo a que pertence, mas não vividos diretamente, e que se tornam, pela relevância que assumem, parte integrante da memória do grupo – é a memória herdada.

Como segundo elemento constitutivo da memória aparecem as pessoas, os personagens que, de acordo com o mesmo critério dos acontecimentos, podem ser tanto aqueles conhecidos diretamente quanto os personagens “de quem se ouviu falar”, mas adquiriram importância tal, a ponto de se transformarem em praticamente conhecidos.

Como terceiro elemento aparecem os lugares: as lembranças, nesse caso, podem evocar tanto locais da própria experiência pessoal quanto os de identificação de um grupo.

O interesse nesses três fatores formadores do processo de reconstituição da memória reside no fato de que a pesquisa trabalhou com o acontecimento/emancipação; o lugar/Mesquita e os personagens/narradores.

Ainda seguindo Pollak, foram utilizados: a) o processo seletivo da memória, no qual as informações registradas são aquelas que interessam ao indivíduo ou ao grupo; b) o confronto entre a memória individual e a memória dos outros, quando fica claro que a memória e a identidade são valores disputados em conflitos que opõem grupos políticos diversos – a memória em disputa. Vale ressaltar, nesse aspecto, o fator da negociação da memória, que precisa concordar com as lembranças trazidas por outros para que as incorpore como suas. Pode-se, pois, antever que memórias coletivas não são por si só tranquilas e homogêneas, elas podem indicar processos conflituosos e concorrentes. Dependem dos “processos e atores que intervêm no trabalho de constituição e de formalização das



Av. Baronesa de Mesquita: em 2018 e em 1932 (sem o muro da linha férrea e sem o viaduto de Mesquita)

memórias” (Pollak, 1989, p. 4); e c) o conceito de identidades coletivas, ou seja, o investimento que um grupo realiza ao longo do tempo para estabelecer laços de unidade, coerência e continuidade: “quando a memória e a identidade estão suficientemente instituídas, suficientemente amarradas, os questionamentos vindos de grupos externos à organização, os problemas

colocados pelos outros não chegam a provocar a necessidade de se proceder rearrumações, nem no nível da identidade coletiva, nem no nível da identidade individual (Pollak, 1989, p. 207).

Dessa forma, a investigação se deu em torno do grau de variabilidade de coesão/dispersão na constituição da identidade emancipacionista e sua influência no processo de afirmação



dessa identidade, por meio da análise dos depoimentos orais coletados.

Na análise das memórias emancipacionistas, foi acionado outro conceito de Pollak: o trabalho de enquadramento da memória, a partir das diferentes representações da emancipação, trazidas pelas memórias de agentes oriundos de grupos sociais diversos: setores do

governo, partidos políticos, movimentos associativos etc.

Com relação aos silêncios da memória, o conceito de “memórias subterrâneas” (Pollak, 1989), - aquelas que ficam silenciadas ou esquecidas por muito tempo e que vêm à tona em momentos de crise ou de possibilidade de extravasamento -, serviram de base para análise dos depoimentos, em que tais situações transpareceram.

A partir da concepção de Pollak sobre os elementos constitutivos da memória, foi possível um entrelaçamento com o que Halbwachs afirma sobre a relação das lembranças próprias do indivíduo e a de seu grupo de pertencimento. Porém, isso não parece ser o fator exclusivo para as lembranças do passado, até porque esse passado não pode ser revivido exatamente do jeito que aconteceu. Conforme Santos (2003), “escrever sobre a memória é escrever, por um lado, sobre a relação entre indivíduo e sociedade e, por outro, sobre a relação entre passado, presente e futuro. Não são poucos os pensadores que nos dizem que o que nos lembramos do passado é sempre diferente do que aconteceu no passado” (Santos, 2003, p. 186).

Quando o passado é evocado, a partir da condição de temporalidade presente, ele está situado num determinado contexto, marcado pelas experiências e ideias que o indivíduo acredita.

Nessa discussão, é necessário também acionar uma abordagem da memória condizente com as práticas e discursos de século XXI, já que o objeto de estudo em foco, a emancipação, remete a uma temática profundamente contemporânea, e, portanto, mergulhado numa sociedade em que a “cultura da memória”, segundo Huyssen (2000), faz-se presente como uma necessidade. Quando esse autor, por exemplo, avalia que atualmente a sociedade está fragmentada, tanto em termos de referências espaciais quanto temporais, e, por isso mesmo, a “memória consensual coletiva” da época de Halbwachs, é muito difícil

de ser encontrada na sociedade atual “que pressupõe formações de memórias sociais e de grupos relativamente estáveis - [e portanto] não são adequadas para dar conta da dinâmica atual da mídia e da temporalidade, da memória, do tempo vivido e do esquecimento” (Huyssen, 2000, p. 15).

Dessa forma, as ideias de Halbwachs são perfeitamente empregáveis, contanto que sejam flexibilizadas em direção à compreensão de que a sociedade contemporânea é detentora de muitas memórias, ou seja, não se pode e não se deve contentar em procurar uma memória coletiva que seja consensual, porquanto se corre o risco de não encontrá-la, ou mesmo de impô-la ao grupo estudado.

Com relação aos lugares, um dos elementos constitutivos do trabalho da memória segundo Pollak, eles remetem a uma categoria fundamental para este trabalho: o espaço, que por sua vez encontra-se entrelaçado à categoria de tempo.

Segundo Harvey (1993, p. 187) “espaço e tempo são categorias básicas da existência humana”. Assim, estudá-las, significa compreender como os homens, através dos tempos, conseguiram se organizar e influenciar o espaço a seu alcance, ou seja, o tempo social e o espaço social, construções que podem variar de acordo com a diversidade dos grupamentos humanos. “Em suma, cada modo distinto de produção ou formação social incorpora um agregado particular de práticas e conceitos do tempo e do espaço” (Harvey, 1993, p. 189).

De acordo com os trabalhos da geografia temporal proposta por Hägerstrand, “os indivíduos são considerados agentes movidos por um propósito, engajados em projetos que absorvem tempo através do movimento no espaço” (Hägerstrand, apud Harvey, 1993, p. 195), Harvey aponta as biografias individuais definidas por Hägerstrand “trilhas de vida no tempo-espaço”, como uma maneira de se estudar o comportamento dos

indivíduos, suas práticas cotidianas e processos de deslocamento; essa conceituação será útil no entendimento das movimentações dos atores sociais do objeto de estudo. Entretanto, não basta explicar as movimentações têmporo-espaciais dos indivíduos ou dos grupos; é preciso refletir em que bases essas relações sociais se estabelecem, o que faz determinadas relações dominarem outras, tornando-se hegemônicas. Para isso, as abordagens que podem contribuir nesta questão são aquelas que dão conta das relações de poder e sua imbricação com as espaciais e temporais.

Com os estudos de Harvey (1993, p. 207) sobre como a “hegemonia ideológica e política em toda a sociedade depende da capacidade de controlar o contexto material da experiência pessoal e social”, pode-se discutir e aplicar de que forma manifestações relacionadas aos usos do dinheiro, do tempo e do espaço influenciam na manutenção do poder político. Da mesma forma, como práticas sociais podem ocasionar mudanças qualitativas do espaço e do tempo, e se manifestam por meio da luta social.

Na discussão do papel do poder nas relações sociais, nas práticas que fundam e organizam espaços ao longo do tempo, o trabalho de Claval (1978) sobre as conexões entre espaço e poder que se estabelecem na trama social é igualmente adequado:

o que se pretende mostrar claramente, hoje, é que o jogo social nunca é inocente: atrás das retroações que limitam aparentemente o poder dos indivíduos, desmascara-se a ideologia que oculta os mecanismos reais e leva a esquecer o peso desigual dos participantes e os que instituíram as regras sociais e com elas se beneficiam (Claval, 1978, p. 7).

Isso significa dizer que não basta explicar como as relações e as práticas sociais acontecem; no caso da emancipação, não basta dizer que alguns se-

tores desejavam a emancipação e outros eram contrários, mas sim, de que forma os homens ou grupos, agiram entre si ou sobre os outros:

impondo-lhes sua vontade pela força, ou levando-os a aceitar a autoridade de que está se investido, ou jogando com seus dons e a simpatia que sabe criar à sua volta, ou tirando partido de sua posição econômica, de sua situação geográfica ou de sua aptidão para inventar novas soluções e fazer com que sejam adotadas” (Claval, 1978, p. 7).

Aplicando esses conceitos ao processo de ocupação da cidade de Mesquita, pode-se entender, não somente os processos de deslocamento dos moradores mais antigos para a região, como também os motivos desse deslocamento, compreendendo-os como parte de um projeto maior que reservava às populações mais empobrecidas do Rio de Janeiro as regiões da Baixada Fluminense, considerada “a periferia da periferia” do Rio. E, ainda, verificar os interesses envolvidos na emancipação, seja por parte das elites políticas da região, seja por parte dos movimentos sociais, envolvidos em tal processo e verificar de que forma eles reaparecem no trabalho de memória dos entrevistados.

Relacionando a questão do espaço à discussão da constituição de identidades, a pesquisa apoiou-se no conceito de “lugar antropológico” de Augé (2001), que o define da seguinte forma: “àquela construção concreta e simbólica do espaço que não poderia dar conta, somente por ela, das vicissitudes e contradições da vida social, mas à qual se referem todos aqueles a quem ela designa um lugar, por mais humilde e modesto que seja” (Augé, 2001, p. 51).

A utilização desse conceito ao espaço em tela, a cidade de Mesquita, é porque se acredita que a mesma apresenta características de um “lugar antropológico”, ou seja, ela se afigura em vários aspectos como identitária, relacional e

histórica. Quando os moradores identificam-se como mesquitenses de nascimento ou ainda que sejam oriundos de outro lugar, assumem tal condição, estão se referindo a uma identidade individual que remete a um conteúdo espacial e social: morar na cidade, frequentar a praça, assistir à missa, ir às festas, promover um compartilhar com os outros, um viver e relacionar-se com o outro, a “ocupação do lugar comum”. (Augé, 2001). À medida que os habitantes vivem e criam uma relação de lugar, desenvolvem a capacidade de reconhecimento de sua própria história, dos marcos históricos que os mesmos construíram. Como diz Augé (2001, p. 53), “O habitante do lugar antropológico não faz história, vive na história”. Tais características permeiam a narrativa de vários depoentes nas entrevistas recolhidas.

Sabe-se, por outro lado, que Mesquita sofre como tantas outras cidades da influência globalizante que reduz os espaços e os tempos, porquanto é situada numa região metropolitana, refletindo, dessa forma, os valores e a fluidez da metrópole.

Como escreve Hall (2003, p. 72-3): “os lugares permanecem fixos; é neles que temos ‘raízes’. Entretanto, o espaço pode ser ‘cruzado’ num piscar de olhos – por avião a jato, por fax ou satélite. Harvey chama isso de ‘destruição do espaço através do tempo’”.

Assim, as concepções de Hall sobre identidade cultural, podem ajudar na análise das diferentes identificações dos sujeitos sociais que compõem o lugar-espaço investigado. Ou seja:

a globalização tem, sim, o efeito de contestar e deslocar as identidades centradas e “fechadas” de uma cultura nacional. Ela tem um efeito pluralizante sobre as identidades, produzindo uma variedade de possibilidades e novas posições de identificação, e tornando as identidades mais posicionais, mais políticas, mais plurais e diversas, menos fixas e mais trans-históricas (Hall, 2003, p. 87).

Diante das novas possibilidades colocadas, fruto da compressão espaço-temporal da sociedade que globaliza, que invade culturas herméticas, o presente trabalho não é desenvolvido com a variável de uma identidade mesquitense, mas sim, de identidades mesquitenses diversas, fruto da multiplicação dos “sistemas de representação e significação cultural” (Hall, 2003, p. 13) existentes na sociedade atual.

Mesquita tem História!

Quando andamos pelas ruas de nosso município, não podemos imaginar o quanto são ricas de história, já que se encontram tão maltratadas e abandonadas. Mas, se olharmos com os “olhos do tempo”, essas mesmas ruas podem nos levar a uma grande viagem pelo passado.

• O processo de ocupação das terras mesquitenses

As terras que formam atualmente o município de Mesquita, há mais de 500 anos, eram habitadas por um povo indígena apelidado pelos colonizadores de “jacutinga”, possivelmente porque se enfeitavam de penas de jacu branco, tipo de ave parecida com uma galinha, muito comum em nossa região naquela época. Pois bem, os jacutinga foram exterminados porque participaram junto com outras nações indígenas de um movimento chamado Confederação de Tamoios, que lutava contra a escravização dos índios pelos portugueses. O bairro de Jacutinga é o único nessa região da Baixada que preserva a memória dos primeiros habitantes dessas terras, que lutaram para resistir à escravidão.

Andando um pouco mais à frente, lá pelos anos de 1700, iremos encontrar nossas terras plantadas com cana-de-açúcar e já com um engenho funcionando na descida da Serra da Cachoeira (onde atualmente temos o Parque Municipal). Temos notícia que o proprietário então era o capitão Manoel Correia Vasques. O engenho produzia açúcar, aguardente, tinha uma capela. Mas a mão-de-obra era o povo da África, que foi trazido à força, como escravo, para trabalhar, assim como em muitos lugares do Brasil.

As terras de Cachoeira passaram por vários donos, até que foram parar nas mãos de Jerônimo José de Mesquita, o 1º Barão de Mesquita, e, mais tarde, nas de seu herdeiro, Jerônimo Roberto de Mesquita, que viria a ser o 2º Barão de Mesquita.

Em 1884, quando a Estrada de Ferro chega às terras, a parada de trem passa a se chamar Barão de Mesquita. É por essa época também que as fazendas começam a não dar mais lucros, principalmente por conta da abolição dos escravos. A fazenda da Cachoeira é então vendida e transformada em chácaras de plantação de laranjas. No início do século XX, surgem, do lado oposto às fazendas, as olarias, facilitadas pela qualidade do barro da região formada por áreas alagadas.

Durante vários anos, a paisagem de Mesquita era formada de laranjais, olarias e poucas residências, se compararmos com hoje em dia. Por volta de 1940, sua população atingia cerca de 9.109 habitantes. A decadência da produção de laranjas provocou a venda dessas chácaras e o aparecimento dos primeiros loteamentos em Mesquita, entre o pé da serra e a estrada de ferro. Por outro lado, pouco a pouco, também as olarias deram lugar aos loteamentos (do lado oposto às chácaras). Já em 1950, vamos observar que a população triplicou para 28.835 moradores.

Em finais da década de 1940 e início da década de 1950, começam a ser estabelecidas em Mesquita, novas fábricas que darão um grande impul-

© Casa de Oswaldo Cruz



Inauguração do trecho aberto do Rio Sarapuí entre Mesquita e Engenheiro Neiva em Mesquita

so à economia da região. Dentre elas, a Brasferro, metalúrgica de grande porte, a IBT, também metalúrgica, e a Pumar, indústria de sombrinhas. É o período da fase de industrialização, que iria empregar centenas de famílias dos moradores mesquitenses.

São muitas histórias, muitas lutas, muitas alegrias, muitas tristezas. É isso que nos contam os viajantes e moradores mais antigos que passaram ou viveram nestas terras em outras épocas e que foram testemunhas de uma Mesquita rica em florestas, residências grandes e arejadas; escutaram o apito da locomotiva pela primeira vez, viram fábricas erguerem-se, contribuindo para o desenvolvimento econômico da Baixada Fluminense. Viram também tudo isso mudar: o surgimento dos loteamentos, o não investimento dos governos em infraestrutura e saneamento, a decadência das fábricas e a transformação de nossa cidade em um município-dormitório, assim como a maioria das cidades da Baixada.

• O movimento pela emancipação do município

Em 1952, Mesquita passa a ser o quinto distrito do município de Nova Iguaçu, formado inicialmente pelos bairros de Presidente Juscelino, Edson Passos, Banco de Areia e Chatuba.

O movimento pela emancipação tem início na década de 1950 do século XX. Temos notícia das primeiras reuniões datadas de 1957, aliás, a primeira reunião realizou-se na sede de um antigo clube de futebol mesquitense, “Sete de Setembro”, na atual rua Maria Mendes Vecchi, centro de Mesquita.

Veremos que esse movimento está no bojo de uma série de processos emancipatórios surgidos no período, como foi o caso de nossos vizinhos Nilópolis e São João de Meriti, que se tornaram municípios em 1947. Um dos grandes fatores foi a edição da constituição brasileira de 1946, que

garantiu pela primeira vez a repartição de receitas federais, incluindo os municípios.

Essa primeira tentativa de 1957, não foi adiante, pois o processo desapareceu no caminho entre a Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro e o Palácio do Governo do Estado, à época em Niterói.

Após essa fase inicial, o movimento só volta à carga com iniciativas concretas (realização de plebiscitos) na década de 1980, período que coincide com os “tempos de abertura” que movimentam o país, colocando novamente em ação os movimentos sociais e políticos.

Dessa forma, encontraremos Mesquita com um movimento organizado no que diz respeito às associações de moradores e partidos políticos. Quando a discussão pela emancipação ressurgiu, necessariamente ela passa pelas lideranças que compõem o movimento social e político, revelando posições pró e contra a emancipação.

Em 6 de setembro de 1987, vinte anos após o primeiro movimento, Mesquita vai às urnas, tentando novamente se emancipar. O plebiscito não consegue o quorum exigido por lei.

Em 28 de novembro de 1993, novamente, a tentativa. Dessa vez, a propaganda a favor da emancipação é “recheada” com a injeção de dinheiro dos políticos para a sua divulgação. Novamente o quorum não é alcançado. O movimento dessa vez não se dispersa, e em 26 de novembro de 1995, acontece o terceiro plebiscito. Plebiscito esse marcado por uma divulgação maior, tanto no meio da população, quanto nos meios de comunicação.

Segundo relatos de moradores que tiveram uma participação ativa nesse processo, o dia do plebiscito foi uma festa, apagada no final da noite quando o Tribunal Regional Eleitoral, responsável pela apuração, proclamou o resultado: cerca de 44 mil eleitores votaram, porém o quorum exigido era de 48 mil.

A partir daí, uma verdadeira batalha judicial foi travada e, após quatro anos, Mesquita foi elevada à categoria de cidade em 25 de setembro de 1999.

Mesquita é o mais novo município do Estado do Rio de Janeiro, com uma população estimada em 176.569 mil habitantes (estimativa 2020), o que a coloca, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), na faixa de médio para grande porte, dentre os municípios do Brasil. Significa dizer que as atenções para as políticas públicas devem estar de acordo com o seu tamanho e a população que o habita.



© Otávio Bennáchio

Fontes de pesquisa:

As informações contidas neste artigo são provenientes de consultas realizadas nos documentos do Tribunal Regional Eleitoral (TRE) referentes aos plebiscitos de 1987, 1993 e 1995 e relatos de moradores.

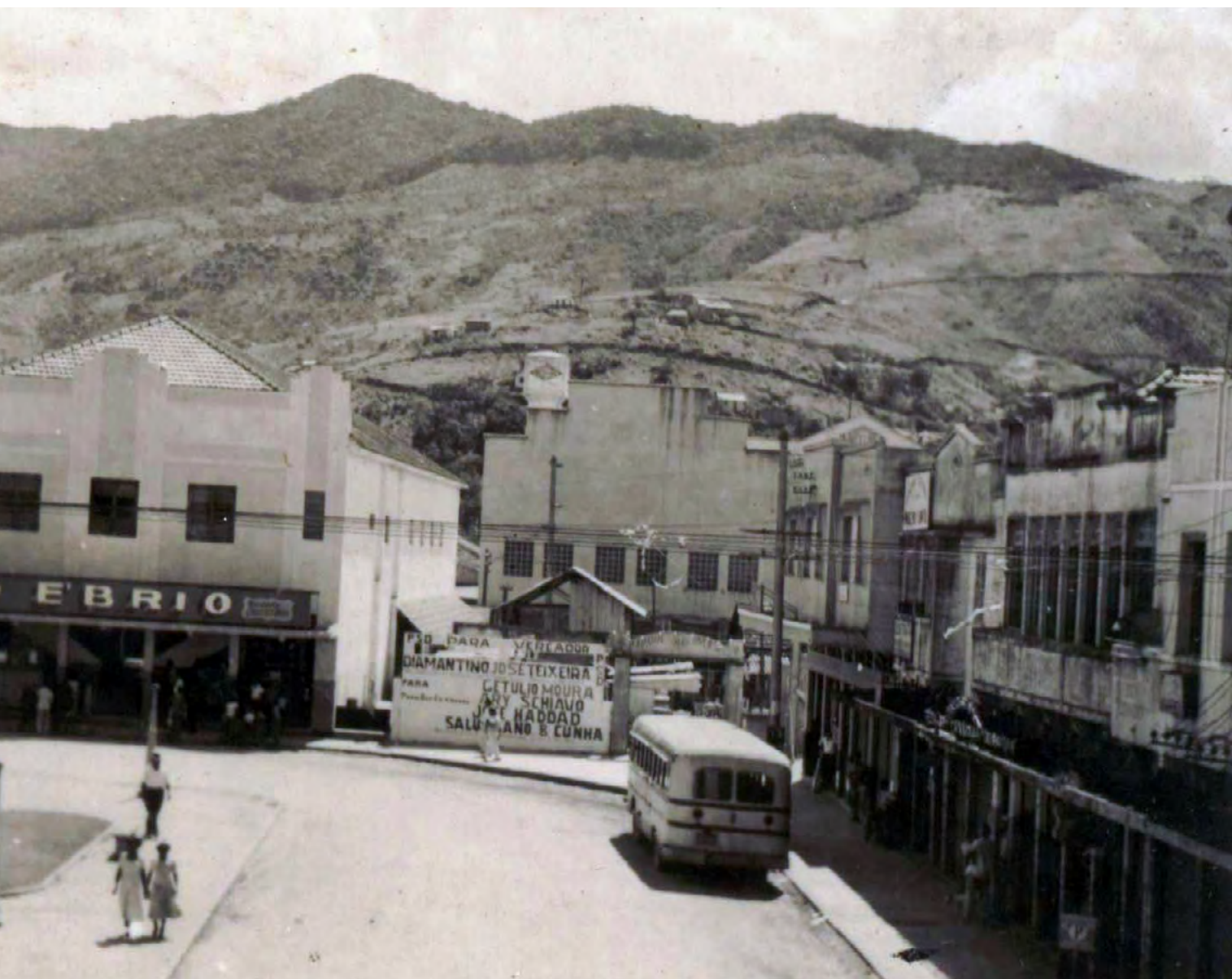
Referências Bibliográficas:

- BARROS, Ney Alberto. Baixada 500 Anos. In: Memória. Órgão de Divulgação sobre a História da Baixada Fluminense. Instituto de Pesquisas e Análises Históricas e das Ciências Sociais da Baixada Fluminense. Gráfica e Editora da Universidade de Nova Iguaçu. RJ, Ano II - N.º 06. Edição trimestral, 1999.
- FUNDAÇÃO CIDE. Mapa de Desmembramentos Municipais - Estado do Rio de Janeiro - 1500/1997. Rio de Janeiro, 2001.

- FORTE, José Mattoso Maia. Memória da Fundação de Iguassú. Rio de Janeiro. Typografia do Jornal do Commercio, Rodrigues & C. 1933.
- MENESES, Antônio Lacerda. Baixada 500 anos. A Aldeia de Jacutinga. In: Memória. Órgão de Divulgação sobre a História da Baixada Fluminense. Instituto de Pesquisas e Análises Históricas e das Ciências Sociais da Baixada Fluminense. Editora Shaovan. RJ, Ano II - N.º 07. Edição trimestral, 2000.
- PEIXOTO, Ruy Afrânio. Imagens Iguaçuanas. Nova Iguaçu, RJ, 1960. Edição do próprio.
- PIZARRO, José de Souza Azevedo, o monsenhor Pizarro, lançou em 1820, as "Memórias Históricas do Rio de Janeiro", obra de referência na consulta de informações sobre as províncias do Brasil.

(*) Fatima de Souza

Possui graduação em Educação Artística/Música pelo Centro Universitário Augusto Motta (1993), especialização em História do Brasil pela Universidade Federal Fluminense e Mestrado em Memória Social pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (2005). Atuou como Secretária de Educação da Prefeitura Municipal de Mesquita entre janeiro de 2005 e outubro de 2012. É Professora Assistente da Universidade do Estado do Rio de Janeiro desde 1999. Diretora do Instituto de Aplicação Fernando Rodrigues da Silveira / CAP-UERJ (desde 2016). Autora do livro "Das Terras de Mutambó ao Município de Mesquita-RJ".



Praça Manoel Duarte atual Elizabeth Paixão em frente ao cinema São Jerônimo (atual Cinema Novo), década de 50, em Mesquita, RJ

QUEIMADOS UMA CIDADE EM CONSTRUÇÃO

Cláudia Patrícia de Oliveira Costa & Nilson Henrique de Araujo Filho (*)

[Trabalho fundamentado na dissertação de Mestrado em Memória Social e Documento, desenvolvida na Universidade do Rio de Janeiro – Unirio, intitulada “Das terras de Mutambó ao município de Mesquita - RJ: memórias da emancipação nas vozes da cidade”, sob a orientação do professor doutor Marco Aurélio Santana e defendida em abril de 2005].

Queimados é um dos municípios que integra a região conhecida como Baixada Fluminense e está a 47 quilômetros da capital. Tal como os municípios de Duque de Caxias, São João de Meriti, Mesquita, Nilópolis, Belford Roxo e Japeri, o município de Queimados nasceu de um longo processo emancipacionista que o desmembrou de Nova Iguaçu. Com 150 mil habitantes distribuídos por 76,7 km², faz limite com os municípios de Nova Iguaçu, Japeri e Seropédica, e tem sua história marcada pela doação de sesmarias, ainda nos primórdios da ocupação colonial do Brasil, isto é, c. 1565.

Ao longo da História, as terras dessa região serviram ao cultivo de gêneros como a cana-de-açúcar e a mandioca e à criação de gado, que visava ao abastecimento interno da colônia. Os rios que cortam a Baixada e deságuam na Baía de Guanabara serviam como vias de escoamento dessa produção, além da abertura gradual e da utilização de caminhos terrestres. Em fins do século XVII, com a descoberta do ouro nas Gerais, a posição estratégica ocupada pela Baixada, do ponto

de vista político e econômico, tendeu a se consolidar. Os rios e caminhos terrestres tinham por objetivo transportar o ouro que descia da serra até o porto da nova capital da colônia: o Rio de Janeiro. Porém, o uso desregrado do solo por sucessivos cultivos (cana, mandioca e, brevemente, o café), somado às condições naturais do terreno (extensas planícies alagadiças), fizeram com que a região experimentasse uma situação de abandono, já na segunda metade do século XIX. Os portos, antes movimentados, estavam agora esquecidos. As planícies alagadas tornaram-se focos de doenças como cólera e paludismo.

Contribuiu, indiretamente, para essa situação de abandono, a chegada da Estrada de Ferro D. Pedro II (hoje Central do Brasil), em 1858. O trem era o meio de transporte mais rápido e econômico de então, e a população, que antes vivia ao redor dos vários portos fluviais, migrou rapidamente para as margens da ferrovia. Ocorrendo em paralelo a essas transformações, foi introduzido na região, o cultivo da laranja, por ser um gênero que não exigia alta fertilidade do solo.

Com a laranja, a região de Nova

Iguaçu (município do qual Queimados viria se emancipar em 1990), passou por novo boom econômico. As laranjas iguaçuanas eram exportadas para diversos países do mundo, situação que perdurou até meados do século XX. Com a eclosão da II Guerra Mundial, o tráfego de embarcações pelo Atlântico tornou-se perigoso, chegando a cessar. As laranjas encalharam. O mercado interno não absorvia a produção. A derrocada final veio com a chegada da Mosca do Mediterrâneo, que terminou por arrasar os laranjais.

Nessa época, na região de Queimados, começaram a se levantar as primeiras vozes defendendo a emancipação do local. Do fracionamento das propriedades produtoras de laranja, começaram a surgir os bairros que, futuramente, integrariam as cidades da Baixada. Na década de 1940, surgiram os municípios de Duque de Caxias (1943), Nilópolis e São João de Meriti (1947), todos desmembrados de Nova Iguaçu. Dois acontecimentos foram marcantes na década de 1950 do século XX para a população de Queimados: a abertura da rodovia Presidente Dutra (1951) e as comemorações do Centenário da Estrada



Cidade de Queimados, na região metropolitana do Rio de Janeiro

de Ferro (1958). Tais eventos significavam a chegada do progresso à região e serviram de base para sustentar os discursos de emancipação.

Entretanto, o Golpe de 1964, que instituiu a Ditadura Militar no Brasil, deteve a onda de emancipações. A cassação de liberdades, intrínseca ao regime, provocou o que os geógrafos chamam de inércia territorial: não houve alterações na composição dos municípios que formavam o estado. No contexto do Regime Militar, a década de 1970 marcou um período de maior violência e repressão. Porém, foi ao final dessa mesma década que Queimados assistiu à instalação do Parque Industrial (1979), localizado às margens da Rodovia Presidente Dutra. A instalação desse parque reforçou ainda mais os discursos que já previam o fim próximo da Ditadura Militar e defendiam, no

bojo da abertura política, a emancipação de Queimados.

No início da década de 1980, fortes chuvas castigaram o Rio de Janeiro e a Baixada Fluminense particularmente. Em Queimados, então Segundo Distrito de Nova Iguaçu, a situação calamitosa trazida pela enchente e o aparente descaso da administração iguaçuana para com essa área, fizeram com que a população se reorganizasse para reivindicar, com mais força, a autonomia local. Em 1984 foi enviado ofício ao deputado Paulo Ribeiro, então presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, acompanhado de assinaturas de eleitores da 84ª Zona Eleitoral, que reivindicavam a criação de um novo município. Houve, então, um plebiscito que frustrou as expectativas ao assinalar um alto índice de abstenções, atribuído aos eleitores de

localidades como Engenheiro Pedreira e Cabuçu.

Com a promulgação da Constituição de 1988, articulou-se novamente uma “comissão pró-emancipação”, a qual receberia o nome de A.A.P.Q.: Associação dos Amigos para o Progresso de Queimados.

Dessa vez, os limites que formariam o novo município foram definidos, excluindo-se localidades cuja população não se sentia identificada com Queimados (Cabuçu e Marapicu, por guardar íntima ligação com Nova Iguaçu, e Engenheiro Pedreira, por já estar em articulação; o processo que culminaria na emancipação de Japeri, em 1991). Nessa nova consulta popular (ocorrida em novembro de 1990), os votos pela emancipação foram maioria esmagadora, e apenas um mês depois da realização do plebiscito, o então governador Moreira Franco aprovou a Lei 1773, oficializando a criação do novo município. Entretanto, as primeiras eleições só se realizariam no ano de 1992, quando foram eleitos prefeitos pelo Brasil inteiro.

Nascia assim um novo município: Queimados, que ao longo desses anos vem trilhando um caminho de grandes transformações, visando sempre ao progresso, como já havia percebido os primeiros emancipacionistas, ainda na década de 1950.

(* Cláudia Patrícia de Oliveira Costa

*Possui graduação em História pela UERJ, pós-graduação *latu sensu* em História do Rio de Janeiro pela UFF e mestrado pelo Programa de Pós-Graduação em História Política da UERJ. Professora das redes particular e pública estadual do Rio de Janeiro.*

(* Nilson Henrique de Araujo Filho

*Possui graduação em História pela UERJ, pós-graduação *latu sensu* em História do Rio de Janeiro pela UFF e mestrado pelo Programa de Pós-Graduação em História Política da UERJ. Professora das redes particular e pública estadual do Rio de Janeiro.*

CIEPs em Duque de Caxias e na Baixada Fluminense

Marcos Luis Oliveira da Costa (Marcos Lord) (*)

Duque de Caxias é um dos 13 municípios que compõem a Baixada Fluminense, parte da região do Grande Rio, da periferia da capital. A Baixada Fluminense é um território de alta densidade demográfica, porém de baixo investimento em serviços públicos. Dentre as principais lutas empreitadas pelos movimentos sociais na Baixada Fluminense sempre estiveram o saneamento básico e a educação. O professor José Cláudio Souza Alves¹, registra que, embora tenha havido um processo de urbanização da Baixada Fluminense a partir dos anos 1950, as condições de vida dos moradores não sofreu significativa alteração, eram precárias as condições de transporte, entre outros serviços básicos de competência do Estado. Até os anos 1960 ainda não havia rede de abastecimento de água em nem mesmo 30% dos domicílios.

Embora passados mais de 60 anos, a situação da maioria dos municípios da Baixada Fluminense não sofreu

alteração efetiva que garantisse a presença do Estado com serviços públicos. Uma das tarefas essenciais ao tempo presente é compreender os movimentos do Estado em torno da construção, preservação e/ou também da desconstrução de Políticas Públicas. Compreendendo que a história não é linear e que esta se faz em movimentos de avanços e retrocessos, continuidades e descontinuidades, e assim sendo, negar a história é correr o risco de repetir os erros do passado, compreendemos a necessidade de analisar a construção de um projeto específico e a forma como foi apresentado à sociedade em diferentes momentos históricos de nosso país e estabelecer aspectos de um inventário político de Leonel Brizola como governador do Estado do Rio de Janeiro (1983-1987) e principalmente seus projetos para a expansão ao acesso à educação escolar por parte das populações mais pobres.

Observamos, inicialmente, o período em que Brizola governou o Estado do Rio Grande do Sul (1959-1963) e a execução do projeto educacional desenvolvido naquele período e que tem ressonância em sua gestão no Rio de Janeiro (1983-1987). No Rio Gran-

de do Sul foram criadas as Brizoletas, escolas públicas pré-fabricadas e que compunham o Plano de Emergência de Expansão do Ensino Primário. De forma similar, no Rio de Janeiro, foi instituído o Plano Especial de Educação (PEE), que tinha em seu escopo base os Centros Integrados de Educação Pública (CIEPs), que vieram a ser conhecidos como Brizolões. Sendo assim, identificamos continuidades, descontinuidades e evoluções na política e principalmente as concepções implícitas e explícitas manifestas pelos diferentes sujeitos sociais envolvidos nos processos. Trata-se então da observação de ambos os projetos no sentido de compreender até que ponto houve o compromisso de desenvolvimento e aprimoramento de uma Política Pública Educacional que, sobretudo, atendessem os interesses da população mais empobrecida.

Marlúcia Souza, em live produzida pelo Fórum de Educação Básica e Universidade Pública da Baixada Fluminense (FEUB)² descreve que até os

1 ALVES, José Cláudio Souza. Dos Barões ao ex-terminio: uma história da violência na baixada fluminense. Duque de Caxias: APPH - Clio, 2003. 197 p.

2 FEUB, Fórum Educação Básica e Universidade Pública da Baixada Fluminense. Redemocratização e Movimentos Sociais. 20 de outubro de 2020. Disponível em: https://youtu.be/AQniIf-AL_M

anos 1980 os movimentos de luta por direitos sociais permaneciam reivindicando, entre outras coisas, passarelas ao longo da Rodovia Washington Luís, importante via expressa que ligava o Rio de Janeiro à Baixada e a construção de escolas públicas.

A proposta inicial apresentada pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro no cerne do Programa Especial de Educação (PEE) previa a construção de 500 CIEPs, sendo que destes, 180 seriam em municípios da Baixada Fluminense, conforme podemos verificar na tabela ao lado.

Conforme vemos na tabela, dos 180 CIEPS previstos para a Baixada Fluminense, 167 foram concluídos, sendo que 63 na primeira gestão de Brizola no governo do Estado do Rio de Janeiro (1983-1987). Os CIEPs não foram as únicas escolas construídas durante a gestão de Brizola, houve ainda a construção de “Lelés”, escolas também pré-fabricadas, porém de menor porte, a serem implantadas em locais onde não havia condições para construção de CIEPs. Entre os anos de 1984 e 1986 chegaram a ser produzidas duzentas escolas nesse modelo a partir da fábrica de escolas, mais um projeto que integrava o PEE. Sendo assim, para além dos 41 CIEPs construídos no município de Duque de Caxias, ainda houve a construção de outras escolas que possibilitaram a ampliação da rede pública de ensino à época.

Segundo informações da Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro (SEEDUC), os primeiros CIEPs da Baixada Fluminense foram criados no ano de 1986 por meio do Decreto nº 9.045, de 07 de julho de 1986, publicado no Diário Oficial (DO) de 08 de julho de 1986 e retificado no DO de 13 de outubro do mesmo ano. Os últimos porém teriam sido criados por meio do Decreto nº 19.624, de 11 de fevereiro de 1994, publicado no DO de 16 de fevereiro do mesmo ano. Ao final do II Programa Especial de Educação (II PEE), consequente-

Município	Previsão Inicial	Concluídos	Durante a 1ª gestão
Nova Iguaçu	87	41	17
Duque de Caxias	45	41	12
São João de Meriti	27	21	13
Magé	08	07	03
Itaguaí	07	07	01
Nilópolis	03	05	03
Paracambi	03	04	01
Belford Roxo	Não havia	22	08
Guapimirim	Não havia	01	0
Japeri	Não havia	04	0
Mesquita	Não havia	05	03
Queimados	Não havia	07	01
Seropédica	Não havia	02	01
Total	180	167	63

Fonte: O Livro dos CIEPs, Darcy Ribeiro. Rio de Janeiro: Bloch, 1986 e Planilha SEEDUC 24/06/2020.

mente da segunda gestão de Leonel Brizola à frente do Estado do Rio de Janeiro (1991-1994). Ao final de sua segunda gestão e consequentemente do II PEE, haviam sido concluídos na Baixada Fluminense um total de 167 CIEPs distribuídos pelos 13 municípios da Baixada. Sendo assim, da proposta inicial de construção de 180 unidades faltaram apenas 13. Algo que precisa ser observado quanto ao projeto inicial foi a não previsibilidade de construções em 6 municípios da Baixada Fluminense (Belford Roxo, Guapimirim, Japeri, Mesquita, Queimados e Seropédica), que juntos contaram com 41 unidades construídas. Esses municípios têm em comum o fato de terem sido fundados nos anos 1990, alguns a partir da emancipação de outros municípios.

Em Duque de Caxias a proposta inicial era de criação de 45 CIEPs, sendo que destes 41 foram concluídos, sendo 12 deles durante a primeira

gestão de Brizola. Destes 12 CIEPs 4 foram construídos no primeiro distrito, nos bairros Laguna e Dourados, Vila São Luiz e Jd. Leal, outros 7 no 2º distrito, nos bairros de Cidade dos Meninos, São Bento, Pantanal, Jd. Primavera, Saracuruna e São Judas Tadeu e no 3º distrito 1, no bairro Pq. Paulista. Nesta primeira fase não houve construções no 4º distrito.

Os primeiros CIEPs inaugurados em Duque de Caxias foram o 031 - Lírio do Laguna e o 032 - Cora Coralina, ambos foram criados pelo Decreto nº 9.045, de 07/07/1986. O CIEP 031 foi inaugurado contando com os Programas de Atendimento Médico Ambulatorial e Odontológico, o Programa Alunos Residentes (PAR) e o Programa de Educação Juvenil. Tanto no CIEP 031 - Lírio do Laguna, quanto no CIEP 032 - Cora Coralina foram implementados os programas oficiais que integravam o projeto referência dos CIEPs, ou seja, Programa de As-

sistência Médica e Odontológica, Animador Cultural, Alimentação Escolar e o Programa Aluno Residente, programas que contavam com a aprovação da população e também dos profissionais que atuavam nas escolas.

Os CIEPs possuíam uma estrutura física pensada de forma a integrar diferentes espaços e programas de educação, cultura, saúde e ação social. Outra questão era a integração entre a escola e a comunidade em que ela estava inserida. Uma articulação específica nesse sentido era o Conselho Escola Comunidade (CEC), formado por membros da comunidade, profissionais de educação e alunos. Outro ponto importante do projeto era a formação em serviço, algo realizado não somente por meio de formações externas como em ações internas à unidade de ensino. Cabe ressaltar que o CEC foi uma iniciativa de participação popular na gestão da escola, algo que posteriormente seria discutido na sociedade e passaria a compor o princípio da participação social que veio a compor a Constituição Federal de 1988. Visto dessa forma o PEE instaura um caminho para o que mais tarde viria a ser um dos princípios essenciais à gestão democrática nas instituições educacionais, a participação social por meio dos conselhos escolares.

As metas do governo manifestas no Programa Especial de Educação eram: 1. acabar com o terceiro turno garantindo no mínimo 5 horas diárias de permanência na escola; 2. cursos de reciclagem para os professores; 3. rever o material didático oferecido aos alunos; 4. garantir no mínimo uma refeição diária às crianças; 5. fornecer por meio das escolas públicas assistência médico-odontológica às crianças da escola e da comunidade por meio de ação articulada entre as secretarias de educação e de saúde; 6. implantação de 150 casas da criança em comunidades periféricas; 7. construção de 500 CIEPs até março de 1987; 8. concretizar um Programa de Educação Juvenil nos

CIEPs; 9. criar em todo o Rio de Janeiro Escolas de Demonstração para avaliação da proposta pedagógica em execução; 10. implementar uma política de valorização do magistério e 11. eleição para direção das escolas³.

Pode-se assim considerar que uma ação importante desse período foi a criação dos CECs. Essa política foi desenvolvida durante o governo Brizola no âmbito da parceria com o município do Rio de Janeiro. Esta ação se articula com a meta de eleição das direções escolares e colocava as escolas dentro das propostas de uma gestão democrática e participativa, isso antes mesmo de que tal proposta se manifestasse na Constituição Federal (ainda em discussão) ou na LDB que seria ainda discutida 5 anos depois.

A escolha dos representantes da CEC seria por meio de eleições diretas entre seus pares em cada unidade escolar, exceto pelo representante da comunidade, que será indicado pela Associação de Moradores. A eleição se organizaria por uma comissão mista composta por representações dos mesmo grupos a compor o conselho. Uma especificação com relação à atuação dos servidores públicos que participassem do CEC é a de que deveriam fazê-lo sem prejuízo de suas atribuições e horários e que nenhum dos membros receberiam qualquer tipo de remuneração, devendo fazê-lo voluntariamente.

Os princípios para uma gestão democrática e participativa estavam postos neste projeto e era importante ser encaminhado, porém não há muitas pesquisas que abordem o tema dos CECs ou mesmo a participação da comunidade na gestão escolar, mesmo que de forma consultiva, durante este período no estado do Rio de Janeiro. O professor Luiz Antônio Cunha⁴ faz uma análise de alguns programas

3 RIBEIRO, Darcy. O livro dos CIEPs / Darcy Ribeiro. - Rio de Janeiro: Bloch, 1986.

4 Antônio Cunha. - 4. ed. - São Paulo: Cortez; Niterói, RJ: Editora da Universidade Federal Fluminense; Brasília, DF: FLACSO do Brasil, 2001. (Biblioteca da educação. Série 1. Escola; v. 17).

educacionais dos anos 1980 chegando a apontar discussões de entidades de classe do magistério sobre a “participação da comunidade nas decisões da vida escolar, inclusive através das eleições de diretores”, porém não se atém ao Rio de Janeiro e ao PEE.

Outro programa essencial ao PEE e que tinha significativa relevância para a população mais pobre era o Programa Alunos Residentes (PAR), que era composto por um Estudo Social das Famílias/Crianças. O Livro dos CIEPs, registra que havia um compromisso do governo com a construção de uma Política Pública comprometida com a população mais pobre e marginalizada, descrita como uma política para “abrigar crianças abandonadas ou de conduta desviada, a fim de recuperá-las para si mesmas e para a comunidade”.

Em setembro de 1986 foi realizado



© Acervo funpage CIEP Gelson Freitas

o I Seminário de Direção dos CIEPs, no campus Maracanã da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Entre os pontos discutidos estavam: a questão da direção numa postura de educação popular, a socialização do poder, as relações com a comunidade, o conflito nas relações interpessoais, a sexualidade e a violência. Na programação ainda constava como ponto de discussão o funcionamento dos CIEPs incluídos os temas CEC, grêmios, funcionários e matrículas.

Dentre os documentos a que tivemos acesso em nossa pesquisa um traz a identificação de discussões em que teriam surgido as áreas prioritárias para construção dos primeiros CIEPs. Havia ainda etapas para organização das matrículas que seriam as seguintes: 1. reunião com a comunidade, 2. período de inscrição, 3. análise das inscrições, 4. retorno ao

CIEP e 5. matrícula. Algo que se especificava também era a necessidade de um contato com as lideranças comunitárias para esclarecimento sobre procedimentos e critérios para a matrícula, sendo ainda estabelecidas as seguintes prioridades: 1. alunos que nunca frequentaram a escola, 2. alunos da própria comunidade, 3. alunos mais velhos dentro da faixa etária e 4. necessidade da família. Sendo ainda prioridade alunos novos sem escola, alunos evadidos e alunos transferidos. Essas prioridades podem ser entendidas como critérios que atendiam a questões específicas de populações marginalizadas socialmente.

A publicação Escola Viva Viva a Escola (1985) trazia uma caracterização dos CIEPs com as seguintes atividades: A. Programa de Educação Juvenil, atendimento de jovens de 15 a 20 anos com objetivo de integração

à sociedade letrada; B. atendimento de alunos residentes (que posteriormente se registrou como programa); C. assistência médico-odontológica fundamentada em uma concepção de Saúde Escolar, entendida como atenção primária à população estudantil, educação para a saúde e integração saúde/escola/comunidade; D. atividades de cultura e recreação com objetivos de ativação cultural e integração comunitária, integração de educação e cultura e valorização do patrimônio cultural local; E. programação de Educação Física e Desportos, na dimensão do lazer e na perspectiva de espaço aberto à comunidade; F. salas de leitura como centros ativos de aprendizagem com livros e recursos plurissensoriais, com espaço próprio, instalações e equipamentos adequados.

A partir desses programas, paralelamente ao objetivo inicial da pesquisa coordenada pela prof^a. Dr^a. Gilcilene Barão, coordenadora do Grupo de Pesquisa que participamos, em que se estudam as políticas públicas de Educação Federal de regulação na Baixada Fluminense, elegemos dentro do PEE o projeto dos Centros Integrados de Educação Pública (CIEPs), um projeto que desenvolvia seu trabalho na perspectiva da Educação Integral, inclusive com a extensão de carga horária e também o Programa de Educação Juvenil, programa similar à Educação de Jovens e Adultos (EJA), que integram a pesquisa desenvolvida. Nos propomos então a analisar o Programa de Educação Juvenil. O documento encaminhado à formação das direções trazia na relação de equipe como coordenador José Pereira Peixoto Filho - SECC/FAPERJ e a equipe Rute Maria Monteiro M. Rios - Assessora SECC/FAPERJ, Rosa Maria Bahiense - SEE, Marilda de Jesus Henriques - SEE/SME, Eliene Bajgielman Zlatkin - SEE/SME, Ana Maria Cesar - SME, Mara de Almeida Chediak - SECC/FAPERJ, Iracema Prestes Brandão - SME, Gilberto Lyra - SME e Maria da Conceição V. P. Gomes - SEE. O objetivo



CIEP 111 - Gelson Freitas - em Santo Elias, Mesquita

do programa era atender a população jovem analfabeta na faixa etária compreendida entre 14 e 20 anos. Segundo o documento, a formação docente é sempre referenciada à criança e isso traz dificuldades concretas, sendo necessário um projeto específico para a faixa etária. A proposta principal seria um processo de alfabetização, não só pela aquisição dos códigos gráficos, mas também pela formação de consciência crítica e interpretação da realidade social. No documento ainda se reconhece as contribuições de Paulo Freire e do Movimento de Educação de Base, entre outras, e apresenta a visão filosófica e política do programa, assim como a metodologia, que é apresentada de forma detalhada tanto para o processo de alfabetização e letramento, como para o ensino de matemática. Ao tratar da realidade social e cidadania, e ali se reconhece que “O traço novo deste programa não está no currículo em si, mas na filosofia que norteia e na sua metodologia. O que se pretende, em última análise, é facilitar ao aluno de Educação Juvenil a formação de sua identidade. Logo, o ensino de Cidadania será um instrumento vital para se atingir esse objetivo”.

Sendo assim, a aquisição de conhecimentos não se limitaria aos conteúdos escolares, mas também pela construção de uma identidade, com isso o ensino de Cidadania levaria o indivíduo a “tomar consciência de si como uma pessoa que ocupa um lugar no espaço e no tempo”. Chamou-nos a atenção a proposta curricular da disciplina “Cidadania” que traria a discussão do tema “Espaços: América Latina” em que se analisariam os traços comuns entre países latino-americanos como subdesenvolvimento, dependência econômica, capital estrangeiro, dívida externa, FMI e etc. Na proposta curricular da disciplina “Saúde” se prevê que além da assistência médico-odontológica haveria também o trabalho de educação para a saúde. O currículo do Programa de Educação Juvenil contava ainda com



Associações de moradores reivindicam melhorias nos CIEP, década de 1990

Educação Física e Artes e Cultura. Havia a proposta de encontros semanais dos professores com o professor-orientador para planejamento, avaliação e estudo. O diferencial do programa seria então sua filosofia e metodologia.

Para esse programa e currículo se tinha uma proposta diferenciada de avaliação que contava com três momentos: diagnóstico, acompanhamento/aperfeiçoamento e classificação. Pela proposta a avaliação se daria ao longo do processo não mensurando apenas a aquisição de conteúdos preestabelecidos, levando-se em conta o “caminho percorrido pelo

aluno”. Em novembro de 1985, em 20 CIEPs, havia 1.077 alunos sendo atendidos pelo programa.

Conclusão

Aqui registramos a maior parte das ações governamentais que entendemos como Políticas Públicas de Educação e que compunham o Plano Especial de Educação e consequentemente os CIEPs. Estas foram algumas políticas implementadas, mas não as únicas. Dentre as ações propostas para os CIEPs ainda havia o fornecimento de merenda escolar em um refeitório estruturado para até 200 alunos por vez. A assistência alimentar



integrava as atividades de Atenção Primária em Saúde. O plano consistia em fornecer 4 refeições diárias aos alunos que estudavam em regime de horário integral. Todos os CIEPs contavam com uma biblioteca que permite abrigar até 10 mil volumes, sendo inicialmente providas com mil títulos. Fornecimento de material didático específico e distinto para os alunos novos, repetentes e renitentes. As bibliotecas eram uma estrutura permanente dos CIEPs e que compunham o esquema básico de todos os prédios, e que contavam com um acervo de material para apoio pedagógico aos professores. Os programas

de alimentação escolar e biblioteca eram extensivos aos alunos do Programa de Educação Juvenil.

Havia também a política implementada logo no início de 1984, no dia 29 de fevereiro, quando foi emitido o decreto nº 7.1995 sobre a gratuidade em transportes públicos para alunos das redes públicas de ensino. Com essa ação, Brizola garantia melhores condições de acesso e permanência das crianças nas escolas, uma vez que, ainda sem uma ampliação no número de unidades escolares, muitos alunos estudavam distante de suas residências.

Destacamos então algumas das políticas que foram implementadas durante a gestão de Brizola à frente do Estado do Rio de Janeiro e que, embora com críticas ferrenhas, o I PEE seguiu seu cronograma conforme proposto por seu coordenador, o vice-governador Darcy Ribeiro. Estes programas manifestaram não apenas um compromisso com uma proposta de educação pública enquanto política de Estado, mas também com a mesma como um instrumento para promoção de segurança social e emancipação política para crianças, jovens e adultos pobres.

Outro elemento significativo foi a participação social, seja nos momentos anteriores ao acesso ao Estado com as organizações dos movimentos sociais expondo suas reivindicações e lutando nas ruas por direitos, seja a partir do acesso ao Estado com a participação das comunidades na gestão escolar por meio dos Conselhos Escola Comunidade.

É certo que ainda há muito que se analisar para compreender as ações do Estado durante a gestão de Brizola, bem como de como o Estado brasileiro se organizou ao longo dos anos na

5 Art. 1º - Fica assegurada a gratuidade de transporte em ônibus de empresas concessionárias ou permissionárias de transportes coletivos intermunicipais aos alunos de estabelecimentos de ensino de 1º grau localizados no Estado do Rio de Janeiro, desde que devidamente uniformizados e nos horários normais de entrada e de saída das escolas (RIO DE JANEIRO, 1984).

garantia ou não de direitos, sobretudo pela compreensão do papel da educação, como uma política pública, para mudança nas condições sociais da população mais pobre, principalmente na Baixada Fluminense.

Referências:

- ALVES, José Cláudio Souza. **Dos Barões ao extermínio: uma história da violência na baixada fluminense**. Duque de Caxias: APPH - Clio, 2003. 197 p.
- COSTA, Marcos Luis Oliveira da. **CIEPs: tensões, conflitos e repercussões de uma Política Pública em Duque de Caxias na Baixada Fluminense**. 2021. 227 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Educação, Educação e Humanidades, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Duque de Caxias, 2021.
- CUNHA, Luiz Antônio. **Educação, Estado e democracia no Brasil / Luiz**
- **Antônio Cunha**. - 4. ed. - São Paulo: Cortez; Niterói, RJ: Editora da Universidade Federal Fluminense; Brasília, DF: FLACSO do Brasil, 2001. (Biblioteca da educação. Série 1. Escola; v. 17).
- ESCOLA VIVA VIVA A ESCOLA. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro, 1985.
- FEUB, Fórum Educação Básica e Universidade Pública da Baixada Fluminense. **Redemocratização e Movimentos Sociais**. 20 de outubro de 2020. Disponível em: https://youtu.be/AQniIf-AL_M
- MOTA, Patricia Flavia. **Percursos em busca da Educação Integral: o CIEP Henfil em Duque de Caxias**. 2013. 139 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2013.
- RIBEIRO, Darcy. **O livro dos CIEPs / Darcy Ribeiro**. - Rio de Janeiro: Bloch, 1986.
- RIO DE JANEIRO (Estado). Decreto nº 7.199, de 29 de fevereiro de 1984. **Diário Oficial: Atos do Poder Executivo**. Rio de Janeiro, RJ, 01 mar. 1984. n. 44.

(* Marcos Luis Oliveira da Costa (Marcos Lord)

Professor na Rede Básica de Ensino do município de Duque de Caxias-RJ. Pedagogo (graduação) e Mestre em Educação pela Faculdade de Educação da Baixada Fluminense (FEUF), unidade da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) em Duque de Caxias-RJ. Especialista em Gênero e Diversidade na Escola pelo Centro Latino-Americano em Sexualidade e Direitos Humanos (CLAM/IMS/UERJ). Militante LGBTIA+ e Produtor Cultural na Baixada Fluminense-RJ.

TEM GENTE COM FOME

Solano Trindade (*) - 1944

Trem sujo da Leopoldina
correndo correndo parece dizer
tem gente com fome
tem gente com fome
tem gente com fome

Piiiiii

Estação de Caxias
de novo a correr, de novo a dizer
tem gente com fome
tem gente com fome
tem gente com fome

Vigário Geral, Lucas, Cordovil
Brás de Pina, Penha Circular,
Estação da Penha
Olaria, Ramos, Bonsucesso
Carlos Chagas, Triagem, Mauá

Tantas caras tristes querendo chegar
em algum destino em algum lugar

Só nas estações
quando vai parando começa a dizer
se tem gente com fome, dá de comer
se tem gente com fome, dá de comer
se tem gente com fome, dá de comer

Mas o freio de ar todo autoritário
manda o trem calar
Psiuuuuuuuuuuuu

(*) **Solano Trindade** - Nasceu em Recife, 24 de julho de 1908 e faleceu em 19 de fevereiro de 1974. foi um poeta brasileiro, folclorista, pintor, ator, teatrólogo, cineasta militante do movimento negro e socialista. Em 1950, funda, em Duque de Caxias, ao lado da esposa Margarida Trindade e de Edson Carneiro, o Teatro Popular Brasileiro, com elenco formado por domésticas, operários e estudantes.

DORMENTE TORMENTA

Moduan Matus (*) - 1981

Trens abarrotados
De corpos suados
Deslizam pelas linhas da angústia
Parando a cada estação
Descarregando farrapos
Cabisbaixos sem emoção.

A distância das linhas de aço
Dividem os humanos
E formam um trem de vítimas da
exploração.

Na tormenta do dia
Perde-se o tempo
Na dormência das bases
Perde-se a vida em vãos.

Trem de peões
Nós nos corações
Fundindo existências
No ferro e no aço dos vagões.

Moduan Matus é o pseudônimo de **Edgard Vieira Matos** - Nasceu em 25 de julho de 1954 em Nova Iguaçu, onde vive até hoje. Escritor, historiador e experimentalista em poética. O reconhecimento poético veio a partir de 1978, quando, devido ao pouco espaço para a publicação de poemas, passou a colocá-los a giz, nas portas das lojas (quando fechadas), nos centros comerciais da Baixada Fluminense

MEU LUGAR

Lisa Castro (*) -

O meu lugar! É Morro Agudo, meu bem
Onde nasci e me criei e que não tem pra ninguém
Onde se acorda bem cedo, dá uma olhada pra Serra
Onde meu Deus com suas mãos tem abençoado essa terra.
Terra de gente trabalhadora
Que pega o pé de ferro pra servir a patroa
Minha terra tem palmeiras onde cantam o sabiá
E a terra da laranjeira e da Maxambomba

O meu lugar! É Morro Agudo, meu bem
Onde aprendi que ser feliz vai muito mais que além
Ser otimista também ainda com as mazelas
É por em prática os conselhos do líder Mandela
E se portar tal, raízes ao natural
Ensinando aos mais novos o que é essencial
É tanto orgulho que eu não posso deixar de falar
Morreba City, Baixada Fluminense, esse é o meu lugar.

(*) **Lisa Castro** - 44 anos, MC/Rapper, poetisa, Slammer, compositora, escritora, beatmaker e produtora do Sarau Poetas Compulsivos (Instituto Enraizados). Participou do 1º SLAM do Rock in Rio (Palco Favela) e venceu edições de SLAM's Tagarelas, Ágora e Memórias das Resistência; representante carioca no FLUPP SLAM BNDES. Participou dos documentários RAP DE SAIA e MÃES DO HIP HOP e tem dois discos lançados.



VNM
2023

© Vanessa de Menezes, de Duque de Caxias

A Baixada sempre foi local de resistência. Ao longo de décadas, movimentos sociais os mais diversos têm protagonizado lutas e iniciativas em busca de direitos humanos, sociais, econômicos e culturais para a sua população. Essa publicação reúne algumas contribuições sobre a história dessa região, sua formação social, seus entrelaçamentos e suas perspectivas.



FUNDAÇÃO
LAURO CAMPOS e
MARIELLE FRANCO
PSOL

ISBN: 978-65-992729-6-7



9 786599 272967